



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MAQUIELI ELISABETE MENEGUSSO

**DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA ITARARÉ-TAQUARA À
CESTARIA KAINGANG:
UM ESTUDO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR SOBRE A TRAJETÓRIA JÊ NO BAIXO TIBAGI,
PARANÁ**

MAQUIELI ELISABETE MENEGUSSO

**DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA ITARARÉ-TAQUARA À
CESTARIA KAINGANG:
UM ESTUDO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR SOBRE A TRAJETÓRIA JÊ NO BAIXO
TIBAGI, PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Eliane P. Marques Martinez

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Menegusso, Maquieli Elisabete .

Da cerâmica arqueológica Itararé – Taquara à cestaria Kaingang: um estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre a trajetória Jê no baixo Tibagi, Paraná. / Maquieli Elisabete Menegusso. - Londrina, 2017.
179 f. : il.

Orientador: Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.
Inclui bibliografia.

1. História Indígena - Tese. 2. Kaingang - Tese. 3. Terra Indígena Apucarana - Tese. 4. Artesanato - Tese. I. Martinez, Cláudia Eliane Parreiras Marques. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

MAQUIELI ELISABETE MENEGUSSO

**DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA ITARARÉ-TAQUARA À
CESTARIA KAINGANG:
UM ESTUDO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR SOBRE A TRAJETÓRIA JÊ NO BAIXO
TIBAGI, PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Eliane P. Marques
Martinez
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Wagner Roberto, do Amaral
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 10 de julho de 2017.

*Este trabalho é dedicado a todos os povos
indígenas do Brasil, os verdadeiros donos
destas terras, especialmente aos Kaingang da
Terra Indígena Apucarana.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a minha orientadora prof.^a Dr.^a Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez, pelo aprendizado, orientação, generosidade e paciência durante todo este processo e principalmente por ter me recebido de braços abertos e acreditado em meu trabalho.

Agradeço aos membros da banca examinadora, prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral e prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota, que por meio de suas críticas e sugestões contribuíram imensamente para realização desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, pelas aulas e dicas de leitura.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos durante um ano.

A todos os funcionários do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, Museu Histórico de Cambé e Centro de Documentações e Pesquisas Históricas da Universidade Estadual de Londrina pela atenção, apoio e disponibilização de toda a documentação necessária para viabilização desta dissertação.

Aos colegas de mestrado e amigos, pelas contribuições com minha pesquisa, amizade e companheirismo, em especial à Vanessa Caroline da Cruz, Danilo Pontes Rodrigues, Ana Beatriz Accorsi Thonson, Cristina Ribeiro dos Santos, Paula Carvalho e Gabriela Vasconcelos Torres. Vocês tornaram esta caminhada mais leve e menos solitária.

Faço um agradecimento especial aos meus colegas de arqueologia e grandes amigos, Mauricio Hepp e Katilene Hoffman, pelas inúmeras contribuições à pesquisa, sempre muito atenciosos. Com vocês compartilhei a paixão pela arqueologia e descobri o verdadeiro sentido do companheirismo.

À arqueóloga Dr. Leilane Patricia de Lima pelas dicas de leitura, disponibilização de material bibliográfico e discussões na fase inicial da pesquisa.

Aos meus familiares, que me apoiaram nesta empreitada e acreditaram na minha capacidade. Agradeço meu companheiro Lucas por todo amor, apoio e paciência durante todas as etapas do mestrado. Sem vocês eu não teria conseguido.

Muito obrigada ao cacique Natalino Jagu Marcolino pela autorização para realização da pesquisa junto a Terra Indígena Apucarana, aos professores e diretores das escolas indígenas

Benedito Rokag e João Kavagtan Vergílio e a todos os Kaingang da T.I, pelas contribuições e por terem me recebido com muito afeto e solidariedade.

Agradeço também a equipe do Centro de Memória e Cultura Kaingang pelas caronas até a T.I e pelos materiais de pesquisa disponibilizados.

Ao Diego e a Branca pelos diálogos, facilitação do contato com os indígenas, disponibilização de material bibliográfico e também pelas caronas.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para construção desta pesquisa.

Muito obrigada!

MENEGUSSO, Maquieli Elisabete. **Da cerâmica arqueológica Itararé – Taquara à cestaria Kaingang: um estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre a trajetória Jê no baixo Tibagi, Paraná.** 2017. 179 F. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR 2017.

RESUMO

A história da região norte do Paraná, como é habitualmente referida pelos discursos do pioneirismo e do vazio demográfico, dificulta a compreensão do papel e da importância das populações indígenas na sua formação histórica e na construção de sua identidade cultural. Através da metodologia etno-histórica, interessa-nos buscar uma melhor compreensão sobre a ocupação kaingang na região do baixo Tibagi, a fim de desconstruir o discurso do vazio demográfico que por décadas foi referência para estudos sobre a história local. Ao mesmo tempo, constitui-se em uma tentativa de compreender a sociedade kaingang no que se refere à sua produção material, representada aqui pela cerâmica e pela cestaria, com vistas a refletir sobre as transformações ou mesmo sobre o abandono de algumas técnicas após o contato com as sociedades envolvidas. As fontes serão baseadas em bibliografias acerca do tema proposto, pesquisa museográfica a partir de análise das coleções de objetos representativos da cultura Kaingang do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss e do Museu Histórico de Cambé e pesquisa etnográfica, a partir de visitas na Terra Indígena Apucarana, localizada entre os municípios de Londrina e Tamarana, Paraná, para observação direta e coleta de testemunhos orais. A pesquisa museográfica em conjunto com os dados coletados em campo nos revelam a dinâmica da produção artesanal, onde ficam evidentes as reelaborações, circularidades e permanências culturais. Além disso, comprovam a presença Kaingang na região desde muito tempo antes da chegada dos colonizadores europeus. Reconhecer esta presença não é invalidar toda a história que veio depois, mas mostrar a visão de que os indígenas também fazem parte do processo de povoamento da região do baixo Tibagi.

Palavras-Chave: História Indígena. Kaingang. Artesanato. Terra Indígena Apucarana.

MENEGUSSO, Maquieli Elisabete. **From the archaeological ceramics Itararé - Taquara to the Kaingang basketry: a study from an interdisciplinary perspective about the Jê trajectory in the lower Tibagi, Paraná.** 2017. 179 F. Master Thesis - Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR 2017.

ABSTRACT

The history of the northern region of Paraná, as it is usually referred to by pioneering discourses and the demographic void, makes it difficult to understand the role and importance of indigenous populations in their historical formation and in the construction of their cultural identity. Developing a dialogue with archeology and ethnohistory, we are interested in seek a better understanding of the Kaingang occupation in the lower Tibagi region, to deconstruct the discourse of the demographic void that for decades was a reference for studies on local history. At the same time, it is an attempt to understand Kaingang society about its material production, represented here by ceramics and basketry, to reflect on the transformations or even the abandonment of some techniques after contact with the non-indigenous societies. The sources will be based on bibliographies about the proposed theme, museographic research from the analysis of the collections of objects representative of the Kaingang culture of the Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss and of the Museu Histórico de Cambé and ethnographic research, from visits on Terra Indígena Apucarana, located between the municipalities of Londrina and Tamarana, Paraná, for direct observations and collections of oral testimonies. The museographic research together with the data collected in the field reveal the dynamics of the artisanal production, where the reworking, cultural circularity and cultural permanence are evident. In addition, they prove the Kaingang presence in the region since long before the arrival of the European colonizer. To recognize this presence is not to invalidate all the history that came later, but to show the view that the natives are also part of the occupation process of the lower Tibagi region.

Keywords: Indigenous History. Kaingang. handicraft. Terra Indígena Apucarana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	“O sr. Pitoli contempla um grupo de índios da tribo do Rio Laranjinha, já civilizados, moradores de suas terras em Cornélio Procópio, no ano de 1932”	25
Figura 2.	Mapa ilustrativo com a distribuição dos sítios arqueológicos e terras indígenas Jê no baixo Tibagi.....	26
Figura 3.	Localização exata do Sítio Arqueológico Apucarantina I.....	31
Figura 4.	Imagem do Sítio Arqueológico com vestígios evidenciados no barranco da estrada	32
Figura 5.	Casa subterrânea	36
Figura 6.	Habitação Kaingang século XX (1914)	37
Figura 7.	Mulheres Kaingang pilam milho em Jataí, Paraná 1920	40
Figura 8.	Pari armado, Terra Indígena Apucarana, 1997.....	41
Figura 9.	Casal Kaingang da T. I Apucarana. A mulher com as marcas circulares cheias representa a metade Kainrú e o homem com os riscos retos, a metade Kamé.....	48
Figura 10.	Acesso para o setor de Arqueologia Professor João Sabaine	52
Figura 11.	Exposição setor Arqueologia Professor João Sabaine	53
Figura 12.	Exposição setor arqueologia, Museu Histórico de Londrina.....	59
Figura 13.	Novo cartaz.....	59
Figura 14.	Peça 28 (MHL) Descamação na superfície externa	68
Figura 15.	Peça 21/Museu Histórico de Cambé	69
Figura 16.	Fragmentos cerâmicos Museu Histórico de Cambé.....	70
Figura 17.	Fragmentos cerâmicos Museu Histórico de Londrina	71
Figura 18.	Peça 20 Cesto de material sintético/Museu Histórico de Cambé	83
Figura 19.	Peça 01 Acabamento com material plástico/Museu Histórico de Cambé	83
Figura 20.	Mapa representando o Guairá, com os possíveis ramais do caminho do Peabiru	86
Figura 21.	“Planta da 1ª secção da estrada que segue da provincia do Paraná para a do Matto Grosso, desde a Fazenda do Vorá... até a Colonia Militar do Jatahy; incluindo também parte das propriedades particulares e terras nacionais circumjacentes, 1870”.	103
Figura 22.	Mapa do Estado do Paraná (1919) com a região do baixo Tibagi em destaque	107
Figura 23.	Mapa do estado do Paraná 1896. Em destaque os termos “terrenos	

devolutos” e “sertão desconhecido”.....	114
Figura 24. Planta da Viação do estado do Paraná 1908. Em destaque “estrada do sertão”	115
Figura 25. Mapa exemplificando a redução da T.I Apucarana	129
Figura 26. Atividades na oficina.....	136
Figura 27. Fragmentos cerâmicos	137
Figura 28. Matéria prima coletada no território da T.I para produção do artesanato	139
Figura 29. Artesã preparando a matéria prima para o trançado	140
Figura 30. Lâminas de taquara.....	141
Figura 31. Cestos confeccionados pela artesã Kaingang	142
Figura 32. 1ª Feira Afro-indígena. Calçadão de Londrina – 14/05/2016. Artesanato da Terra Indígena Apucarana/Aldeia Água Branca.....	145
Figura 33. Venda de artesanato indígena no Supermercado Bom Dia. Tamarana, PR.....	145
Figura 34. Acampamento Kaingang Av. Dez de Dezembro 1996.....	147
Figura 35. Vista geral casa de passagem	148
Figura 36. Colchões e fogão improvisado. Parte interna do barracão	149
Figura 37. Carrinhos de bebê utilizados para o transporte do artesanato.....	149
Figura 38. Mobilização de povos indígenas contra a PEC 215	153
Figura 39. Mulheres pescando – Terra Indígena Apucarana, 1989	157
Figura 40. Mapa com a localização das Terras Indígenas Kaingang	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Informações sobre os sítios arqueológicos ilustrados no mapa.....	27
Quadro 2	Relação dos objetos arqueológicos analisados (Museu Histórico de Cambé)	54
Quadro 3	Relação dos objetos etnográficos analisados (Museu Histórico de Cambé)	54
Quadro 4.	Relação dos objetos arqueológicos analisados (Museu Histórico de Londrina)	60
Quadro 5.	Relação dos objetos etnográficos analisados (Museu Histórico de Londrina)	60
Quadro 6.	Variáveis métricas de cada fragmento	63
Quadro 7.	Estruturas básicas do trançado	72
Quadro 8.	Detalhamento dos tipos de trançado	73
Quadro 9.	Exemplos dos grafismos evidenciados nas cestarias	75
Quadro 10.	Detalhamento das armas	78
Quadro 11.	Detalhamento dos adornos plumários	81
Quadro 12.	Detalhamento do chocalho	82
Quadro 13.	Colônias Militares implantadas no Paraná Provincial	102
Quadro 14.	Colônias Indígenas implantadas no Paraná Provincial	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Quantificação dos fragmentos por categoria	62
Gráfico 2.	Quantificação dos fragmentos pela superfície externa.....	65
Gráfico 3.	Quantificação dos fragmentos pela superfície interna	65
Gráfico 4.	Quantificação dos fragmentos por tipo de queima.....	67
Gráfico 5.	Quantificação dos objetos por classificação	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: OS TESTEMUNHOS MATERIAIS DA OCUPAÇÃO KAINGANG NO BAIXO TIBAGI: UM ESTUDO DO ACERVO INDÍGENA DOS MUSEUS HISTÓRICOS DE LONDRINA E CAMBÉ, PR	22
1.1 Os primeiros Agricultores – Ceramistas da região: informações arqueológicas e etnográficas	22
1.1.1 O território	24
1.1.2 Os Kaingang e sua engenharia	32
1.1.3 Hábitos alimentares	37
1.1.4 A cultura material	42
1.2 A formação do acervo indígena dos Museus Históricos de Cambé e Londrina	51
1.2.1 Museu Histórico de Cambé	51
1.2.2 O Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	55
1.3 Análise dos objetos musealizados	61
1.3.1 Perfil tipológico da cerâmica	61
1.3.1.1 Quantificação dos fragmentos por categoria	62
1.3.1.2 Variáveis métricas	62
1.3.1.3 Tratamento de superfície	64
1.3.1.4 Antiplástico	66
1.3.1.5 Tipo de queima	66
1.3.1.6 Morfologia da borda e tipo de lábio	67
1.3.2 Perfil tipológico da cestaria	71
1.3.2.1 Trançados para uso doméstico	72
1.3.2.2 Armas	77
1.3.2.3 Adornos plumários	80
1.2.3.4 Instrumentos musicais	82

CAPÍTULO 2: O CONTATO COM O FÓG E A CONSTRUÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO	85
2.1 Os primeiros contatos	85
2.2 A formação das cidades espanholas e das missões jesuíticas	89
2.3 A invasão continua.....	91
2.4 Os aldeamentos em territórios Kaingang.....	93
2.4.1 O aldeamento São Pedro de Alcântara	94
2.4.2 O aldeamento São Jerônimo.....	97
2.5 Os últimos territórios Kaingang a serem conquistados.....	104
2.6 Destruindo a presença indígena e construindo o vazio demográfico	111
CAPÍTULO 3: OS KAINGANG DA TERRA INDÍGENA APUCARANA	122
3.1 Territorialidade.....	122
3.2 A desterritorialização e a formação da Terra Indígena Apucarana.....	125
3.3 <i>Ûri</i>	131
3.3.1 Registros sobre o artesanato na T.I Apucarana.....	134
3.3.2 A luta pela terra continua.....	151
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	171
Anexo A – Mapa da expansão da cafeicultura paranaense com o território dividido em três partes: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo	172
Anexo B – Autorização para realização da pesquisa na Terra Indígena Apucarana.....	173
Anexo C – Ficha de registro do Sítio Arqueológico Apucarantina I, editada nos termos da Portaria do IPHAN nº 241, de 19/11/1998 e que define o modelo oficial	174
Anexo D – Ábaco de círculos concêntricos	175
Anexo E – Livreto de propagandas da Companhia de Terras Norte do Paraná	

para venda de terras 176

INTRODUÇÃO

Após a Constituição Federal de 1988, que garantiu alguns direitos aos povos indígenas, especialmente o direito aos seus territórios tradicionais, é que a história indígena teve espaço no Brasil, gerando grande demanda e valorização de pesquisas na área. De acordo com Cavalcante (2011) já é muito conhecida a clássica e aparentemente superada dicotomia entre antropologia e história, que no século XIX se definiam a partir de seus objetos de estudo.

A primeira se dedicava ao estudo das culturas nativas não-ocidentais, consideradas inferiores e estáticas. Já a história devia se preocupar com as culturas de origem europeia, ávidas pela mudança e especialmente letradas, o que permitia produzir e deixar muitos documentos escritos sobre o próprio passado. Essa distinção entre as duas disciplinas estava, sem dúvida, ligada aos ideais expansionistas e racistas presentes nas ciências sociais (CAVALCANTE, 2011, p. 7).

O discurso de Francisco A. de Varnhagen, sobre os indígenas no Brasil, segundo o qual “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”, ilustra bem esse pensamento (VARNHAGEN, [1854] 1962, p.22). Como afirma Manuela Carneiro da Cunha (1998), durante muito tempo os indígenas não foram vítimas apenas da eliminação física, mas também da eliminação enquanto sujeitos históricos. Essa imagem dos “índios sem história” percorreu durante décadas a historiografia brasileira.

Falando de história indígena no Paraná, podemos dizer que tal presença foi deslegitimada por muitos anos pelos inúmeros discursos que afirmavam e reafirmam a ideia das terras desprovidas de população. Isso se deu principalmente na região norte¹ do estado, onde o discurso fala sobre progresso, civilização, pioneirismo e cafeicultura, conjunto de ideias que promoveram alguns silêncios e um deles foi o da presença indígena no processo de formação dos municípios que ocupam a região do baixo Tibagi (região de Londrina)².

O exercício do direito e da palavra foi um privilégio dos europeus durante o processo de escrita da história e “isto afeta não só as grandes interpretações, mas também a produção mesma das fontes documentais, o que torna bastante difícil escapar do esquematismo da história

¹Do ponto de vista histórico, a colonização do norte paranaense é apresentada pela divisão desse território em três partes: norte velho ou norte pioneiro, localizado no nordeste do estado, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi, cujo a ocupação foi iniciada em meados do século XIX, desenvolvendo-se nas primeiras décadas do século XX. O norte novo, região que vai desde o rio Tibagi até as proximidades de Maringá. Por fim, o norte novíssimo, que compreende a região que se estende das proximidades de Maringá, até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda margem direita do Piquiri, colonizada desde 1940 até 1960 (CARDOSO apud LIMA, 2014, p.84). (ver anexo A).

²As terras da bacia do rio Tibagi compreendem espaços em três planaltos, organizadas entre as sub-regiões: alto Tibagi (localizada no segundo planalto paranaense), médio Tibagi (escarpas de transição entre os planaltos) e baixo Tibagi (localizada no terceiro planalto paranaense) (TOREZAN, 2002)

oficial e vir a reconstituir o cotidiano das relações entre indígenas e colonizadores” (OLIVEIRA, 2010, p. 31).

Em “*As Guerras dos Índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná 1769-1924*”, 2008, Lúcio Tadeu Mota mostra como a história da região norte paranaense foi construída a partir do discurso do vazio demográfico, criado pelos geógrafos entre as décadas de 30 a 50 do século XX. Uma interpretação que simplesmente desconsiderou os povos indígenas, ao contrário do que apontam as pesquisas arqueológicas, fontes e estudos históricos mais recentes.

A bibliografia arqueológica atesta o povoamento por vários grupos humanos entre os rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi ao longo dos últimos 7.000 anos. Para outras regiões do estado do Paraná há evidências arqueológicas que remontam cerca de 10.000 AP³ “[...] não existem terras na região sul do país que não tenham sido ocupadas sistemática ou ocasionalmente por populações indígenas em momentos distintos e em todos seus espaços” (NOELLI, 1999-2000, p.26).

Os arqueólogos ligados ao antigo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA)⁴ classificaram essas evidências em tradições, subtradições e fases. Citaremos aqui as definições propostas por Igor Chmyz na “*Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica*” (1976):

Tradição: “Grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal” (p.145);

Subtradição: “Variedades dentro de uma mesma tradição” (p.143);

Fase: “Qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc, relacionados no tempo e no espaço, em um ou mais sítios” (p.131). De acordo com Prous (1992) era utilizada a noção de fase para descrever aspectos locais de uma mesma tradição ou subtradição cultural.

A arqueologia brasileira vem debatendo nos últimos anos sobre alguns dos problemas inerentes à classificação dos vestígios arqueológicos em fases e tradições. Para Parellada (2005), o conceito de fase caiu em desuso devido suas implicações teóricas e metodológicas, porém, “a tradição, de uma forma geral, ainda se caracteriza na estratégia classificatória de dados arqueológicos mais usada no Brasil, e vem permitindo e permeando, a maior parte dos diálogos de arqueologia regional” (PARELLADA, 2005, p. 26)

³ AP significa antes do presente que, por convenção é 1950. Trata-se de uma menção à descoberta da técnica de datação pelo carbono 14, que se deu em 1952.

⁴ Com o intuito de promover uma padronização técnica e metodológica para arqueologia brasileira, surgiu em 1965 o PRONAPA. O programa, idealizado pelos arqueólogos americanos Betty Meggers e Clinford Evans nasceu de um encontro científico promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Universidade Federal do Paraná. Teve duração de cinco anos.

A variabilidade dos conjuntos artefatuais dos sítios arqueológicos estudados no Paraná indicam conjuntos distintos, relacionados a grupos de caçadores-coletores não ceramistas e ceramistas que foram classificados nas tradições: Bituruna, Umbú, Humaitá e sambaqui, relacionada ao grupo dos caçadores-coletores; Itararé-Taquara e Tupiguarani, filiada a grupos horticultores e ceramistas e tradições Planalto e Geométrica para as pinturas e gravuras rupestres (PARELLADA, 2005). Noelli (1999-2000) destaca que foi com a chegada das tradições ceramistas que a instabilidade das populações Umbú e Humaitá passou a ser alterada. Para o autor, os marcadores que distinguem todas as populações do sul, são três, “que podem ser empregadas de forma isolada ou combinada: linguísticos, materiais e biológicos” (p.28).

No início do século XVI, quando chegaram os primeiros europeus onde hoje é o estado do Paraná, já se encontravam na região as populações indígenas conhecidas como históricas. São elas: Os Guarani e Xetá do tronco linguístico Tupi, e os Kaingang e Xokleng do tronco linguístico Macro-Jê (MOTA, 2008).

O contato dessas populações tradicionais com os novos ocupantes, ocasionou uma rápida transformação em seus modos de vida, onde foram drasticamente reduzidas pelos confrontos armados por posse de terras, escravização e doenças contagiosas. Os que sobreviveram foram obrigados a viver em espaços menores e sob o domínio dos novos padrões culturais trazidos pelos invasores.

No Paraná existem atualmente três etnias indígenas: Guarani, Kaingang e Xetá. Tommasino (2013) descreve sobre a presença de alguns Xokleng provenientes de Santa Catarina que têm vindo viver nas AIs⁵ dos Kaingang. Antes detentores de praticamente todas as terras do estado, hoje vivem em pequenas áreas demarcadas pelo Governo Federal. Etnias, que muitas vezes no passado figuravam como inimigas (Guarani e Kaingang), acabaram sendo aldeadas em um mesmo espaço, como é o caso das terras indígenas de São Jerônimo, município de São Jerônimo da Serra; Laranjinha, município de Santa Amélia e Abatiá; Mangueirinha, município de Chopinzinho, Coronel Vivida e Mangueirinha e Rio das Cobras, município de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu⁶.

Diante de tal cenário, entende-se que trazer à tona algumas dessas vozes, que por muito tempo foram silenciadas pela história dominante, redimensionando o estudo dos povos para além das sociedades europeias é de suma importância para o bom entendimento do processo de povoamento da região onde atualmente está localizado o município de Londrina.

⁵ Áreas Indígenas.

⁶Dados sobre as etnias e terras indígenas extraídos do site <www.funai.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2015.

Desenvolvendo um diálogo com a arqueologia, história e antropologia, interessa-nos buscar uma melhor compreensão sobre a ocupação kaingang na região, a fim de desconstruir o discurso do vazio demográfico que por décadas foi referência para estudos sobre a história local. Ao mesmo tempo, constitui-se numa tentativa de compreender a sociedade Kaingang no que se refere a produção material, em especial a cerâmica e a cestaria, visando refletir sobre as transformações ou mesmo o abandono de algumas técnicas após o contato desta população indígena com as sociedades envolventes.

As terras que compreendem o baixo Tibagi, alvo de nossa pesquisa, eram tradicionais redutos ocupados pelos Kaingang e representam apenas uma pequena parcela de seus territórios tradicionalmente ocupados na região sul do Brasil.

Podemos dizer que os Kaingang foram um dos principais personagens de resistência contra a penetração dos novos ocupantes, representando hoje a etnia indígena mais populosa do estado.

Procurar-se-á estabelecer aqui, correlações entre o passado arqueológico e o presente etnográfico, não restringindo a pesquisa apenas a dados da cultura material, mas também fazer uma relação destes com seus produtores.

Acreditamos que a inclusão da arqueologia possibilitará pensar a história indígena a partir de um ponto de vista mais integral, incluindo a história pré-contato no escopo de uma abordagem de longa duração, na qual a história indígena não seja determinada pela história colonial.

Nesse sentido, as fontes e o percurso que seguimos durante a elaboração desta pesquisa foram os seguintes:

- 1) **Pesquisas bibliográficas** procurando fazer uma ponte entre dados arqueológicos, etnográficos e históricos;
- 2) **Levantamento Cadastral** a partir de consultas ao banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a fim de evidenciar os sítios arqueológicos atribuídos a ocupação Kaingang na área de estudo;
- 3) **Pesquisa museográfica** a partir de estudo e análise tipológica de coleções arqueológicas e etnográficas representativas da cultura Kaingang, que se encontram sob guarda e curadoria do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss e do Museu Histórico de Cambé. Os dados foram organizados em grupos ou categorias utilizando a distribuição de frequência de modo a descrever os principais atributos analisados em cada objeto.

Consideramos as evidências arqueológicas atribuídas a tradição Itararé-Taquara como sendo representantes dos Kaingang, visando construir assim, um estudo histórico para este grupo étnico que não tenha tido início apenas após a chegada dos europeus na região.

Como fonte de estudo para os arqueólogos e historiadores, a cultura material é de vital importância, permitindo a análise e a compreensão da dinâmica social e cultural dos grupos horticultores antigos. Acredita-se que a cultura material é pensada dentro da ótica da representação, pois “é possível descobrir ou aproximar-se do que está oculto nas evidências materiais, levando em conta as ausências, as diferenças e semelhanças que constituem o padrão da cultura material em um contexto espacial e temporal específico” (FUNARI, 1999, p. 169)

4) **Pesquisa etnográfica na Terra Indígena Apucarana** por meio de observações diretas, registro fotográfico, caderno de campo, comunicações verbais e entrevistas, que foram realizadas de duas maneiras:

- Entrevistas orais do tipo história de vida, com os moradores mais antigos da T.I, que “[...] têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala” (ALBERTI, 2004, p. 37). Reconhecemos que as trajetórias dos indivíduos ou dos grupos merecem ser ouvidas, pois, “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos” (THOMPSON, 1992, p.17).
- Entrevistas temáticas semiestruturadas com os conhecedores do artesanato indígena, a fim de compreender a produção artefactual contemporânea.

Utilizamos a oralidade como investigação a fim de adquirirmos uma visão êmica, no sentido de evidenciar qual a visão que os indígenas possuem de sua própria historicidade (a representação dos indígenas sobre si). Essa observação certamente irá ajudar no trabalho de crítica das fontes, tendo como pressuposto não somente a leitura de fontes indígenas a partir de chaves hermenêuticas não-indígenas, mas também a partir das chaves culturais próprias do grupo estudado.

Nosso primeiro contato com a Terra indígena Apucarana se deu no dia 07 de dezembro de 2015 com o intuito de conseguir a autorização para pesquisa com as lideranças indígenas, que nos foi concedida pelo então cacique Sr. Natalino Jagu Marcolino (ver autorização assinada em anexo B). A partir da autorização, demos início a pesquisa de campo que se realizou entre os anos de 2016 e 2017. As idas até a T.I sempre foram comunicadas previamente ao cacique via celular, como combinado.

Dentro desse espaço de tempo, também estabelecemos o contato com os indígenas fora da aldeia, a exemplo da Feira Afro-Indígena realizada no dia 14 de maio de 2016 no calçadão

de Londrina e visita na Casa de Passagem Indígena, localizada no antigo centro de moagem de resíduos sólidos na zona sul de Londrina, no dia 14 de março de 2017, a fim de compreendermos a mobilidade Kaingang entre a aldeia e a venda do artesanato na cidade.

A princípio planejamos realizar o estudo também nas outras terras indígenas da área que compreende a região do baixo Tibagi, como T.I São Jerônimo e T.I Barão de Antonina, localizadas no município de São Jerônimo da Serra, bem como em outros Museus da região. Porém ao analisarmos o curto espaço de tempo para o desenvolvimento da pesquisa, percebemos que não seria possível estender a investigação para essas áreas. Por tanto, selecionamos os Museus de Londrina e Cambé e a Terra indígena de Apucarana como pontos de partida para desdobramentos futuros.

Além dos acervos museológicos e dos dados coletados na T.I também utilizamos como fonte uma entrevista realizada com um não-indígena, filha de imigrantes portugueses que vieram para o norte do Paraná no período de expansão cafeeira. A depoente relata sobre a presença indígenas que viviam nas florestas da região em meados da década de 1930.

Solicitamos autorizações prévias em todas as entrevistas e entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos envolvidos. Os depoimentos foram gravados via celular (gravador de áudio) e transcritos para citação na pesquisa. As palavras foram transcritas, tal qual proferidas, orientando-se pelo som enunciado e não pelas regras de ortografia. De modo a preservar a identidade dos depoentes, os identificamos no decorrer do texto por sexo e idade, não citando seus nomes, com exceção de um deles que nos permitiu a sua identificação.

Diante deste quadro, a presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo se fundamenta em dados produzidos pela arqueologia e etnografia e nos testemunhos materiais oriundos da olaria e cestaria Kaingang a partir de objetos já musealizados.

Conciliando essas informações, apresentar-se-á um panorama sobre as características culturais deste grupo, o processo de ocupação na região e a ligação entre a tradição arqueológica Itararé-Taquara e o Kaingang, entendidos aqui como um único grupo étnico. Por fim será apresentado uma síntese do processo de formação das instituições museológicas que salvaguardam os objetos estudados e os dados levantados a partir da análise dos mesmos.

No segundo capítulo mostramos como se deram os primeiros contatos entre os Kaingang e os colonizadores europeus e como o discurso do vazio demográfico foi construído diante de uma realidade repleta de indígenas.

A partir de uma associação de elementos arqueológicos, históricos e etnográficos, mais a análise de pesquisas já realizadas, como Tomazi (1997), Tommasino (1995), Mota (2008), Lima (2014), entre outros, nossa preocupação será em mostrar como o vazio demográfico pode ser desconstruído, possibilitando assim, a construção de uma história que antecede os “pioneiros” e que continua sendo parte integrante da região. Conforme Tommasino (1998, p. 69) “os Kaingang já frequentavam a região de Londrina quando a cidade não existia nem em sonho”.

Por fim, no terceiro capítulo, abordaremos atual situação vivida pelos Kaingang da Terra Indígena Apucarana e como transformaram e reelaboraram sua cultura para fazer frente às pressões externas. Apresentaremos os processos de desterritorialização e formação da T.I e faremos uma descrição dos processos de produção do artesanato, desde a coleta da matéria prima até a venda em Londrina, onde encontraram “uma forma de (re)territorialização em espaços, hoje, ocupados pelos brancos” (TOMMASINO, 1998, p. 66).

CAPÍTULO 1: OS TESTEMUNHOS MATERIAIS DA OCUPAÇÃO KAINGANG NO BAIXO TIBAGI: UM ESTUDO DO ACERVO INDÍGENA DOS MUSEUS HISTÓRICOS DE LONDRINA E CAMBÉ, PR

1.1 Os primeiros Agricultores – Ceramistas da região: informações arqueológicas e etnográficas.

De acordo com Parellada (2005), os primeiros agricultores-ceramistas chegaram em território atualmente compreendido pelo estado do Paraná há aproximadamente 4 mil anos, ocupando preferencialmente as terras altas do sul do país, denominados pela arqueologia como tradição Itararé-Taquara. Pesquisas arqueológicas colocam essa tradição como portadora de uma das primeiras ocorrências de cerâmica no Brasil meridional⁷.

No final dos anos 1960, a interpretação pronapiana postulou três tradições arqueológicas para o sul do Brasil e estado de São Paulo, que seus criadores chamaram de tradição Taquara (E. Miller, 1967) e tradição Itararé e Casa de Pedra (I. Chmyz, 1967, 1968).

Para definir as tradições arqueológicas, a metodologia do PRONAPA se dava pelos marcadores obtidos nas vasilhas ou fragmentos cerâmicos, como o antiplástico, a cor, o acabamento de superfície e, eventualmente, as formas das vasilhas e os diferentes ambientes de inserção dos sítios arqueológicos (NOELLI, 1999).

Contrariando a metodologia pronapiana para definir as tradições, Miller Jr. (1978) manifesta que esses marcadores não seriam elementos suficientes para separar tradições, pois o antiplástico e a cor podem ser derivados das ofertas locais de matéria prima, conforme as características geológicas de cada região. O autor propõe que as tradições cerâmicas Itararé e Casa de Pedra são “subtradições de uma única tradição cerâmica associada com a utilizada pelos povos de fala caingáng-xokleng conhecidos historicamente” (MILLER JR, 1978, p 32-33).

[...]por razões de (1) tecnologia, (2) forma e (3) distribuição em espaço e em tempo, estamos mais do que inclinados a considerar que todas as tradições regionais não-tupiguaranis desde o planalto rio-grandense (excluindo o litoral sul-riograndense) até a bacia do Tietê, devem ser consideradas como uma única tradição cerâmica (MILLER JR, 1978, p. 31)

Repensando a abordagem pronapiana, Miller Jr. (1978), Prous (1992), Araújo (2001), Parellada (2005), entre outros pesquisadores, chegam a conclusão de que não há diferenças

⁷ Conforme dados de Parellada (2005, p. 42) o sítio arqueológico Itararé-Taquara que apresenta data mais recuada no Paraná, é o Sítio José Vieira em Guaporema, com 3435 ±175 AP.

significativas para fundamentar três tradições, sugerindo assim, o agrupamento das mesmas sob um mesmo rótulo, correspondendo a tradição arqueológica Itararé-Taquara.

Esta tradição está associada a grupos distintos dos Guarani, falantes de idioma Jê e representados atualmente pelos Kaingang e Xokleng, também descritos em documentações históricas no território paranaense, como os Guaianás, Gualachos, Chiquis, Dorins, Camperos, Camés e Coroados⁸.

A definição da continuidade histórica entre as populações indígenas no sul do Brasil é, segundo NOELLI (1999), outro problema não resolvido, derivado do chamado pelo autor de “hermetismo pronapiano”. Como os pronapianos consideram “a cultura de uma maneira artificialmente separada dos seres humanos”, não criaram os meios para definir quais populações históricas estavam relacionadas com às evidências arqueológicas. Isso, talvez, se de pelo fato de que a arqueologia pronapiana está totalmente desconectada da interdisciplinaridade, deixando de lado dados históricos, etnológicos, linguísticos e biológicos, sem estabelecer assim, correlações entre o passado arqueológico e o presente etnográfico.

A continuidade entre a tradição arqueológica e os povos indígenas, historicamente conhecidos, passa a ser fortalecida por algumas pesquisas que documentam a vida cotidiana dos Jê do sul, trazendo dados importantes para interpretação arqueológica. Um exemplo é a pesquisa de Miller Jr. (1978), que compara fragmentos provenientes de sítios arqueológicos, fragmentos de locais historicamente conhecidos como de ocupação Kaingang e vasilhames feitos por duas informantes Kaingang dos postos indígenas de Icatu e Vanuíre (SP), evidenciando muitas semelhanças no método de manufatura. A compreensão da tradição Itararé-Taquara como relacionada a populações da família linguística Jê meridional, fica também evidenciada com a análise de documentação etno-histórica e dos acervos de museus e instituições culturais.

De acordo com Noelli (1999), apesar dos inúmeros problemas existentes, a questão dos Jê do sul do Brasil está definida em termos de continuidade histórica.

Apesar do conjunto de dados existentes ter sido obtido a partir de pesquisas arqueológicas consideradas pouco rigorosas e, de maneira monocausal, interpretado apenas por pressupostos deterministas e difusionistas, é possível afirmar que as linhas gerais da sequência de ocupação humana de populações ceramistas no sul do Brasil deixaram de ser hipotéticas (NOELLI, 1999, p.21).

⁸ “[...]foram chamados de Coroados devido à tonsura circular no cabelo, que homens e mulheres realizavam no alto da cabeça, provavelmente imitando os religiosos da época, como os frades franciscanos”. (PARELLADA, 2008, p. 218)

Como mostram as pesquisas arqueológicas, destacando a já mencionada pesquisa de Miller Jr. (1978), existem muitos pontos em comum entre a tradição Itararé-Taquara e os Jê meridionais, embora também existam pontos divergentes. No entanto, isto não quer dizer que se trata de culturas distintas, pois com o passar do tempo os padrões culturais sofreram alterações devido a diversos fatores, alguns inerentes a própria cultura, que com o passar do tempo se auto recicla, outros devido às influências externas oriundas de outros grupos humanos. E.P Thompson (1989) não acredita na definição de que existem culturas totalmente autônomas umas das outras.

1.1.1 O território

Estudos linguísticos sugerem que a família Jê teria se originado em planaltos do Brasil central, “em algum lugar entre as nascentes do Rio São Francisco e Araguaia” (URBAN, 1992, p. 90). Estudos arqueológicos apontam que o território reconhecido desse grupo é uma vasta e ecologicamente diversa região, “que ocupa terras desde a costa atlântica até o Rio Paraná em áreas dos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul (MS), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), além da província argentina de Misiones (MI) ” (CORTELETTI, 2013, p. 100).

No Paraná, com a chegada dos Guarani e, na medida em que estes iam conquistando os vales dos rios, os Kaingang foram sendo empurrados para o centro-sul do Estado ou sendo confinados nos territórios inter-fluviais e os Xokleng foram sendo impelidos para os contrafortes da Serra Geral, próximos do litoral. A partir do final do século XVII, com o impacto da presença europeia, houve uma drástica diminuição dos Guarani, foi quando os Kaingang voltaram a se expandir por todo o estado (MOTA & NOVAK, 2008).

A conquista dos Kaingang e seus territórios no Paraná, teve início em 1770 com a ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas e até 1930, apesar da resistência, todos os grupos Kaingang já estavam conquistados e aldeados. “O primeiro grupo do Tibagi aldeou-se em 1859, com a criação do Aldeamento São Jerônimo e o último grupo dos Kaingang que viviam na região dos rios Laranjinha e Cinzas, rendeu-se em 1930” (TOMMASINO, 1998, p 67) (Figura 1). Mesmo aldeados, os Kaingang circulavam pelas matas existentes caçando, coletando e pescando nos rios Tibagi, Pirapó, Ivaí, Piquiri e seus afluentes (MOTA & NOVAK, 2008).

Figura 1. “O sr. Pitoli contempla um grupo de índios da tribo do Rio Laranjinha, já civilizados, moradores de suas terras em Cornélio Procópio, no ano de 1932”



Fonte: Acervo Centro de Documentações e Pesquisas Históricas (CDPH) Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A legenda da figura 1 retrata a autoimagem dos colonizadores em comparação com os outros, ou seja, “o civilizado *versus* o selvagem” e, ao mesmo tempo, desconstrói o vazio demográfico (tema discutido no segundo capítulo desta dissertação) pois, se estas terras eram desprovidas de população, quem são esses indígenas legendados como “já civilizados” e moradores do município de Cornélio Procópio no ano de 1932? Para Mota (2008) o discurso do vazio demográfico foi criado como uma forma de ocultar os conflitos indígenas da época. Segundo o autor “o vazio foi criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas, que, deste modo, foram colocadas à margem da história” (p. 25).

A ocupação Kaingang no território que representa a região em estudo pode ser sintetizada com os sítios arqueológicos presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e com as terras indígenas da área. O mapa abaixo (Figura 2) faz a relação desses pontos.

Quadro 1. Informações sobre os sítios arqueológicos ilustrados no mapa

	Sítio	Local	Artefatos/Estruturas	Filiação cultural	Categoria	Nº do Sítio no CNSA	Responsável pelo registro	Ano
1	Residencial Interlagos 2	Apucarana	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR00965	Francisco Silva Noelli	1899
2	Curiúva 2	Curiúva	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01799	Valdir Luiz Schwengber	2015
			Lítico Lascado	-				
3	Londrina 01	Londrina	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01473	Valdir Luiz Schwengber	2013
			Lítico lascado	-				
4	Londrina 02	Londrina	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01591	Valdir Luiz Schwengber	2013
			Lítico lascado	-				
5	Apucarantina I	Londrina – Distrito de Lerroville	Cerâmica	Kaingang e Guarani	Pré-colonial	-	Maquieli Elisabete Menegusso	2016
			Lítico lascado	-				
6	PR.OR.FNK.002– Estaleiro	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01648	Miguel Gaissler	2012
			Lítico lascado	-				
7	PR.OR.FNK.003 – Enforcado	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01649	Miguel Gaissler	2012
			Lítico polido					
8	PR.OR.FNK.008 – Campina 4	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01608	Miguel Gaissler	2012
9	PR.OR.FNK.014 – Estaleiro 2	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01614	Miguel Gaissler	2012
			Lítico polido					
10	PR.OR.FNK.015 – Arenoso	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01615	Miguel Gaissler	2012
			Lítico lascado					
11	PR.OR.LTK.016 – Cascavel	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01616	Miguel Gaissler	2012
			Lítico lascado					
12	PR.OR.LTK.017 – Arvorezinha	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01617	Miguel Gaissler	2012
			Lítico polido					
13	PR.OR.LTK.018 – Garimpo	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR 01618	Miguel Gaissler	2012
			Lítico					
			Fogueira					
14	PR.OR.LTK.020 – Ramal I	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01620	Miguel Gaissler	2012
			Lítico lascado					
15	PR.OR.LTK.021– R1	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01621	Miguel Gaissler	2012
			Lítico lascado					

			Lítico polido					
16	PR.OR.LTK.022– R1 – Campina I	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01622	Miguel Gaissler	2012
			Lítico					
17	PR.OR.LTK.023– R1 – Campina II	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01623	Miguel Gaissler	2012
			Lítico					
18	PR.OR.LTK.024– R1 – Campina III	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01624	Miguel Gaissler	2012
			Lítico lascado					
			Lítico polido					
19	PR.OR.LTK.025– R1 – Campina IV	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01625	Miguel Gaissler	2012
			Lítico					
20	PR.OR.LTK.026– R1 – Campina V	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01626	Miguel Gaissler	2012
			Lítico					
21	PR.OR.LTK.027– R1 – Campina VI	Ortigueira	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01627	Miguel Gaissler	2012
22	PR.OR.FNK.091.Fág II	Ortigueira	Casa Subterrânea	Kaingang	Pré-colonial	PR01524	Miguel Gaissler	2013
23	PR.OR.FNK.106.Re	Ortigueira	Casa Subterrânea	Kaingang	Pré-colonial	PR1534	Miguel Gaissler	2013
24	PR.OR.FNK.107. Kruko	Ortigueira	Casa Subterrânea	Kaingang	Pré-colonial	PR01535	Miguel Gaissler	2013
25	São Jerônimo da Serra II	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01475	Valdir Luiz Schwengber	2013
			Lítico lascado					
26	São Jerônimo da Serra III	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01476	Valdir Luiz Schwengber	2013
			Lítico lascado					
27	São Jerônimo da Serra IV	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01477	Valdir Luiz Schwengber	2013
			Lítico lascado					
28	T.I Barão de Antonina 5	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang e Guarani	Pré-colonial	PR01012	Francisco Silva Noelli	1899
29	T.I Barão de Antonina 7	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01014	Francisco Silva Noelli	1899
30	T.I Barão de Antonina 9	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01018	Francisco Silva Noelli	1899
			Lítico lascado	-				
			Abrigo-sob-rocha	-				
31	T.I Barão de Antonina 10	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01019	Francisco Silva Noelli	1899
			Lítico lascado	-				
			Abrigo-sob-rocha	-				

32	T.I Barão de Antonina 11	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01020	Francisco Silva Noelli	1899
			Lítico lascado	-				
			Abrigo-sob-rocha	-				
33	T.I Barão de Antonina 12	São Jerônimo da Serra	Cerâmica	Kaingang e Guarani	Pré-colonial	PR01034	Francisco Silva Noelli	1899
34	T.I Barão de Antonina 14	São Jerônimo da Serra	Pari ¹¹	Kaingang	Histórico	PR01031	Francisco Silva Noelli	1899
35	T.I Barão de Antonina 15	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01032	Francisco Silva Noelli	1899
36	T.I Barão de Antonina 16	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01033	Francisco Silva Noelli	1899
37	T.I Barão de Antonina 17	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01036	Francisco Silva Noelli	1899
38	T.I Barão de Antonina 18	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01037	Francisco Silva Noelli	1899
39	T.I Barão de Antonina 19	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01038	Francisco Silva Noelli	1899
40	T.I Barão de Antonina 20	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01039	Francisco Silva Noelli	1899
41	T.I Barão de Antonina 21	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01040	Francisco Silva Noelli	1899
42	T.I Barão de Antonina 22	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01041	Francisco Silva Noelli	1899
43	T.I Barão de Antonina 23	São Jerônimo da Serra	Pari	Kaingang	Histórico	PR01042	Francisco Silva Noelli	1899
44	T.I Apucarana 03	Tamarana	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR00936	Francisco Silva Noelli	1899
45	T.I Apucarana 11	Tamarana	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR00948	Francisco Silva Noelli	1899
			Lítico Lascado	-				
			Lítico Polido	-				
46	T.I Apucarana Pari 01	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00949	Francisco Silva Noelli	1899
47	T.I Apucarana Pari 02	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00950	Francisco Silva Noelli	1899

¹¹ Armadilha de pesca usada pelos Kaingang. Ver imagem e descrição nas pgs. 40-41.

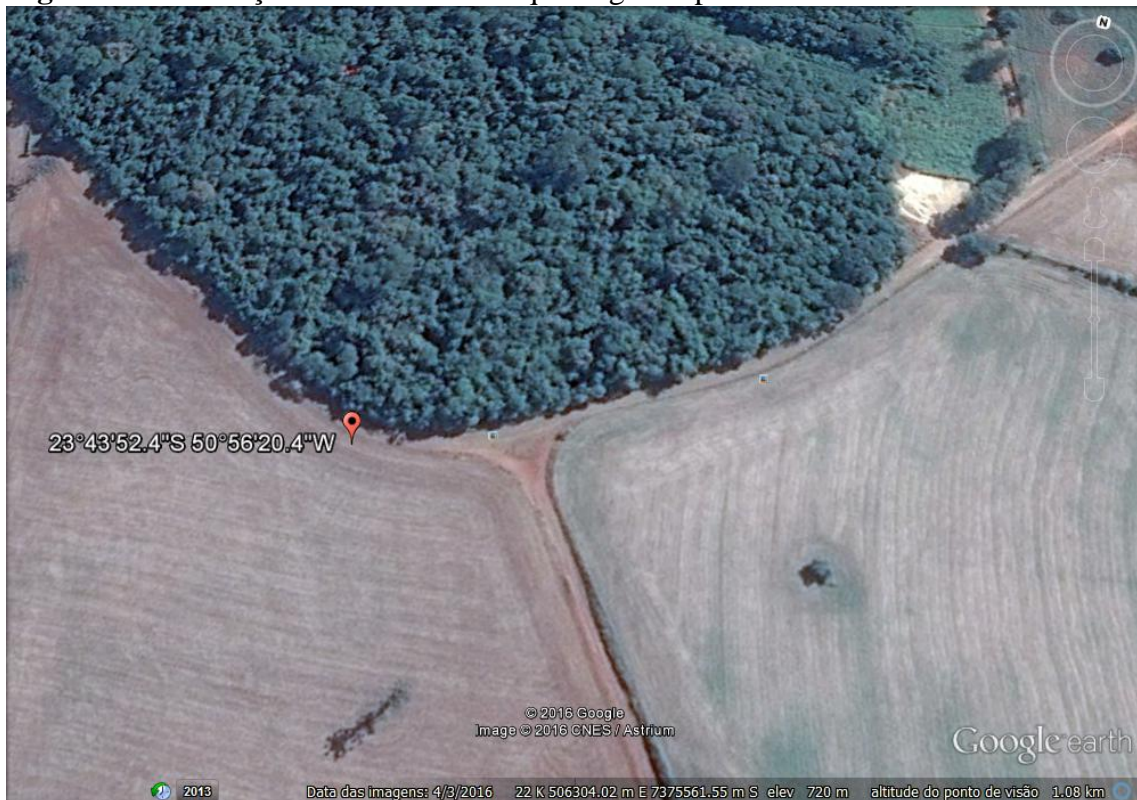
48	T.I Apucarana Pari 03	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00951	Francisco Silva Noelli	1899
49	T.I Apucarana Pari 04	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00940	Francisco Silva Noelli	1899
50	T.I Apucarana Pari 05	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00941	Francisco Silva Noelli	1899
51	T.I Apucarana Pari 06	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00942	Francisco Silva Noelli	1899
52	T.I Apucarana Pari 07	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00943	Francisco Silva Noelli	1899
53	T.I Apucarana Pari 09	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00953	Francisco Silva Noelli	1899
54	T.I Apucarana Pari 10	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00954	Francisco Silva Noelli	1899
55	T.I Apucarana Pari 11	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00955	Francisco Silva Noelli	1899
56	T.I Apucarana Pari 12	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00956	Francisco Silva Noelli	1899
57	T.I Apucarana Pari 13	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00957	Francisco Silva Noelli	1899
58	T.I Apucarana Pari 14	Tamarana	Pari	Kaingang	Histórico	PR00958	Francisco Silva Noelli	1899
59	Ribeirão Fazenda 1	Uraí	Cerâmica	Kaingang	Pré-colonial	PR01901	Valdir Luiz Schwengber	2016
			Lítico lascado	-				

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do CNSA, disponível em < www.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2017

O respectivo mapa aponta um total de 05 terras indígenas Kaingang e 59 sítios arqueológicos atribuídos a este grupo étnico, sendo o sítio arqueológico Apucarantina I (Figuras 3 e 4) evidenciado durante a pesquisa de campo na Terra Indígena Apucarana, em 03 de junho de 2016.

O Local foi devidamente registrado e cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (ficha de registro em anexo C). Não foram realizadas intervenções de solo, as atividades desenvolvidas no local foram apenas o registro e a coleta de superfície, apenas uma pequena quantidade para amostragem que foi doada ao Museu Histórico de Londrina. Trata-se de um possível sítio multicomponencial¹² pré-colonial, localizado no Distrito de Lerroville à uma distância aproximada de 5km da T.I Apucarana. O Local apresenta inúmeros fragmentos cerâmicos, alguns atribuídos à cultura Guarani e outros Kaingang, juntamente com algumas lascas de lítico.

Figura 3. Localização exata do Sítio Arqueológico Apucarantina I



Fonte: Acervo autora – Imagem google Earth

¹² Denomina-se multicomponencial quando o sítio apresenta uma sequência de ocupações superpostas, como, por exemplo, uma ocupação histórica superposta a uma ou mais ocupações pré-históricas, ou uma ocupação de grupo ceramista sobre uma ou várias ocupações de grupos aceramistas ou mesmo outros grupos ceramistas (Manual de preenchimento – SGPA Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro. IPHAN, departamento de identificação e documentação, 1998, p. 8). Para que a categoria do sítio seja confirmada é necessário a realização de estudos mais aprofundados no local.

Figura 4. Imagem do Sítio Arqueológico com vestígios evidenciados no barranco da estrada



Fonte: Acervo autora

O fato dos sítios arqueológicos Apucarantina I, T.I Barão de Antonina 5 e T.I Barão de Antonina 12, apresentarem vestígios atribuídos a duas culturas que num passado figuravam como inimigas, nos remete a pensar em algumas possibilidades. Uma delas, a que acreditamos ser mais provável, seria de duas ocupações em momentos distintos, outra, nos cabe a pensar se seria possível ter ocorrido um entrecruzamento cultural entre Kaingang e guarani em um período pré-contato. A resposta só virá com pesquisas futuras, a partir de sítios arqueológicos devidamente escavados e interpretados.

1.1.2 Os Kaingang e sua engenharia

Um dos elementos mais característicos desta cultura está associada à sua engenharia de terra para construção de suas casas subterrâneas, conhecidas popularmente como “casas de bugre”. Eram construídas nas regiões mais altas de campo aberto, submetidas a geada e ao vento frio, instalando-se nos capões de araucária do Paraná.

[...] são caracterizadas por covas profundas de 3 m até 18 m de diâmetro e com profundidade de 1 m até 6m, cavadas com picões de pedra no piso de alteração do arenito. A terra escavada era disposta em anel ao redor do buraco para desviar as águas da enxurrada, e um poste central com cerca de 15 cm de diâmetro levantava um teto de folhas, cujos caibros, calçados com pedras, se apoiavam ao redor da depressão. Nas casas mais profundas, uma banquetea corria ao longo da base da parede; uma rampa ou algumas lajes fincadas na parede à guisa de escada permitiam o acesso. Uma fogueira era instalada perto do centro da estrutura, alimentada por nós de pinhão – ótimo combustível [...] (PROUS, 2006, p. 49 - 50).

Conforme P.I Schimitz (2005) e Prous (2006) nos mesmos espaços junto as casas, geralmente aparecem aterros com cerca de 1m de altura que aparentam ter sido usados para sepultamentos. Segundo P.I Schimitz, centenas de sítios dessa natureza foram localizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e alguns até nas terras altas de Minas Gerais.

Numerosos trabalhos já foram escritos sobre os “buracos”, os arqueólogos ocupam-se do assunto há décadas, mas o que esses buracos, de fato representam e que utilidade teriam?

Para Parellada (2005) teriam usos variados: sepultamentos, habitações ou armazenagem de alimentos. Prous (2006) não descarta a possibilidade de algumas das casas terem sido usadas para armazenar pinhões, relatando que infelizmente vestígios alimentares não são preservados nos sedimentos ácidos das casas subterrâneas. Destacamos que estas casas podem ser consideradas como indicativo de sedentarismo e permanência em territórios definidos, havendo casos, como mostra Noelli (1999-2000) de assentamentos com até 60 ou 70 casas.

Os sítios arqueológicos com casas subterrâneas, em sua maioria, estão localizados, nas encostas das colinas, quase sempre próximo aos topos destas, próximos ou mesmo dentro de capões de mata, a distâncias não muito grandes de pequenos cursos d’ água, como nascentes e arroios.

As casas subterrâneas foram usadas pelos kaingang até aproximadamente o século XIX. Em “*Os Índios engenheiros e suas Estranhas Casas Subterrâneas*”, 2005, P.I Schmitz descreve um sítio arqueológico do município de Vacaria – RS, em que foram coletados sedimentos do interior da casa para datações pelo C14, que corresponderam a uma reocupação em meados do século XIX. A data para primeira ocupação da casa é do século XV, portanto quatro séculos anteriores à data de sua reocupação.

Sobre as moradias Kaingang, temos também relatos de viajantes que descrevem outras formas de habitações. Um exemplo é o relato do engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither¹³ que descreve, no século XIX, uma estrutura feita pelos Kaingang que habitavam o alto Ivaí, no estado do Paraná:

Guiados pelo próprio cacique, visitamos todas as palhoças, em número de quatro. Essas palhoças eram retangulares no plano, embora fossem de tamanhos diferentes, todas de largura e altura uniformes, sendo a largura de 15 pés. A maneira de construir era peculiar e de difícil descrição. A armação consistia de vergõteas verdes, com um comprimento de 16 a 18 pés, enfiadas no chão num espaço de 2 pés entre uma e outra, em duas linhas paralelas, com uma distância de 15 pés. Estas vergõteas, nas palhoças prontas, eram curvadas em direção uma da outra, até que as pontas se encontrassem. Nesta posição eram amarradas a um pau que servia de cumieira, colocado em cima, ao comprido. Havia outros paus, servindo de sarrafos, amarrados, horizontalmente sobre as vergõteas curvadas. A cobertura era de folhas de palmeira, que vinham desde a cumieira até o solo. As duas extremidades da palhoça eram tapadas com uma armação de varas de bambu, também cobertas de folhas de palmeira. A diferença estava em que, enquanto os lados eram curvos e formavam o telhado e a estrutura principal da palhoça, as extremidades eram de paredes retas, sem serem absolutamente necessárias como sustentáculo do resto da estrutura. Havia em cada lado uma abertura estreita para a entrada e saída, coberta de folhas de palmeira, de maneira tal que, ao entrar ou sair uma pessoa, a única coisa a fazer era puxá-las para um lado. Essa é a palhoça comum de todos os índios da tribo dos Coroados, quer selvagens ou mansos. Encontramos palhoças exatamente iguais a essas habitadas pelos Coroados selvagens que vivem em Corredeira do Ferro e, então quando, dois anos mais tarde, visitei mais outras tabas de índios do Rio Tibagi, achei que os ranchos não eram diferentes dos de Colônia Teresa. [...]A disposição interna era muito simples. Dos dois lados havia carreiras de folhas secas de palmeiras. Estas eram as camas dos índios, que dormem dez ou doze juntos em um rancho, com a cabeça voltada para o lado e os pés virados para o meio da palhoça. No centro havia uma passagem de cerca de 2 pés e 6 polegadas de largura²¹ e, ao longo da mesma, ardia uma fogueira ou mais (BIGG-WITHER [1878] 1974, p. 142)

Também temos outra descrição, a de um estrangeiro de nome Gustav Von Koenigswald que retrata as moradias Kaingang do Paraná entre os anos de 1903 e 1904:

Assim que escolheram o lugar abrem uma clareira grande e aproveitam os troncos finos das árvores e palmeiras para construir seus ranchos compridos que servem para acolher diversas famílias. As paredes geralmente possuem 5m. de largura e conforme o número de moradores (até 80 pessoas), 10 a 15 m., e até 30. e mais de comprimento, em ângulos retos. Os ranchos são construídos com troncos estacas de madeira que são amarradas entre si firmemente com cipós. Os dois lados pela largura sustentam um telhado baixo

¹³Thomas Bigg-Wither veio ao Paraná no século XIX como um dos expedicionários contratados da "Paraná and Mato Grosso Survey Expedition" com a intenção de realizar estudos para viabilização da construção da ferrovia que interligaria as províncias do Mato Grosso com o Paraná. Sua permanência estendeu-se de 1872-1875. Durante sua estada fez registros que resultaram na obra "Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná – três anos em suas florestas e campos 1872-1875", publicado em português em 1974.

formado por vigamento e folhas de palmeira e cuja maior não ultrapassa 5 metros. Menos freqüentemente são cobertas de capim e taquaras. O interior das cabanas forma um único compartimento, não existindo paredes internas e repartições. Pelo meio, na direção do comprimento, estende-se um largo corredor, um pouco mais baixo, tendo nos dois extremos uma porta estreita que conduz à saída. As camas das famílias se estendem a pequena distância nos dois lados do corredor no qual sempre, até durante toda a noite, um fogo é conservado. Os que estão dormindo, enrolados em panos, usam como forro uma esteira feita de casca grossa de árvore e folhas de palmeira. Deitam-se com os pés virados para o fogo e a cabeça para a parede externa. Não se faz limpeza no rancho, assim o chão em pouco tempo está coberto de lixo e sujeira, na qual proliferam as pulgas e os bichos de pé ainda mais incômodos. Assim que os insetos se tornam demais, os índios mudam para uma nova cabana, que constroem rapidamente e queimam a outra (apud VEIGA, 2000, p.93)

Manizer ([1914] 2006) que desenvolveu pesquisas num posto governamental da Inspeção de Índios do Estado de São Paulo, também conhecido como Posto Ribeirão dos Patos, que consistia em duas vilas, a “Vila Kaingang” e a “Vila Sophia”, descreve as formas de habitação dos Kaingang do local¹⁴.

Eles fincam no chão, oblíqua e paralelamente entre si, duas ou três varas. Depois eles cortam uma palmeira nos arredores e trazem as folhas. Eles empregam essas folhas à guisa de cobertura e as preparam da seguinte maneira: Seguram a folha de palmeira pelo pedúnculo, no alto, depois, indo em direção à ponta, eles rasgam as tiras da folha à direita e à esquerda, com o polegar; as tiras pendem, assim, livremente retiradas pelas fibras do pedúnculo; segurando-se a folha horizontalmente, as tiras caem e formam uma dupla franja espessa.

As folhas assim preparadas são dispostas horizontalmente, do lado exterior, sobre as duas peças fixadas na terra obliquamente, começando pela base. As folhas são atadas às varas com a ajuda das tiras rasgadas, sem fazer nó, introduzindo as extremidades torcidas numa fenda qualquer. A folha superior recobre levemente a precedente, como telhas. Às vezes a cabana é sustentada por uma estaca fincada do lado oposto, ou então se constrói, do outro lado, um outro telhado, de menor dimensão que o primeiro, e se obtém assim um telhado de dois lados.

Uma série de habitações semelhantes formam uma espécie de corredor, mas cada proprietário tem a sua (MANIZER [1914] 2006, p. 23)

O mesmo autor destaca que o governo construiu galpões e colocou à disposição dos Kaingang, mas eles preferiam habitar nas cabanas que construía, especialmente em casos de doença ou morte.

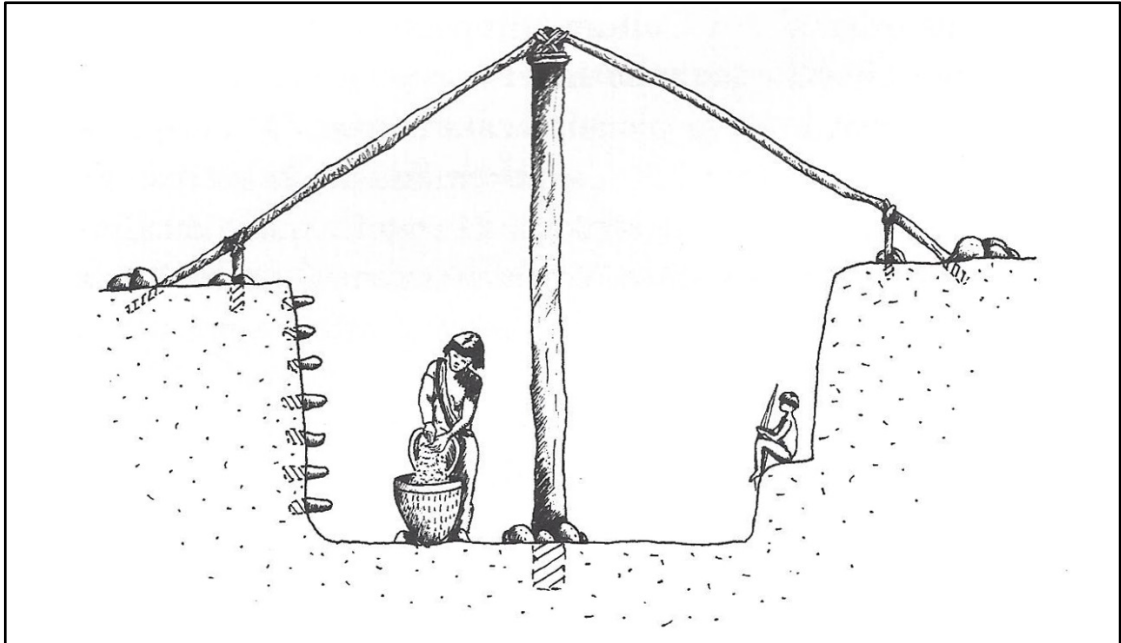
Ainda sobre os tipos de habitações, Tommasino (1998), relata que os Kaingang da Terra Indígena Apucarana, município de Londrina-PR, faziam seus acampamentos temporários

¹⁴ A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de dezembro de 1914 e janeiro de 1915. De acordo com Manizer, a Vila Kaingang era a instalação dos agentes do governo e era habitada pelo diretor Manuel Sylvino Bandeira de Mello e sua família, os trabalhadores e uma parte dos nativos. Já a Vila Sophia, era habitada somente pelos Kaingang e a entrada sem autorização do diretor e sem intérprete era proibida.

(*wãre*), nas florestas e beiras de rios para se abrigarem nos meses que caçavam e pescavam e, seus alojamentos fixos (*emã* ou *jemã*) nos campos abertos. Os deslocamentos eram feitos por grupos de parentescos, de modo que sempre havia grupos no *emã* e no *wãre*. Ainda segundo a autora, até os anos 40 e 50 do século XX, praticavam esses deslocamentos, no interior de seus vastos territórios, quando ainda dispunham dos recursos florestais.

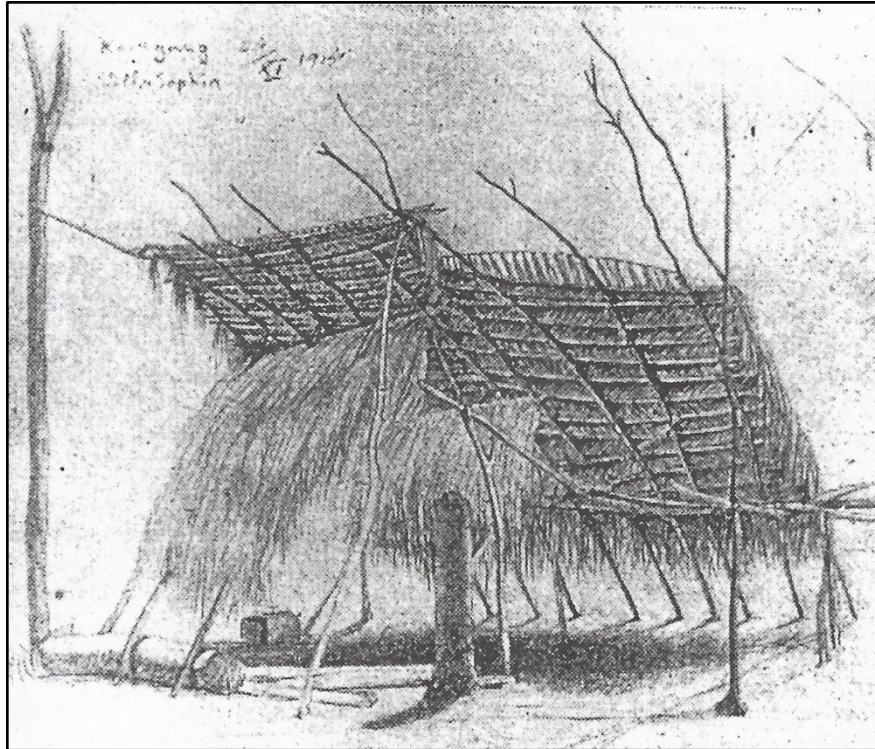
Este cruzamento entre dados arqueológicos e etnográficos mostram as diferentes formas dos Kaingang construir suas habitações. Os dados arqueológicos apontam para estruturas escavadas no solo, com formato circular e cobertura aérea. Já os dados etnográficos descrevem que as habitações seriam feitas sobre o solo e possuíam um formato retangular. São elementos pertencentes a períodos e circunstâncias distintas, mas que representam culturalmente o mesmo grupo étnico (Figuras 5 e 6).

Figura 5. Casa subterrânea



Fonte: Prous (2006, p. 50)

Figura 6. Habitação Kaingang século XX (1914)



Fonte: Manizer ([1914] 2006, p. 22)

1.1.3 Hábitos alimentares

Os Kaingang eram e ainda são povos agricultores. Suas roças eram desenvolvidas com a tecnologia típica de clareiras na floresta e em outros lugares. Ainda não há uma completa definição sobre todas as plantas cultivadas, porém Noelli (1999) mostra algumas delas, citando o feijão, milho, mandioca, amendoim, batata doce e cará. Manizer ([1914] 2006) relata que os Kaingang cultivavam uma variedade particular de milho de grão vermelho escuro, as vezes até violeta claro. Visto que, “a agricultura existe em aldeias mais distantes no fundo das florestas, não há razão para supor que ela tenha sido emprestada dos brancos” (MANIZER [1914] 2006, p. 34). O autor destaca ainda que esse trabalho era considerado tão importante que até os doentes o realizavam.

Gri, que tinha quebrado as duas pernas ao cair de uma árvore, não obstante, cultivava sua roça, arrastando-se. O epíteto de “preguiçoso” é muito ofensivo. O trabalhador é considerado como proprietário da roça e seus direitos são estritamente salvaguardados; as sementeiras são consideradas iguais a outros bens e, como eles, são destruídas por ocasião da morte do sementeiro (MANIZER [1914] 2006, p. 34).

O milho e o pinhão eram muito consumidos, Corteletti (2013) afirma que a Araucária (*Araucaria angustifolia*), árvore símbolo do sul do país, desempenhou papel chave na fixação

dos proto-Jê do interior. O pinhão era um alimento vital, usado de diversas formas e segundo o pesquisador, os Kaingang foram fundamentais para o manejo da araucária, concluindo que a floresta se expandiu significativamente no período em que os proto-Jê começaram a ocupar as terras altas do sul do Brasil. A hipótese do autor é que essa expansão além de estar associada ao clima, está associada também ao fato de que, os Jê, ao abrirem clareiras na mata e criarem aldeias, ajudaram a acelerar a germinação das sementes.

Segundo Noelli (1999) todas as fontes mostram a relação dos Jê do sul com a coleta de pinhão, considerado item básico da dieta vegetal. Também aponta a importância dos palmitos de *Euterpe*, da fécula do caule de pindo (*Arecastrum romanzofianum*), os cocos de butiá (*Butia capitata*, *Butia eriosphata*), assim como várias espécies frutíferas.

A botânica revela que no Sul do Brasil havia alta frequência de comunidades vegetais onde predominava uma espécie, alcançando áreas de considerável extensão, como os pinheirais de araucária, os butiazais, os palmitais, os jaboticabais, os ervais e outras plantas menos consideradas/conhecidas pelos não-indígenas. Diversas comunidades vegetais situadas nos territórios dos Jê do Sul constituíam florestas antropogênicas, manejadas por eles ao longo de 2.000 anos (NOELLI, 1999, p. 246).

As proteínas de origem animal eram obtidas através da caça, da pesca e da coleta de insetos, que provia quantidades consideráveis de proteínas e energia.

Várias espécies de larvas eram cultivadas intencionalmente, através da derrubada para apodrecimento de certas espécies arbóreas ou coletadas durante seus ciclos naturais, como as larvas de palmáceas (*Rynchophorus palmarum*) e de borboletas que eram depositadas em certas espécies de taquaras (*Morpheis smerinta*). Cupins (por exemplo: *Cornitermes cumulans* e *Procornitermes striatus*), formigas (por exemplo: *Atta sexdens piriventris*), abelhas e vespas (várias espécies) podiam ser consumidos tanto sob forma larval como na fase adulta. Vários tipos de mel e partes de colméias eram consumidos e as ceras eram usadas na produção da cultura material e em outras finalidades, como a vedação (NOELLI, 1999-2000, p. 247)

As larvas, “[...]eram consideradas guloseimas, [...] eram colocadas para assar em talos de bambu, que são depois rachados; as larvas assadas, semelhantes a pedaços de torresmo sapecado e crocantes ao dente, são devoradas com grande apetite” (MANIZER [1914] 2006, p. 32).

Sobre a caça, Parellada (2005, p. 125) sugere que costumavam caçar com arcos e flechas, arpões e armadilhas e preferiam animais de pelo como como as “antas (*óyôr*), porcos-do mato (*Krâgh*), catetos (*óxén*, *ógxá*), quatis (*xê*), cachorro-do-mato (*hôiighôig*), onça e certos tatus (mulinha: *fenéim*) e demonstravam menor interesse pelas cotias (*kêxôg*, *kêxâg*), pacas (*krurã*) e veados (*kémbê*) ”.

O depoimento¹⁵ de uma mulher Kaingang da T.I Apucarana confirma o consumo de alguns desses animais mencionados por Parellada.

Antigamente era mais fácil, era caça do mato, cateto, porco-do-mato, a tar da anta. Eu já na minha época, no meu tempo, já não cheguei a conhecer a tar da anta, mas minha mãe falava da tar da anta, porco-do-mato, queixada.... Porque o porco-do-mato não é a mesma queixada, é diferente, então esses eu cheguei a conhecer, a anta não (...) O que tem mais agora que eu nunca ouvi falar é o tar do javali, então o javali espanta os por-do-mato, são mais bravo, então eles espantam os bicho que já era nativo daqui, então tudo que o índio mata aqui hoje é o javali, sei lá de onde vem esses tar de javali. (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, junho de 2016)

A informante ainda fala sobre dois acompanhamentos que costumavam ser muito consumidos com a carne, feitos do milho, o emi e o pixé. O emi era feito de duas formas, com o milho verde ou com o milho duro, colocado na água por alguns dias e depois faziam uma espécie de bolo de milho. Já o pixé era com o milho seco e torrado, socado no pilão para fazer o fubá (Figura 7).

(...) aí as moça já tirava o milho, já debuiava, já tinha o pilão, já socava. As *moça socava de três num pilão*, num instantinho saía o emi, aí depois que soca eles coa na peneira (...) Daí quando o milho secava eles fazia o tar de pixé, mas daí o milho secava, eles debuiava, daí eles ia torra numa panela bem grande com cinza, daí aquilo ficava bem douradinho de tanto eles mexe, tinha que mexe sem para, pra não queima, aí tirava quando o milho tava douradinho e ponhava pras moça soca de novo, novamente, num instantinho elas socava, daí saia aquele fubá que podia guarda e não estragava mais. (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, junho de 2016)

¹⁵ A entrevista oral com nossa interlocutora Kaingang foi realizada em duas etapas: O primeiro depoimento foi coletado no dia 02 de junho de 2016 e o segundo depoimento foi coletado no dia 03 de fevereiro de 2017. A entrevista foi realizada na residência da interlocutora - Terra Indígena Apucarana e gravada via celular (gravador de áudio).

Figura 7. Mulheres Kaingang pilam milho em Jataí, Paraná 1920



Fonte: Acervo Museu Paranaense. In: Parellada (2006, p. 28)

A grande maioria dos sítios arqueológicos encontra-se próximo a cursos d'água, corredeiras. Para pescar, conforme as fontes históricas, os Kaingang utilizavam o *pãri* (Figura 8), “uma armadilha de pesca de corredeira com uma barreira que conduz os peixes para um cesto que os captura em quantidades controladas” (MOTA et al, 1996).

Figura 8. Pari armado, Terra Indígena Apucarana, 1997



Fonte: Acervo Prof.^a Kimiye Tommazino, Museu Histórico de Londrina

Havia diversas técnicas de estocagem de alimentos, tanto animais quanto vegetais, que podiam os preservar por vários meses, até um ano, garantindo reservas extras. As carnes eram desidratadas no moquém ou sob o sol, e os vegetais, principalmente o pinhão, eram hidratados e depositados em silos subterrâneos e cestos em locais úmidos.

Nossa interlocutora Kaingang¹⁶ mostra como a carne da caça costumava ser cozida e estocada:

(...) aí minha mãe falava que os antigos faziam buraco no chão, *um buracão*, de 2m, 1,5m, daí eles lascava fogo, fogo, fogo, fogo, daí eles tiravam tudo aquele fogaréu, as brasas, daí colocavam folha de banana, forravam bem aquele buraco, daí colocavam tudo aquelas carne dentro, bem ajeitadinho. Depois cobriam com um tanto de folha de banana, e vai terra em cima, minha mãe contava. Minha mãe falava que posava, daí no outro dia eles iam tirar de novo, tiravam com jeito aquela quantia e minha mãe falava que tava cozidinha a carne, só com a quentura. (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena de Apucarana, junho de 2016)

O relato acima é bastante semelhante ao de Manizer, quando descreve como os Kaingang cozinhavam as grandes peças de caça: [...] cava-se um buraco e mantém-se uma fogueira até que as paredes estejam aquecidas; depois recobre-se o buraco com folhas, deposita-

¹⁶ Op. cit, p. 39.

se a carne e, por fim, se cobre o buraco, deixando-se cozinhar lentamente a carne em sua própria gordura (MANIZER [1914] 2006, p. 35).

Como podemos observar, a terra e os “buracos” se fazem presentes em vários elementos da cultura Kaingang: como forma de habitação, armazenagem e cozimento de alimentos, enterramento dos mortos e no próprio mito da origem Kaingang que será exposto a diante, onde os irmãos Kamé e Kainrú nascem de um buraco no solo. Pinheiro (1992) interpreta a relação do Kaingang com a terra como um círculo de vínculos entre o homem e a natureza.

[...]nasceram da terra, dormiam na terra, escondiam-se na terra. Eles entocavam-se. Eles buscavam a toca no chão para refúgio como as raízes, como os animais. O Kaingang era a própria natureza que o cercava. Seu corpo, tal qual a terra, tinha o poder de gerar, de criar, de fazer crescer plantas úteis à preservação da vida dos próprios Kaingang. O corpo do qual nascia a planta podia ser de homem, mulher ou criança. Assim, parece que o Kaingang considerava-se realmente terra, trazendo em si propriedades e elementos da terra, por exemplo, o germinativo. Da terra eles nasceram, deles nasceram as plantas, e dos animais nasceram também plantas e água (apud RODRIGUES, 2007, p. 195).

1.1.4 A cultura material

Tratando-se da cultura material Kaingang, a cerâmica é um de seus grandes elementos de referência em sítios arqueológicos. Parellada (2005) a define como uma cerâmica de pequeno volume e espessura fina, com eventual engobo negro ou vermelho e em alguns casos marcada com impressão de tecido ou malha, ou mesmo carimbada e incisa, na face externa dos vasilhames.

A confecção dos vasilhames era feita por diferentes técnicas, como por exemplo, o modelado, roletado e paleteado que podem ser entendidos como:

No modelado a argila era modelada com as mãos, e podia-se também usar porongos, frutos ocos, como moldes internos de pequenas vasilhas. Esses frutos eram queimados com a argila aderida na superfície, desaparecendo com as altas temperaturas, mas deixando impressões no interior dos vasilhames. No paleteado confeccionava-se o vasilhame inicialmente através de um cone de argila apoiado em seixo arredondado de pedra, que era batido sucessivamente com uma paleta de madeira ou outro seixo, fazendo-se peças de diferentes formas e tamanhos. Na técnica do roletado, usado tanto por grupos Tupi-Guarani como Jê, os vasos eram confeccionados através de roletes ou cordéis de argila, sucessivamente ligados e apoiados uns sobre os outros, secos a sombra, e depois havia a sucessão de brunidura ou polimento da superfície externa através de pequenos seixos arredondados, principalmente em sílex, folhas de palmito ou espátulas em madeira ou concha, que foram caracterizados em documentos etno-históricos e em escavações arqueológicas desenvolvidas no Paraná (PARELLADA, 2008, p. 220-221)

Além dos dados arqueológicos sobre a cerâmica, temos também alguns dados da produção dos vasilhames Kaingang durante o período de contato. Sobre a cadeia operatória, Manizer ([1914] 2006) faz uma descrição bastante detalhada:

Para ferver a comida, seja na fogueira, seja com a ajuda de cacos de cerâmica esquentados, fazem-se potes. Tendo assistido a todas as fases dessa técnica, eu a descreverei de maneira bastante detalhada. Traz-se de longe a terra argilosa, cinza escuro, envolvida em folhas e colocada dentro de cestos. Com as mãos, amassa-se a argila cuidadosamente com água. Uma velha senhora sova longamente um pedaço de argila e faz com ela uma taça, cujas paredes têm cerca de dois dedos de espessura. Tendo feito em seguida um rolo da mesma semelhante a uma salsicha de argila, ela o aplica na borda da taça preferencialmente pelo lado de dentro. O diâmetro dessa argola é um pouco menor que o da borda da taça. Em seguida esfrega com precaução, girando a mão pelo interior e alargando ligeiramente o anel; cola-se esfregando ao mesmo tempo a parede exterior, indo da base para a borda. O anel seguinte é colocado da mesma maneira sobre o precedente, é igualmente alargado pela esfregação da mão no interior, grudado pela esfregação exterior, e assim sucessivamente: emprega-se até doze anéis para um pote de grandes dimensões. Obtém-se dessa forma um objeto quase cilíndrico com paredes bastante espessas. A ceramista o coloca então de lado e começa um outro pote. Depois de algum tempo retoma de novo a peça deixada de lado. Alisa-a, girando a mão pelo interior e simultaneamente pelo exterior e indo da base para a borda; as paredes se afinam gradualmente e, alargando-se, o objeto passa de uma forma cilíndrica para uma forma cônica.

Na sua fase cônica, o objeto é de novo colocado de lado por um certo tempo. Em seguida o trabalho é retomado: coloca-se novamente o pote sobre o joelho e com uma lasca de madeira ou uma concha alisa-se cuidadosamente a superfície exterior com um movimento em direção ao próprio corpo. Alisa-se a peça com uma lasca de madeira e, com a boca, borrifa-se água do lado de fora, juntando mais argila; às vezes a lasca de madeira é substituída por um sabugo de milho, uma pedra ou, às vezes, mesmo por uma colher. Uma velha havia conseguido, à custa de súplicas, que lhe fosse dada, especialmente para esse trabalho, uma colher de sopa. Pouco a pouco a borda superior adquire a forma necessária; depois, quando, o pote endureceu sob os dedos, tapam-se as rachaduras do fundo, corta-se a argila supérflua nos lugares muito espessos, e enfim alisa-se a superfície com uma pedra ou um sabugo.

No dia seguinte, se faz o polimento do pote por diversas vezes até que ele se torne uniforme, brilhante e suficientemente duro para poder conservar sua forma em qualquer posição em que for colocado; finalmente, coloca-se para secar, um pouco à sombra e um pouco ao sol. Quando o objeto está bem seco, é levado para um lugar retirado e se procede ao cozimento. O pote é simplesmente colocado sobre a terra e rodeado de todos os lados com lascas de madeira. Ele é queimado até ficar vermelho e, com bastante frequência, ele se parte, o que faz perder o fruto de um árduo e paciente trabalho de um dia inteiro. Quando o fogo se apaga, borrifa-se o pote com água misturada com milho moído "a fim de que ele se torne inquebrável". Se houver fendas, elas são tapadas com cera enquanto o pote está ainda quente. Esse cozimento é extremamente imperfeito: os cacos dos potes muito grossos dos Kaingang mostram que resta sempre no meio uma camada muito espessa de argila que não está cozida. Por isso, falta solidez à vasilha: ela deve ser manejada com muita prudência. O momento mais crítico da operação é o cozimento. A presença de uma pessoa estrangeira pode estragar tudo; assim, minha presença foi a causa de partir-se um grande pote, que estava sendo fabricado pela velha

Kukri, donde a indignação sem limites da ceramista. Além dos potes grandes (kukrú) se faz também, com terra argilosa, copos para beber (petki) com paredes mais finas; estes últimos demandam menos trabalho e tempo. Eles tem a forma de um tronco cônico invertido, sendo o fundo convexo (MANIZER [1914] 2006, p. 35-36).

Em 1866, Keller (1974) descreveu a cerâmica Kaingang, observada em grupos do rio Tibagi, no Paraná: “As panelas de barro bem cozidas têm uma forma geral menos elegante de que a dos Cayoás, porém distinguem-se por um polido ou verniz durável de cor preta que sabem dar-lhes pela fricção das folhas de palmito”. Posteriormente, em 1966, Vladimir Kozak fez o registro de uma índia Xokleng, em Ibirama, Santa Catarina, produzindo a cerâmica através das técnicas do roletado e do modelado, com queima a céu aberto e argila coletada na própria região (apud PARELLADA, 2008, p. 215). A documentação se encontra no acervo das populações Jê do sul do Museu Paranaense

De um modo geral, a cerâmica Jê do sul era dividida entre pratos e diferentes tipos de panelas, basicamente com o mesmo formato, porém, de tamanhos variados. Suas funções variavam entre o armazenamento de água, cozimento e armazenamento de alimentos e também para preparação de bebidas fermentadas usadas nas festividades, como o *Kifé* e o *Kiki*¹⁷.

Rodrigues (2007) mostra outra finalidade no uso da cerâmica Kaingang, o uso em atividade funerária, de acordo com o autor, em tempos passados os Kaingang enterravam seus mortos desmembrando a cabeça do tronco. “O sepultamento do tronco acontecia numa cova, enquanto que a cabeça era acondicionada num *kokrô*¹⁸, sendo posteriormente objeto de grandes solenidades e somente muito tempo depois, cabeça e pote eram enterrados” (BARBOZA[1913] 1918 apud RODRIGUES, 2007, p. 131).

Ainda sobre as práticas funerárias Parellada (2008), menciona que os ancestrais dos Jê, cremavam os mortos, e ambos esses grupos faziam cemitérios em danceiros¹⁹ ou em abrigos rochosos, onde eram realizadas pinturas e gravuras. Os Kaingang, no século XIX e no início do século XX, enterravam os mortos em estruturas subterrâneas, forradas com folhas de palmáceas

¹⁷ Os maiores (até 60 litros) ocorrem em menor proporção, tendo sido utilizados como panelas de cozinha e como talhas para preparar e servir o *kifé*, uma bebida fermentada alcoólica à base de mel e milho usada em beberagens coletivas “profanas”. Também teriam a mesma função para outra bebida fermentada alcoólica chamada *kiki*, consumida na festa anual em homenagem aos mortos. (NOELLI, 1999-2000, 243).

¹⁸ A classificação da produção cerâmica Kaingang é estabelecida a partir de duas categorias que se diferenciam pelo formato das bordas. A primeira categoria é o *kokrô* que serve como panela, a segunda é o *petkê*, associada ao prato. (RODRIGUES, 2007, p.129)

¹⁹ No alto de colinas chamavam a atenção terrenos artificialmente aplanados, contornados por rasas taipas de terra e contendo em seu interior um ou mais montículos, fenômeno este que o povo conhecia como “dançador de índios” ou “danceiro de índios” (SCHMITZ, 2005, p. 130)

e cobrindo com montes de terra que se assemelhavam a pequenas pirâmides, como são os casos descritos em Manizer ([1914] 2006) e Parellada (2005).

Conforme Noelli (1999-2000 p. 243), os Kaingang mantiveram sua tradição até poucas décadas atrás, construindo montículos sobre seus enterramentos. “É comum, atribuir a cremação dos mortos aos Xokleng e, aos Kaingang, o enterramento coberto pelos montículos de terra”. Segundo o autor, as evidências arqueológicas indicam que a cremação passou a ocorrer devido à desterritorialização e à constante mobilidade causada pela conquista tanto ao tempo dos Guarani quanto dos brancos.

As fontes históricas, cuja maioria foi confeccionada na “fronteira” da invasão branca sobre os territórios Xokleng, apresentam a cremação como prática, mas desconsideraram o constante processo de fuga que obrigou os Xokleng a tornarem-se “nômades”. Se forem observados os assentamentos do litoral catarinense e paranaense atribuídos à Tradição Itararé, principalmente os datados entre 300 e 1.000 AP, nota-se que os corpos eram enterrados sem cremação, em cemitérios. Depois de 1.000 AP, considerando o processo de invasão e conquista do litoral atlântico pelos Guarani e, depois, pelos brancos, as informações sobre enterramentos sem cremação diminuem e desaparecem (NOELLI, 1999-200 p. 243).

As ferramentas líticas, ou seja, de pedra, eram polidas ou lascadas. “Fabricavam raspadores, plainas, lâminas de machado com formas petalóides e mais raramente semi-lunares, pilões e mãos de pilão, virotes²⁰ em diabásio e outros” (PARELLADA, 2008, p. 221).

Também confeccionavam cestos, principalmente em taquara, alguns impermeabilizados com cera de abelha para armazenar líquidos e também usavam porongos como vasilhas. Sabe-se que a matéria prima utilizada nos trançados, é de origem vegetal, não tendo a mesma durabilidade dos artefatos cerâmicos e líticos, portanto os vestígios materiais relacionados a cultura do trançar são bem reduzidos se comparados aos outros objetos.

O que sabemos hoje sobre esses objetos está relacionado praticamente ao período de contato. Como por exemplo, Vladimir Kosak, em 1966, conseguiu fazer o registro da manufatura de redes em urtiga brava, por uma mulher Xokleng idosa, que usou bigorna e batedor em diabásio para retirada da fibra (PARELLADA, 2008). Manizer, em 1914 também relata dois tipos de cestos utilizados pelos Kaingang do estado de São Paulo, o primeiro era feito de tiras finas de taquara partida e ornamentado com desenhos em degraus, segundo o autor “ para se obter esse efeito, passa-se simplesmente as tiras escuras sobre as claras. De acordo com meu intérprete, esses cestos são um trabalho dos homens”. O segundo modelo de cesto

²⁰ Os virotes são pontas de projétil com forma rombuda, para derrubar pinhas e abater pássaros.

trançado era feito com malhas largas, que serviam para o transporte da caça ou de gaiolas para pássaros (MANIZER [1914] 2006, p. 34).

De acordo com Parellada (2008) dentre os materiais do Museu Paranaense atribuídos aos Kaingang, estão as armas, como arcos e flechas, alguns ricamente decorados, sendo grande a presença de cestos e chapéus. Existem poucos vasilhames, alguns com formas de porongos, a maioria com influência cabocla. No acervo Xokleng existem muitos arcos e flechas, grandes lanças, a maioria com pontas em ferro batido, além de cestos em taquara e cipó Imbé, alguns revestidos internamente de cera de abelha e cintos penianos feitos de urtiga brava. As demais peças estão representadas por tembetás em osso, nó de pinho e guajuvira, virotes em madeira e diabásio e bolsas em urtiga brava, cujas tramas parecem assemelhadas a motivos de vasilhames arqueológicos do Museu.

A autora menciona também alguns objetos descritos por Borba (1889) e Kosack (1966), como chocalhos com porongos adornados com penas coloridas, buzina de chifre de boi ou de taquara (*saquerê*), flauta de taquara (*coquê*), o maracá (*xiê*), o apito de taquara e mais um instrumento de taquara fina, com uma cabeça furada na extremidade (*estorerê*), que segundo a autora, representam a musicalidade dos Kaingang. Menciona ainda o uso de belas coroas de penas (*arangretará*) de várias cores.

Depois do contato com o europeu houve grandes transformações na cultura material, a exemplo do uso de metais na confecção das flechas, a adoção de trajes ocidentais para cobrir o corpo, assim como, a substituição dos vasilhames cerâmicos pelo uso da panela de metal, trocados através do trabalho em fazendas e vilas que surgiam no Paraná. Hoje, na cultura Kaingang, a fabricação de recipientes cerâmicos é quase nula, sabe-se da sobrevivência dessa cultura, na Terra Indígena de Vanuíre, onde todo o processo da confecção cerâmica por uma anciã Kaingang foi documentado pelo Museu Histórico Pedagógico Índia Vanuíre, com o apoio do MAE-USP.²¹

Atualmente, os Kaingang do Paraná, confeccionam alguns cestos em taquara de diversas formas e tamanhos, os longos ou compridos (*kre téj*), os redondos ou baixos (*kre ror*), os de fundo quadrado (*kre kōpó*), e os com alça de embira (*kre iyr*)²². Confeccionam também alguns arcos e flechas de tamanhos variados, objetos que apresentam mais características decorativas

²¹ O processo pode ser visto no site <http://www.museuindiavanuire.org.br/exposicao-virtual/fortalecimento-da-memoria-tradicional-kaingang-de-geracao-em-geracao>

²² Os nomes das formas dos cestos foram extraídos da tese de doutorado de Sergio Baptista da Silva, “Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: Um modelo para compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais” (2001)

do que funcionais. Usam geralmente muitas cores, como o roxo, rosa, verde, vermelho e azul, usando anilina para colorir.

O uso de materiais sintéticos no acabamento das peças ou mesmo durante todo o procedimento de manufatura também é bastante evidente, podendo observar claramente a influência regional na confecção. Colares, brincos e pulseiras também são confeccionados. O artesanato, antes restrito ao fabrico de armas, e utensílios utilizados nas necessidades diárias da aldeia, hoje são fontes de renda dessas populações, sendo vendidos, nas estradas, semáforos, centros urbanos e centros culturais.

A cestaria, em sua grande maioria, é decorada por uma trama que constrói desenhos geométricos. Na teoria de Silva (2001) e Cavalcante (2014), essas grafias estão ligadas às concepções cosmológicas do dualismo das patrimetades, denominadas de Kamé e Kainrú, onde cada uma possui sua própria pintura ou marca.

Cada indivíduo Kaingang pertence a uma família, que possui uma marca ou pintura. Estas representam suas origens e seus parentescos. Conforme o mito, Kainrú é representado pelos elementos sintáticos: pontos e círculos que possuem os significados de frágil, feminino, ligeiro, ágil e leve e ainda simbolizam a lua e a noite. Já o Kamé é marcado pelas linhas retas ou curvas, representando o sol, que é o símbolo da força e do poder, o dia, o masculino, o feroz. (CAVALCANTE, 2014, p. 110)

Nas subdivisões apontadas por Cavalcante (2014, p.111), “[...]os Kamé e os Kainrú são metades clônicas majoritárias e descendentes de Kaingang, e os Votor e Wonhétky são as seções minoritárias que descendem de Kaingang com outras etnias indígenas”. Sendo assim, os Kamé são representados pelos riscos retos, os Wonhétky são representados pelos riscos curvos. Os Kainrú são representados pelos círculos cheios e os Kainrú-Votor são representados pelos círculos vazios (Figura 9).

Idealmente o casamento era pensado como uma perpetuação de aliança entre os opostos, não era permitido o casamento entre parentes da mesma marca e a estrutura social era patrilinear, ou seja, filho (a) de homem Kamé será Kamé. “A unidade é a soma desses princípios. Por isso, a aversão e o horror à junção de coisas iguais porque elas são estéreis. A fertilidade vem da união dos princípios contrários” (VEIGA, 2000, p. 79).

Relatos que ouvi dos Kaingang da T.I Apucarana é de que atualmente o casamento entre metades iguais é permitido, isso se deu, segundo as informações coletadas, devido a chegada do branco, pois muitos Kaingang tiveram que abandonar seus territórios após o contato e as metades ficaram divididas em áreas diferentes, tornando difícil o encontro entre metades opostas para o casamento. Vejamos o exemplo de um depoimento:

Os primeiro branco que entraro no Brasil [...] os bandeirante, chego assustando os índio, então de certo eles era bem brabo [...] daí espatifo com tudo sabe [...] então espatifo com os índio, uns pra lá, outros pra cá [...] e a gente conhece os parente pela pintura [...] então porque espatifo, ficou pouco, então aqui ficou mais o riscado do que o redondinho e daí também têm aquele que é tipo duma aliança, aquele é muito pouco, muito pouco, quase nem se vê. Aqui se vê mais o riscado e o *rekutu* que é a bolinha. Então aí deu nisso aí. Aí minha mãe contava assim pra mim, que naquela época tinha que casar *rekutu* (*Kairú*) com *reioio* (*Kamé*), não podia casar com a mesma pintura, mas isso foi naquela época, lá atrás, quando viviam tudo junto, mas depois que esparramou tudo daí minha mãe dizia assim: Quando vocês for casar, casa com um da tua pintura [...] porque o *rekutu* não tem dó do *reioio*, ele não tem dó da parceira, então, se ele quisé machucá ele machuca, se ele quisé separá dela e toma os filho dela ele toma, porque os filho não pertence pra ela, pertence pra ele que é pai (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena de Apucarana, fevereiro de 2017)²³.

Figura 9. Casal Kaingang da T. I Apucarana. A mulher com as marcas circulares cheias representa a metade Kairú e o homem com os riscos retos, a metade Kamé.



Fonte: Acervo Centro de Documentações e Pesquisas Históricas (CDPH) Universidade Estadual de Londrina (UEL). Série de cartões postais “Cenas Londrinenses” 1998.

O dualismo das patrimetades pode ser conhecida pela narrativa da origem dos Kaingang conforme o relato do Curt Nimuendaju (1986):

²³ Op. Cit., p. 39

A tradição dos Kaingang afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo, por isso têm cor de terra. Numa serra, não sei bem onde, no sudeste do estado do Paraná, dizem eles que ainda hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea; essa parte se conserva até hoje lá e a ela vão se reunir as almas dos que morrem, aqui em cima. Eles saíram em dois grupos chefiados por dois irmãos, Kanyerú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe consigo um grupo de gente. Dizem que Kanyerú e toda a sua gente eram de corpo delgado, pés pequenos, ligeiros, tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e seus companheiros, pelo contrário, eram de corpo grosso, pés grandes e vagarosos nos seus movimentos e resoluções (NIMUENDAJU 1986, p. 86).

Os Kaingang têm uma relação de identidade com a onça, animal chamado por Borba de tigre (PARELLADA, 2008) e quando pintam a pele com manchas e listras para a luta, acreditam que também na aparência se assemelham bastante a onça. A origem dos animais com os Kaingang também é relatada por Curt Nimuendaju.

Como esses dois irmãos com a sua gente foram os criadores das plantas e dos animais, e povoaram a Terra com seus descendentes, tudo neste mundo pertence ou à metade Kanyerú ou à metade Kamé, conhecendo-se a sua descendência já pelos traços físicos, já pelo temperamento, já pela pintura: tudo o que pertence a Kanyerú é manchado, o que pertence a Kamé é riscado. Essas pinturas, o índio vê tanto na pele dos animais como nas cascas, nas folhas ou nas flores das plantas, e para objetivos mágicos e religiosos cada metade emprega material tirado de preferência de animais e vegetais da mesma pintura.

Kanyerú fez cobras, Kamé onças. Este fez primeiro uma onça e a pintou, depois Kanyerú fez um veado. Kamé disse à onça: “Come o veado, mas não nos coma!”. Depois ele fez a anta, ordenando-lhe que comesse gente e bichos. A anta, porém, não compreendeu a ordem. Kamé ainda repetiu-lhe duas vezes, em vão; depois lhe disse, zangado: “ Vai comer folhas de urtiga, não presta pra nada.” Kanyerú fez cobras e mandou que elas mordessem homens e animais. Queimou um espinho chamado *sodn* e esfregou a cinza nos dentes da cobra a fim de torna-los venenosos. Kamé quis então fazer um animal muito feroz, e começou a fazer o tamanduá. Eles estavam trabalhando durante a noite, quando o dia começou a romper, o tamanduá ainda não estava pronto: Já tinha unhas enormes, mas a boca ainda estava por fazer. Então Kamé arrancou um cipó e meteu-o como língua na boca do estranho animal, que ficou mal acabado.

Quando já fez claro, eles começaram a correr, e logo uma onça pegou um Kanyerú e uma cobra mordeu o Kamé. Pararam para tratar o doente, quando o surucuá cantou: Tug! Tug! Tug! Um velho explicou essa cantiga como *tu* (-carregar) e mandou que carregassem o doente para o lugar do acampamento. Um pequeno gavião cantou: *Tokfin!* (- amarrar) e o velho mandou amarrar o membro lesado. Um outro passarinho cantou: *Nigdn!* (-cortar) e eles abriram a ferida com um corte. Outro cantou: *Iandyoró!* (- espremer) e eles espremeram a ferida. Por fim um outro cantou: *Kaimparará* (*Kaimpará* – inchado), e o velho disse: “Isto é um mau grito! Amanhã o membro estará inchado!” Assim foram tratando o doente até que se restabelecesse (NIMUENDAJU 1986, p. 87).

Há também um outro mito, o mito do dilúvio, coletado por Borba no final do século XIX:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada pelos nossos antepassados. Só o cume da serra Crinjijimbé emergia das águas. Os Caingangues, Cayurucrés e Camés nadavam em direção a ela levando achas de lenha incendiadas. Os Cayurucrés e Camés cansados, afogaram-se; as suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de Crinjijimbé, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros nos galhos das árvores; allí passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente. Gritaram elles às saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, ajudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Caingangues que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das árvores, transformaram-se em macacos e os Curutons em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado donde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas do Poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de Crinjijimbé. Os Cayurucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior delia; depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: pela aberta por Cayurucré, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; dahi vem terem elles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a Camé, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando elle, e os seus, os pés que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedi-la a Cayurucré que consentio que a bebessem quanto necessitassem. Quando saíram da serra mandaram os Curutons para trazer os cestos e cabaças que tinham deixado em baixo; estes, porém, por preguiça de tomar a subir, ficaram allí e nunca mais se reuniram aos Caingangues: por esta razão, nós, quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são. (...) Cazaram primeiro os Cayurucrés com as filhas dos Camés, estes com as daqueles, e como ainda sobrassem homens, cazaram-nos com as filhas dos Caingangues. Dahi vem que, Cayurucrés, Camés e Caingangues são parentes e amigos (BORBA, 1908 apud TOMAZI, 1997 p. 88, 89).

Muitos autores, como Tomazi (1997), Silva (2001) e Veiga (1994 e 2000), mostram que toda organização social Kaingang está relacionada com o fato deles se dividirem internamente em duas metades exogâmicas referidas ao mito de origem já indicado, definindo o modo de ser Kaingang. Além disso, os grafismos e as formas dos trançados estão vinculados a essa percepção, como por exemplo: “*kre téi* - cesto comprido e longo da patrimetade Kamé; *Kre ror* - cesto redondo e baixo da patrimetade kainrú” (SILVA, 2001, p. 168-169).

Para Cavalcante (2014, p. 113) “o nível gráfico se sobressai ao morfológico no posicionamento de um Kaingang na sociedade. A morfologia dos artefatos é utilizada por ambas as patrimetades e são as marcas gráficas que definem seu pertencimento cultural”. A autora

ressalta que no trançado Kaingang não é possível obter formas circulares, por isso se considera formatos quadrangulares fechados (quadrados e losangos) como representantes da metade Kainrú. As linhas horizontais, verticais e diagonais abertas representam a metade Kamé.

Com a perda e mudança de território, os Kaingang procuraram transformar e reelaborar sua cultura para fazer frente às pressões externas, influenciando assim, o abandono temporário ou definitivo de certos tipos de assentamentos, artefatos e práticas que necessitavam dos padrões tradicionais em equilíbrio, dependentes da territorialidade fixa, como as habitações subterrâneas, a cerâmica, as formas e matérias primas utilizadas na confecção de seu artesanato ou mesmo na simbologia dada a ele.

De acordo com Tommasino (1998) a venda do artesanato tem sido, cada vez mais, a alternativa mais importante de se obter dinheiro imediato para a compra dos produtos industrializados, dos quais os indígenas dependem hoje: óleo, açúcar, sal, farinha de milho, roupas, calçados, utensílios domésticos, remédios, entre outros.

1.2 A formação do acervo indígena dos Museus Históricos de Cambé e Londrina

1.2.1 Museu Histórico de Cambé

A história do Museu Histórico de Cambé²⁴ começa em 1972, quando o jornalista, hoje diretor da instituição, César Cortez, começa a reunir peças, fotos e documentos referentes à história do município. A partir deste movimento começa a surgir a ideia da criação do Museu, que em 30 de outubro de 1985, foi concretizada com o apoio do então prefeito Luiz Carlos Haully.

Segundo César Cortez, para constituição do acervo, foi realizado um trabalho de mobilização junto a comunidade, principalmente com as escolas do município, onde foi possível reunir muitos documentos relacionados à fundação de Cambé, como também muitos objetos arqueológicos e etnográficos. A incorporação dos objetos arqueológicos acontecia através de doações esporádicas por moradores locais, que encontravam facilmente esses vestígios em áreas de plantações agrícolas, na abertura de estradas e na construção e reforma de edificações.

A partir dessa iniciativa, foi possível a constituição de um dos mais importantes acervos

²⁴ A história da formação do Museu Histórico de Cambé foi elaborada através de depoimentos do diretor da instituição, César Cortez, a partir de conversas informais entre os meses de fevereiro e março de 2016, durante a pesquisa museográfica.

arqueológicos da região norte do Paraná, constituído por mais de 7.000 peças, dentre as quais estão fragmentos e vasilhames cerâmicos e peças líticas representativas da cultura Guarani e Kaingang. A instituição também conta com o acervo de documentação, objetos, imagem e som, referentes a fundação de Cambé, e acervo etnográfico representando diversas etnias indígenas brasileiras.

A exposição de longa duração, é composta, no primeiro setor, por objetos representativos da história de Cambé e no segundo setor, pela coleção arqueológica Prof. João Sabaíne que agrega peças do Sítio Arqueológico Fazenda Santa Dalmácia²⁵ e de outras áreas do município, confirmando a presença indígena em seu processo histórico (Figuras 10 e 11).

Figura 10. Acesso para o setor de Arqueologia Professor João Sabaine



Fonte: Acervo autora

²⁵ O referido sítio arqueológico está localizado a 27 km ao norte do município de Cambé e possivelmente seus vestígios estejam associados a uma das fundações da missão jesuítica de San Joseph, fundada em 1625 e destruída pelos bandeirantes em 1631. A arqueóloga Cláudia Inês Parellada, diretora do Museu Paranaense, fez o anúncio oficial do sítio arqueológico em 2011, durante a 9ª Reunião de Antropologia do Mercosul em Curitiba. A informação sobre a existência do sítio foi passada ao Museu em 1990 por alunos da Escola Municipal Rural Fazenda Santa Dalmácia ao doarem para instituição fragmentos cerâmicos provenientes do local.

Figura 11. Exposição setor Arqueologia Professor João Sabaine



Fonte: Acervo autora

De acordo com Cortez (s.d), desde sua fundação, o Museu Histórico de Cambé desenvolveu uma série de projetos e realizações de grande interesse para a comunidade. Além das edições dos Cadernos de Memória, retratando a vida dos pioneiros, também foi criado o “Projeto Memória”, fazendo também o levantamento da história de pioneiros e fatos que marcaram a vida do município. Este projeto foi transformado, por uma comissão, em texto educativo e introduzido no currículo para alunos das escolas municipais. Posteriormente houve a publicação do livro “Cambé, repensando a sua história”, que relata a história da colonização de Cambé, servindo de apoio para os professores no estudo da história do município e também a criação do Parque Histórico Municipal “Danziger Hof” – área de preservação ambiental, local de chegada dos primeiros imigrantes que vieram fundar a cidade de Cambé. O Museu levou duas residências de madeira, símbolos das construções do início da colonização para o parque²⁶.

A instituição também busca uma importante integração com a história indígena através da divulgação do Sítio Arqueológico Fazenda Santa Dalmácia e exposições anuais sobre os povos indígenas do norte do Paraná, realizadas no mês de abril no Parque Histórico Municipal Danziger Hof. A exposição é constituída por artesanatos, material áudio-visual e arqueológico

²⁶ Texto elaborado por Cesar Cortez, sem data, intitulado “Museu Histórico de Cambé”, disponível no acervo documental da instituição.

e tem como intuito valorizar e divulgar a cultura dos povos indígenas.

Nossa pesquisa museográfica, no Museu Histórico de Cambé, se deu primeiramente, pela classificação dos objetos referentes a ocupação Kaingang na região. Dentre os acervos arqueológico e etnográfico foram identificados 23 fragmentos cerâmicos e 13 peças etnográficas, que correspondem à cestarias para uso doméstico e armas de arremesso complexas, isto é, formada por dois elementos (o arco e as flechas), no caso estes, sem as flechas (Quadros 2 e 3).

Dentre os fragmentos cerâmicos Tupiguarani, provenientes da Fazenda Santa Dalmácia, dois fragmentos nos chamaram a atenção por apresentarem características diferentes das demais encontradas na área, ou seja, apresentaram o mesmo perfil tipológico da cerâmica Itararé-Taquara. Portanto, pode haver uma possibilidade do Sítio Arqueológico da Fazenda Santa Dalmácia ser multicomponencial.

Quadro 2 – Relação dos objetos arqueológicos analisados (Museu Histórico de Cambé)

MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ						
Nº da peça	Nº RG Museu	Tipo de artefato	Coleção	Procedência	Forma de incorporação	Data de entrada
01	3096/A-63	Fragmento cerâmico	João Sabaine	Cambé – Próximo à Ricasa, Sítio Monte Alegre	Doação	19-06-1988
02 a 20	3080/A-52	Fragmentos cerâmicos	João Sabaine II	Cambé	Doação	14-09-1990
21	3081/A-53	Vasilhame restaurado	João Sabaine III	Cambé – Nas proximidades da Fazenda Porta do Céu	Doação	14-09-1990
22 e 23	-	Fragmentos cerâmicos	-	Cambé - Fazenda Santa Dalmácia	Doação	?

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 3 - Relação dos objetos etnográficos analisados (Museu Histórico de Cambé)

MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ						
Nº da peça	Nº RG Museu	Tipo de artefato	Coleção	Procedência	Forma de incorporação	Data de entrada
01	-	Cesto com tampa (grande)	-	T.I Apucarana	Compra	A partir de 1996
02	-	Cesto com tampa (grande)	-	T.I Apucarana	Compra	A partir de 1996
03	-	Cesto com tampa (grande)	-	T.I Apucarana	Compra	A partir de 1996
04	-	Cesto	-	FUNAI Londrina	Compra	A partir de 1996
05	-	Cesto com tampa	-	FUNAI Londrina	Compra	A partir de 1996

06	-	Cesto com tampa	-	FUNAI Londrina	Compra	A partir de 1996
07	-	Cesto	-	T.I Apucarana	Compra	A partir de 1996
08	-	Cesto	-	T.I Apucarana	Compra	A partir de 1996
09	-	Cesto	-	T.I Apucarana	Compra	A partir de 1996
10	447	Cesto	-	Paraná	Compra	09/09/1988
11	-	Arco	-	Paraná	Doação	1980
12	-	Arco	-	T.I Apucarana	Compra	A partir de 1996
13	-	Cesto de material sintético	-	Associação Indigenista Assindi – Maringá	Doação	2014

Fonte: Elaborado pela autora

1.2.2 O Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

O Museu Histórico de Londrina, Pe. Carlos Weiss, foi inaugurado em 18 de setembro de 1970, por professores de história da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (FEFCLL) e a partir de 1974 ficou a cargo do Departamento de História da mesma instituição. Inicialmente era situado nos porões da FEFCLL, que mais tarde se fundiria a outras faculdades que originariam a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em 10 de dezembro de 1986, passa a ocupar definitivamente o prédio da antiga Estação Ferroviária de Londrina.

Para constituição do acervo, professores e alunos dos cursos de História e Geografia, junto à comunidade, iniciaram em 1969 um movimento visando coletar materiais relacionados à história de Londrina e região. Neste processo, segundo Leme (2013) quatro professores se destacaram: Carlos Weiss, então professor de História da Arte e História Antiga e Medieval, Maria Dulce Alho Gotti da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, Célia Moraes de Oliveira da disciplina de História Medieval e Maria Aparecida Silva da disciplina de História Contemporânea.

Foram reunidos materiais bastante diversificados, representando aspectos diversos de Londrina, dentre eles, muitos objetos arqueológicos e etnográficos foram incorporados à instituição, como também geológicos, já que inicialmente o museu passou a ser denominado, Museu Geográfico e Histórico do Norte do Paraná. Porém, os que receberam destaque foram os documentos relacionados ao pioneirismo da região, e foi dentro desta perspectiva que o acervo do Museu Histórico de Londrina foi constituído. Conforme Leme (2013) o processo se deu da seguinte maneira:

Visando a formação do acervo, os alunos do curso de História eram incentivados a buscar doações de peças e documentos em Londrina e nas suas

idades de origem e recebiam notas por este trabalho. Segundo Conceição Geraldo²⁷, vários docentes do Departamento passaram a direcionar suas disciplinas, com o intuito de transformar em atividades acadêmicas esse processo de coleta de documentos e peças. Essa atividade tinha como objetivo abastecer o futuro museu e arquivo de acervos. A perspectiva adotada direcionava este processo de pesquisa e de coleta para questões relacionadas aos colonizadores da região. Conceição Geraldo lembra ainda que os alunos deveriam “[...] levantar toda história da criação da fundação dos seus municípios, da colonização, [...] daqueles pioneiros que realmente marcaram de alguma forma sua passagem por cada um dos municípios [...]” (LEME, 2013, p.128)

Leme (2013) ainda coloca que o conceito de museu que estava em criação na época, foi determinado por professores que, em sua maioria, não eram historiadores. Dentre os docentes que ministravam aula, estava um advogado, um padre e um agrimensor. Para o autor, essa diversidade de profissionais não graduados em História, aliada a uma formação mais tradicional, do ponto de vista historiográfico, influenciou na elaboração do conceito de museu que estava sendo criado. “A perspectiva tradicional pode ser identificada pelo fato de se valorizarem a coleta de objetos e documentos textuais de “valor histórico”, relacionados à grande epopeia da colonização da cidade” (LEME, 2013, p.129).

Inicialmente o espaço reservado ao museu era muito pequeno, fazendo com que as peças ficassem expostas, já que não havia uma sala específica para reserva técnica. Mesmo que instalado de forma precária nos porões da Faculdade, o Museu passou a contar com um diretor. Carlos Weiss²⁸ por estar liderando o processo, como coordenador geral, foi nomeado, oficialmente, diretor do Museu pela direção da FEFCLL no ano de 1970.

Com a criação da universidade, o Arquivo Histórico que ficava junto ao Museu, foi transferido para o novo prédio do Centro de Letras e Ciências Humanas. Os diretórios acadêmicos de Direito e de Humanas desocuparam seus espaços, os quais faziam divisa com a sala do Museu. A transferência dos diretórios e do Arquivo proporcionou uma ampliação do espaço (LEME, 2013).

Esta primeira fase do Museu lembrava um gabinete de curiosidades²⁹. Objetos dos mais diversos eram expostos no local, evidenciando-se apenas uma divisão entre as peças indígenas

²⁷ Conceição Geraldo é ex-diretora do Museu Histórico de Londrina. Dirigiu a instituição em dois períodos: agosto de 1976 a março de 1979 e de 1994 a junho de 2002.

²⁸ Por ter sido um dos fundadores e primeiro diretor foi homenageado, postumamente, em outubro de 1978, pelo Conselho Universitário da então Universidade Estadual de Londrina, com a denominação de seu nome para o museu. A partir desta data, que se mantém até os dias atuais, o museu é oficialmente nominado como Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss (LEME, 2013, p. 132).

²⁹ “Locais onde foram depositadas as primeiras grandes coleções de objetos arqueológicos que, mais tarde, constituíram os museus” (LIMA, 2014). Nos gabinetes de curiosidades eram depositados uma multiplicidade de objetos, tanto de origem animal, vegetal e mineral quanto de realizações humanas.

e objetos relacionados ao processo de reocupação. “Com o crescimento das doações, o Museu foi estruturado pelo diretor a partir de cinco divisões: Colonização, Antropologia, Paleontologia, Assuntos Indígenas e Café” (LEME, 2013, p. 134).

Mesmo priorizando a história de Londrina, Weiss, por ser especialista em História Antiga, buscou trazer para o Museu peças arqueológicas. Algumas delas foram doadas pelo departamento de Antropologia da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, litoral do Estado, ao Museu, atendendo ao pedido feito por Weiss³⁰, destacando aqui um conjunto de vestígios (conchas, ossos humanos e de animais) atribuídos à um sambaqui do litoral paranaense.

Já na década de 1990, verificou-se a necessidade de uma revitalização do Museu, bem como a criação de um plano diretor e de uma exposição permanente. Foi criado então o projeto “Memória Viva”, para revitalização dos espaços internos e externos do Museu, que contou com o apoio de instituições públicas e privadas, especialmente com doações de famílias “pioneiras” da cidade. De acordo com Leme, a solicitação dessas doações pela Associação Sociedade de Amigos do Museu (ASAM) fortaleceu ainda mais a narrativa tradicional da história da cidade, pois:

Esta mobilização de profissionais, fruto do investimento direto das famílias patrocinadoras, teve, como justificativa, o fato de que, ao aceitarem patrocinar cenários ou salas internas do museu, elas receberiam, em contrapartida, a abertura para terem seus pais, pioneiros da cidade, devidamente homenageadas nestes espaços (LEME, 2013, p. 236).

Sendo assim, a partir desta perspectiva, a instituição continuou a dar privilégio ao pioneirismo, reforçando o mito do vazio demográfico e criando alguns silêncios na história do município, sendo um deles, a ocupação da região por populações indígenas.

O Museu Histórico de Londrina, possui atualmente em seu acervo, o Setor de Objetos, Setor de Imagem e Som “Eugênio Brugin”, Setor de documentação “José Garcia Molina” e Biblioteca “José Garcia Molina”.

Quando falamos especificamente do setor de objetos, este acervo é composto de coleções das mais variadas categorias: coleção arqueológica, sendo a grande maioria dos objetos provenientes da região do baixo Tibagi; coleção etnográfica, representando diversas nações indígenas brasileiras; objetos geológicos e objetos representativos dos “primeiros colonizadores”. A composição principal do acervo musealizado se dá através de doações.

³⁰ Ofício nº 14/73. Departamento de Antropologia da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. 04/04/1973 – Acervo do MHL (*apud* LEME, 2013, p. 136)

Em sua exposição de longa duração, a narrativa apresentada pelo Museu, consolida elementos vinculados à história que privilegia os “grandes homens”, mantendo o padrão estabelecido pela instituição desde sua origem, que era o de destacar a história da colonização do município, privilegiando assim algumas memórias em contrapartida ao esquecimento de muitos.

No que se refere às populações indígenas da região, a instituição reservou um pequeno e discreto espaço em uma pré-sala que dá acesso as escadas que levam aos andares superiores. O local contém uma vitrina com algumas peças arqueológicas pré-contato, como artefatos líticos, vasilhames e fragmentos cerâmicos. Ao lado esquerdo desta, uma vasilha Tupiguarani denominada de yapepó³¹ e, ao lado direito, um aparelho de agrimensura (Figura 12).

Sobre a vitrina arqueológica está locado um painel que traz como título “O Sertão do Tibagi” (Figura 12), cujo texto apresenta dados arqueológicos e históricos sobre a formação da região e em um dos parágrafos é enfatizado que “[...]os britânicos viram que floresta afora, havia muita e ótima terra devoluta e deserta de gente”. Desta maneira, ao mesmo tempo que o museu traz a narrativa de que os indígenas foram os primeiros habitantes da região, ele os silencia totalmente da história londrinense, ou seja, os exclui completamente do processo de formação do município, fortalecendo assim, o discurso do vazio demográfico.

Recentemente, ocorreu uma mudança na exposição arqueológica da instituição. Os Kaingang da T. I Apucarana, acompanhados de algumas lideranças da comunidade, cobriram com um pano preto o painel que nega a presença indígena na região e toda a história de seus antepassados. Sobre o pano preto foi locado um cartaz contendo a seguinte afirmação, escrita em português e em Kaingang: “Falaram que aqui era um deserto mas estamos vivos e estamos aqui – Fóg ag tóg tág ki ti kuprã nĩ he já nĩ vẽ he mũ, harã ãg tóg rĩnrĩr nýtĩ kĩ ãg tóg ùri ki nỹ tĩ”.³² (Figura 13)

A substituição do antigo painel pelo novo cartaz mostra a busca dos indígenas por um espaço na história do município, bem como na narrativa da instituição.

³¹ Os vasilhames Guarani podem ser divididos em vários grupos a partir de sua funcionalidade e forma. Os vasilhames yapepó são do grupo das panelas que são levadas ao fogo, utilizadas para cozer alimentos, apresentando também uma função secundária, associada às práticas funerárias. De acordo com (BROCHADO & MONTICELLI, 1994) sua forma frequente é de uma vasilha bojuda de bordas côncavas, verticais podendo variar entre extrovertida e restringida, seguida de base arredondada ou conoidal. As yapepó também são divididas em categorias por tamanhos pequeno, médio e grande.

³² O ato ocorreu após o Seminário Sobre Culturas Indígenas e Patrimônios Museológicos no Norte do Paraná que aconteceu de 27 a 30 de junho de 2016 no Museu Histórico de Londrina.

Figura 12. Exposição setor arqueologia, Museu Histórico de Londrina.



Fonte: Acervo autora

Figura 13. Novo cartaz



Fonte: Acervo autora

Na reserva técnica, porém, dentro das caixas que acondicionam os objetos, é possível narrar uma outra história para o município de Londrina, muito diferente da que começa na década de 1930 com a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Dentre os vários grupos étnicos representados pela coleção etnográfica, um dos principais conjuntos que integram o acervo diz respeito a produção artefactual da cultura Kaingang da Terra Indígena Apucarana. Tratando-se da coleção arqueológica, a grande maioria do acervo é composta por objetos Tupiguarani.

A pesquisa museográfica, assim como no Museu Histórico de Cambé, se deu pelo estudo e análise dos objetos atribuídos à ocupação Kaingang na região, que somaram um total de 06 fragmentos cerâmicos, sendo 02 deles provenientes do Sítio Arqueológico Apucarantina I, descrito anteriormente e 16 peças etnográficas, que correspondem à trançados para uso doméstico, armas de arremesso complexas, trançados para uso pessoal (adornos plumários) e instrumentos musicais, a grande maioria da Terra Indígena Apucarana (Quadros 4 e 5).

Quadro 4. Relação dos objetos arqueológicos analisados (Museu Histórico de Londrina)

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA						
Nº da peça	Nº RG Museu	Tipo de artefato	Coleção	Procedência	Forma de incorporação	Data de entrada
24 a 27	6247	Fragmentos cerâmicos	-	Região metropolitana de Londrina	Doação	Entre 1969 – 1970
28	6247	Fragmento cerâmico	-	Sítio Arqueológico Apucarantina I	Doação	08/08/2016
29	6247	Fragmento cerâmico	-	Sítio Arqueológico Apucarantina I	Doação	08/08/2016

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 5. Relação dos objetos etnográficos analisados (Museu Histórico de Londrina)

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA						
Nº da peça	Nº RG Museu	Tipo de artefato	Coleção	Procedência	Forma de incorporação	Data de entrada
14	7-006 RG 1867	Cesto com tampa	-	T.I Apucarana	Doação	01/12/1969
15	7-013 RG 1699	Cesto	-	T.I Apucarana	Doação	01/12/1969
16	7-100	Cesto	-	T.I Apucarana	Doação	1973
17	7-96 RG 1873	Cesto	-	T.I Apucarana	Doação	21/09/1973
18	7-98 RG 1871	Cesto	-	T.I Apucarana	Doação	21/09/1973
19	7-016 RG 1866	Cesto	-	T.I Apucarana	Doação	01/12/1969
20	7-70 RG 1868 ^a	Cesto com tampa	-	T.I Apucarana	Doação	15/05/1972

21	7-008 RG 1882	Cesto com tampa (grande)	-	T.I Apucarana	Doação	01/12/1969
22	7-065 RG 1792	Coroa vertical emplumada	-	T.I São Jerônimo	Doação	04/05/1971
23	7-064 RG 1800	Tanga emplumada	-	T.I São Jerônimo	Doação	04/05/1971
24	6004	Cesto de material sintético	-	Associação Indigenista Assindi – Maringá	Doação	2014
25	7-31 RG 1790	Flecha	-	T.I Apucarana	Doação	01/12/1969
26	7-29 RG 1748	Flecha	-	T.I Apucarana	Doação	01/12/1969
27	RG 1884	Peneira	-	T.I Apucarana	Doação	?
28	7-004 RG 1877	Chocalho	-	T.I São Jerônimo	Doação	01/12/1969
29	5118	Arco com duas flechas	-	T.I São Jerônimo	Doação	2013

Fonte: Elaborado pela autora

Achamos importante destacar que o Museu Histórico de Londrina vem buscando, nos últimos anos, uma maior interação com a história indígena, promovendo exposições e eventos que tem como objetivo principal trazer à tona questões indígenas.

A exposição itinerante “Povos Indígenas no Norte do Paraná”, realizada em 2013, refletiu sobre a presença de diversas etnias que habitaram e habitam o norte do estado. O “Seminário sobre culturas indígenas e patrimônios museológicos no norte do Paraná”, realizado em junho de 2016, promoveu um importante contato entre pesquisadores para difusão da área em Londrina e região.

1.3 Análise dos objetos musealizados

1.3.1 Perfil tipológico da cerâmica³³

O conjunto cerâmico analisado é composto por 29 peças das coleções arqueológicas acima referidas. Objetivou-se nesta análise identificar nas coleções as características gerais da cerâmica Kaingang do baixo Tibagi.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, que ofereceu suporte teórico para o conhecimento da análise técnica e interpretação do material cerâmico, principalmente

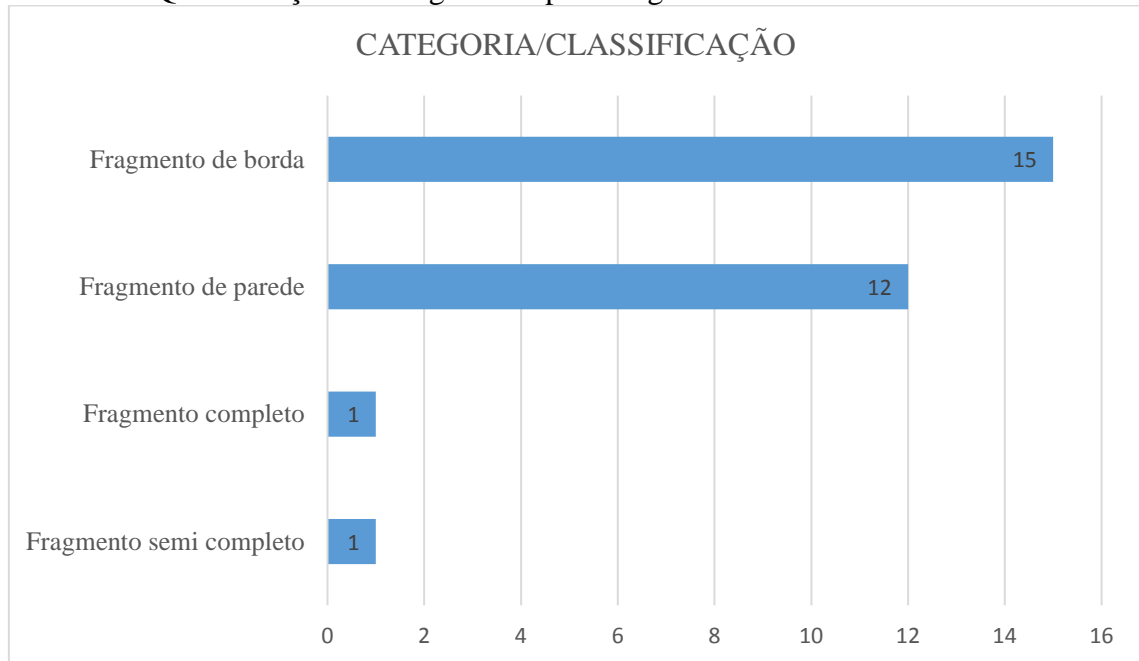
³³Este estudo foi limitado a uma análise tradicional, sem que tenham sido realizadas análises arqueométricas ou de microvestígios.

La Salvia e Brochado (1989); Chmyz (1976), Shepard (1985), Cruz e Correia (2007) e Prous (1992). Seguidamente, com referência a esses autores criamos uma ficha de análise com variados atributos, que serão descritos ao longo do texto a partir dos dados levantados em cada peça.

1.3.1.1 Quantificação dos fragmentos por categoria

A categoria dos fragmentos foi estabelecida como: fragmento de borda, base, fragmento de parede, fragmento semi completo (menos de 50% da peça) e fragmento completo (mais de 50% da peça). Foi observado um predomínio dos fragmentos de borda, sendo que, entre os 29 fragmentos analisados foi possível evidenciar 22 vasilhames (Gráfico 1).

Gráfico 1. Quantificação dos fragmentos por categoria



Fonte: Elaborado pela autora

1.3.1.2 Variáveis métricas

Nas variáveis métricas, levamos em consideração a espessura, dimensões a partir do comprimento (Y) *versus* a largura (X), raio da borda, porcentagem existente da borda, profundidade, altura e perímetro, estes três últimos para vasilhames completos. Para obter as medidas, foram utilizados paquímetro, nível de bolha, fita métrica tipo “trena de alfaiate”, trena para medidas em geral e ábaco de círculos concêntricos³⁴, onde o fragmento do bordo é disposto

³⁴ Ábaco de círculos concêntricos em anexo D.

na marca que melhor se adequar com a sua curvatura, indicando o valor do raio da circunferência e a porcentagem existente da borda (Quadro 6).

Quadro 6. Variáveis métricas de cada fragmento

Nº da peça	Espessura	Dimensões	Raio da borda	Porcentagem existente da borda	Profundidade	Altura
01	4,3mm	X: 54,20mm Y: 47mm	4,5cm	Entre 20% e 25%		
02	3,25mm	X:5mm Y:45mm	8cm	Entre 5% e 10%		
03	3mm	X:44mm Y:40,3mm	7,5cm	Entre 10% e 15%		
04	3mm	X:16,5mm Y: 25mm	4cm	Menos de 5%		
05	3mm	X: 15,25mm Y: 24,4mm	4cm	Menos de 5%		
06	4mm	X:24,4mm Y: 23,5mm				
07	4mm	X:16mm Y:24mm				
08	3mm	X: 23,2mm Y: 33mm				
09	5,4mm	X: 49, 35m Y: 32mm				
10	7mm	X: 40,4mm Y: 27,6mm				
11	3,55mm	X: 30mm Y: 20mm	4cm	Entre 10% e 15%		
12	3,6mm	X:21,5mm Y: 14mm				
13	3,5mm	X: 28,2mm Y: 33mm	4cm	Entre 5% e 10%		
14	4mm	X: 19mm Y: 29mm	4cm	Entre 5% e 10%		
15	4mm	X: 24mm Y: 28,4mm	6cm	Entre 5% e 10%		
16	4,6mm	X: 38mm Y: 28,3mm				
17	4,65mm	X: 31mm Y: 13,55mm				
18	2mm	X: 33mm Y: 37mm	6cm	Entre 10% e 15%		
19	2,3mm	X: 41mm Y: 32mm	6,5cm	Entre 5% e 10%		
20	3mm	X: 34mm Y: 22mm	6cm	Entre 5% e 10%		
21	6cm	Perímetro max: 77cm Perímetro mín: 71cm	12cm	Mais de 50%	22cm	22,5cm
22	4mm	X: 18mm Y: 29mm	6cm	Entre 5% e 10%		
23	4mm	X: 27mm Y: 20mm				
24	6mm	X: 87mm Y: 60mm	6cm	25%		

25	5mm	X: 27,30mm Y:37,55mm				
26	3,50mm	X: 28,40mm Y:43mm	6cm	7,5%		
27	3,50mm	X: 29mm Y: 43mm	6cm	7,5%		
28	5mm	X:33mm Y: 29mm				
29	4,35mm	X: 24mm Y: 20mm				

Fonte: Elaborado pela autora

As variáveis métricas indicam que os vasilhames, na quase totalidade, apresentam tamanhos pequenos com espessura bastante fina, não ultrapassando os 7mm, característica bastante comum na cerâmica Kaingang.

1.3.1.3 Tratamento de superfície

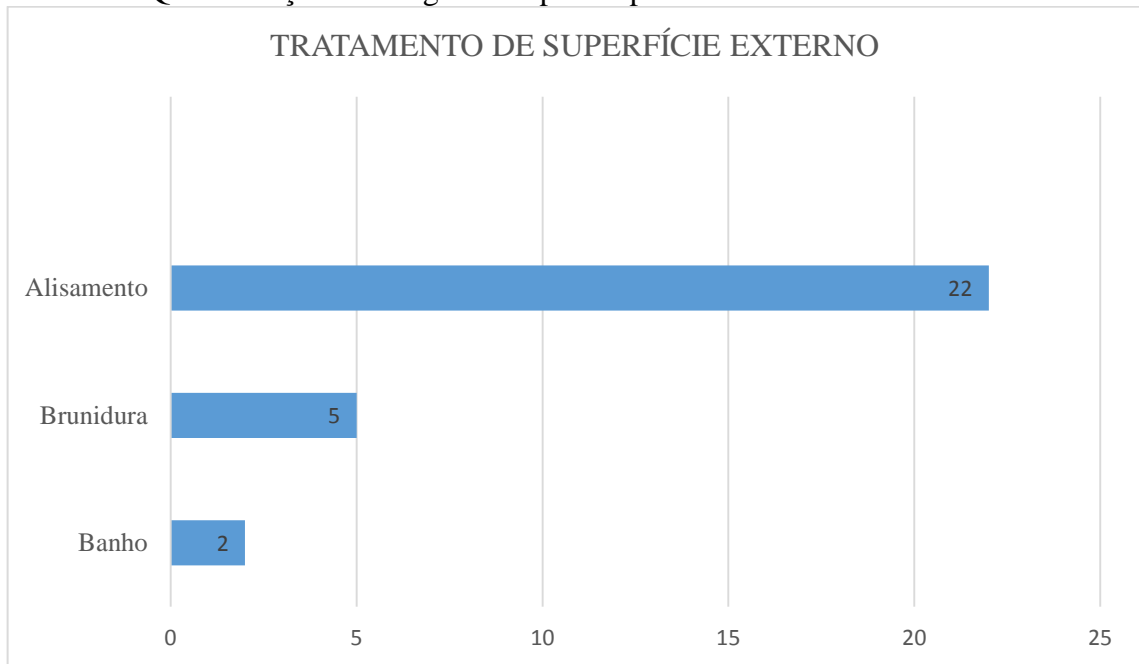
Quanto ao tratamento interno e externo da superfície, houve um predomínio entre as técnicas do alisamento³⁵, que tem como objetivo principal eliminar as irregularidades da confecção dos recipientes, resultando numa superfície uniforme, mas sem brilho. E ainda a técnica da brunidura³⁶, onde as paredes recebem um revestimento (geralmente após a queima) de cera e fuligem para dar uma cor preta ou melhorar a impermeabilidade, resultando num brilho mais intenso que o polimento.

O engobo negro presente em apenas 2 fragmentos, consegue-se, através do esfumamento: “quando o vasilhame se torna rubro devido a temperatura na queima, é colocado sobre a palha de milho seca, e assim ocorre uma reação de combustão, onde o carbono adere intensamente à superfície que fica com uma película negra assemelhada a um verniz” (PARELLADA, 2008, p. 221).

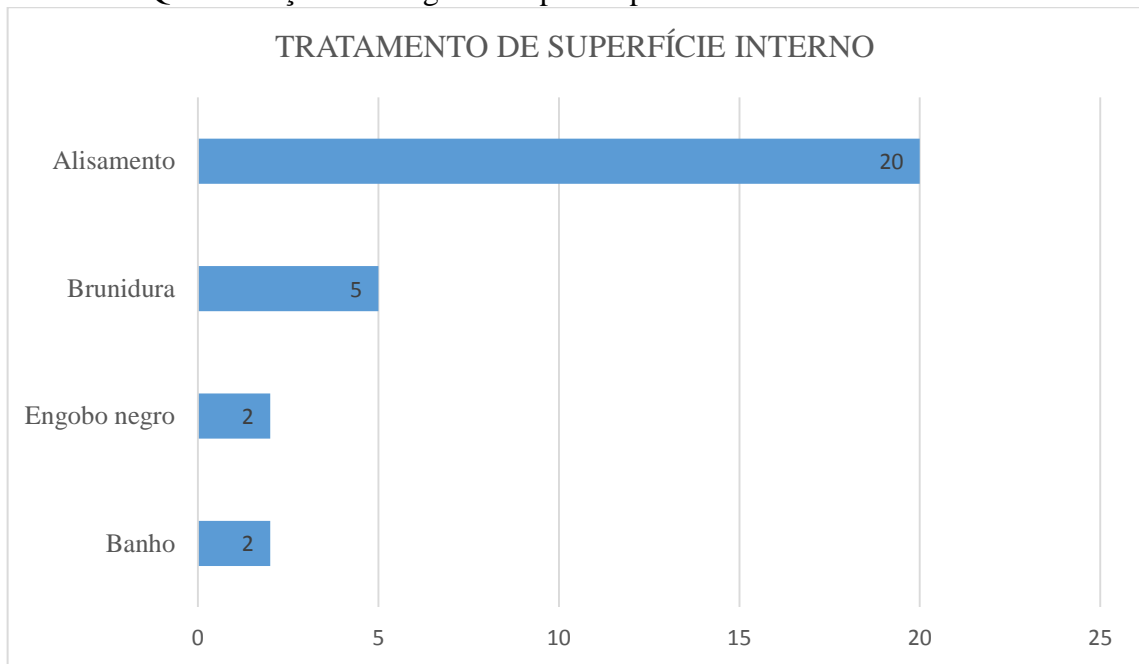
O Banho evidenciado em duas das peças pode ser definido, “como um revestimento superficial, delgado, proveniente de um caldo ou nata de argila em suspensão na água, aplicado à superfície cerâmica antes da queima” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p. 18).

³⁵ Cruz e Correia (2007, p.35)) Normas de Inventario para Cerâmica utilitária.

³⁶ Prous (1992, p. 92) Arqueologia Brasileira

Gráfico 2. Quantificação dos fragmentos pela superfície externa

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 3. Quantificação dos fragmentos pela superfície interna

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar do tratamento decorativo ser parte integrante do processo de manufatura, nenhuma técnica foi evidenciada nos artefatos, lembrando que a distinção entre tratamento de superfície e tratamento decorativo é, por vezes, “[...]susceptível de interpretação subjetiva por parte dos arqueólogos, resultando que a mesma técnica seja interpretada por uns como tratamento de superfície e por outros como decoração” (CRUZ & CORREIA, 2007, p. 35).

1.3.1.4 Antiplástico

De acordo com Shepard (1985), o antiplástico é todo tipo de material não plástico aplicado à pasta cerâmica no momento da confecção. São conhecidos antiplásticos de origem animal, vegetal e mineral. O material pode ser encontrado no próprio banco de argila ou são elementos acrescentados pela oleira com o objetivo de reduzir a quebra da vasilha durante o processo de secagem e cozimento.

Para a identificação do antiplástico utilizamos um estereoscópio da marca Leica EZ4 com a magnificação de 10X/20. Não foi possível definir se os materiais foram intencionalmente acrescentados à pasta cerâmica pela oleira ou ocorrem naturalmente nos bancos de argila, com exceção do caco moído ou chamote intencionalmente acrescentado. Os fragmentos possuíam como antiplástico o feldspato, quartzo, grãos arredondados de hematita, carvão, areia, geodo, caulim e chamote, variando sua frequência entre 5% e 30%.

1.3.1.5 Tipo de queima

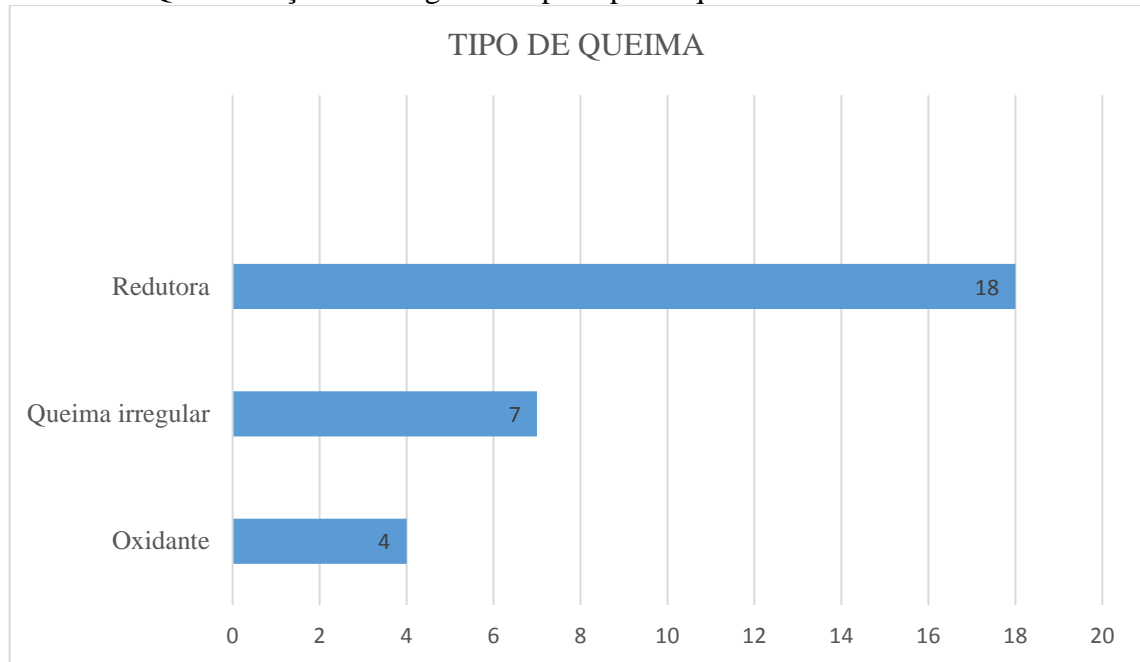
Depois de decorados e acabados, os objetos cerâmicos têm de secar, geralmente durante vários dias ou mesmo semanas, antes de serem submetidos a um processo de cozedura. O objetivo principal da cozedura é transformar as propriedades físicas da argila, tornando-a dura e estável, influenciando no aspecto da superfície das paredes dos vasos cerâmicos, sobretudo ao nível da cor.

Desta maneira, seguindo as Normas de Inventário da Cerâmica Utilitária (2007), e usando a Tabela de Cores de Solos Munsell, a análise quanto ao tipo de queima foi realizada observando a coloração dos fragmentos quanto ao núcleo, que indicaram três tipos de queima:

- Queima oxidante: numa atmosfera oxidante, a quantidade de oxigênio é superior à necessária para a combustão, permitindo que a matéria orgânica que se encontra na argila seja completamente queimada, resultando numa coloração clara, geralmente alaranjada ou avermelhada das cerâmicas (CRUZ e CORREIA, 2007, p. 55).
- Queima redutora: uma atmosfera sem oxigênio, rica em carbono, é denominada redutora e o resultado final são cerâmicas de cor negra ou acinzentada homogênea (CRUZ e CORREIA, 2007, p. 56).
- Queima irregular: coloração desigual, com áreas castanho mais escuras, outras quase pretas e outras ainda castanho claras ou avermelhadas. Isto ocorre devido à distribuição

desigual de calor, onde só alguns recipientes, ou parte dos recipientes estão em contato direto com o combustível (CRUZ e CORREIA, 2007, p. 53).

Gráfico 4. Quantificação dos fragmentos por tipo de queima



Fonte: Elaborado pela autora

1.3.1.6 Morfologia da borda e tipo de lábio

Sem exceção, os fragmentos apresentaram borda do tipo extrovertida, isto é, para fora. O tipo de lábio variou entre o arredondado e o apontado.

Quanto ao estado de conservação, os fragmentos apresentaram ambas as faces com alguns processos erosivos, como rachaduras e antiplástico aflorando nas superfícies. Também foi possível evidenciar em alguns fragmentos marcas de uso como queima e fuligem.

Ressaltamos que uma única peça, proveniente do Sítio Arqueológico Apucarantina I, peça 28 (Figura 14), apresentou um estado diferenciado das demais, onde toda camada que corresponderia ao tratamento, tanto interna como externamente está em processo de descamação. Entre tantas hipóteses possíveis, pensamos que a descamação poderia ser fruto de um tratamento mal acabado, o que pode ser confirmado com uma análise mais detalhada a partir da arqueometria.

Figura 14. Peça 28 (MHL) Descamação na superfície externa



Fonte: Acervo autora

No único fragmento completo do conjunto (Figura 15), peça 21, pudemos analisar detalhadamente a estrutura morfológica. O objeto apresentou boca circular e contorno do corpo infletido, com base cônica, onde também conseguimos observar com o auxílio de uma lupa, digitais ao longo da borda, podendo ser consideradas como marcas da oleira no momento da modelagem do vasilhame.

O fato da base do objeto apresentar forma cônica, nos indica que se trata de um artefato Kaingang pré-contato, pois segundo informações bibliográficas, a cerâmica pós-contato apresenta base plana. “Os fundos, também, antes arredondados ou cônicos, agora são achatados para facilitar o assentar da peça na prateleira de madeira, em vez de uma cova no chão, agora também assoalho de madeira” (MILLER Jr., 1978, p. 29)

Comparando a forma com os dados métricos³⁷ da vasilha, podemos dizer que se trata de uma panela para cozinhar macaco (*kokro mök*). Para esta categoria usamos como referência Miller Jr. (1978).

[...] na classificação de D. Candire a peça de 8, 7 cm de altura é *kokrō ti* (pequeno), maior do que 20 cm é *kokro mök* (grande) e de 14 cm e menor de 20 cm sendo simplesmente *krokō*. Segundo os informantes a função do *krokō*

³⁷ Para verificar as medidas da peça ver quadro 06 (Variáveis métricas de cada fragmento – Peça 21), p. 63-64

é cozinhar alimentos. O grande kokro mök (34, 4 cm de altura) era para cozinhar macaco. Há tempo que não se fabrica mais kokro mök desse tamanho – ('não tem mais macaco'). (MILLER, 1978, p. 14).

Figura 15. Peça 21/Museu Histórico de Cambé



Fonte: Acervo autora

Sobre a técnica de manufatura, importante atributo, só poderá ser confirmada através de exames radiográficos. Porém, nesta pré-análise nota-se em alguns fragmentos ocorrência de marcas no sentido horizontal, observando a orientação da argila de modo circular, o que pode indicar a junção de roletes, definida na literatura como técnica do roletado. Já outros fragmentos, uma maior parcela, apresentaram paredes mais irregulares, com quebra retangular, mais comum na técnica do modelado³⁸.

O perfil artefactual do conjunto estudado apresentou características bastante homogêneas, como mostram os dados. As peças foram classificadas pela espessura fina, pequeno volume, superfícies alisadas com eventual brunidura ou engobo negro. Todas apresentaram minerais como antiplástico e a queima do tipo redutora foi a mais evidenciada, o que proporcionou uma coloração mais escura. Tais características diferem os Itararé-Taquara dos grupos Tupiguarani, onde a cerâmica era produzida em larga escala, diversificação na

³⁸ Ver descrição das técnicas de manufatura nas páginas 42 e 43.

decoreção e tamanhos, como também com maiores espessuras. Logo, a cerâmica pode ser tomada como um indicativo na diferenciação de grupos étnicos.

Em um primeiro momento, pode-se dizer que a cerâmica analisada possui características essencialmente utilitárias, usadas nas funções básicas do cotidiano. Tal evidência poderá ser melhor descrita através da reconstituição gráfica dos fragmentos que fornecerem confiabilidade para determinação das características morfológicas dos objetos cerâmicos e do cálculo da capacidade volumétrica das vasilhas³⁹.

Figura 16. Fragmentos cerâmicos Museu Histórico de Cambé



Fonte: Acervo autora

³⁹ Análises mais detalhadas como, reconstituição gráfica e arqueometria serão realizadas em futuros estudos.

Figura 17. Fragmentos cerâmicos Museu Histórico de Londrina

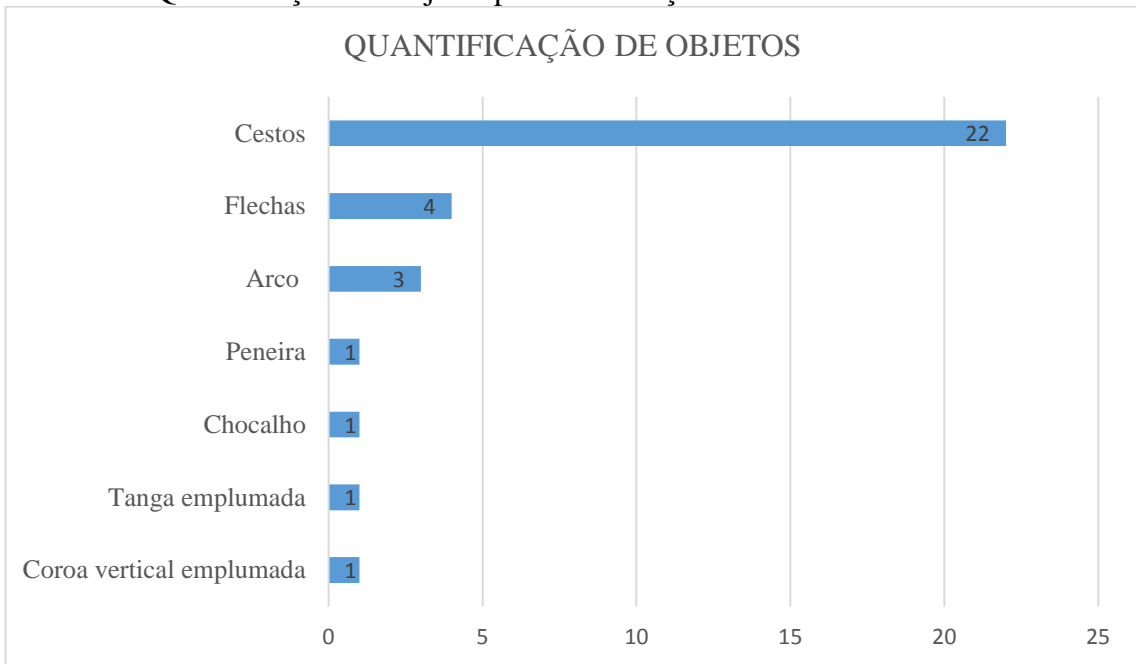


Fonte: Acervo autora

1.3.2 Perfil tipológico da cestaria

Para análise do material etnográfico, recorremos a estudos específicos sobre o artesanato indígena, especialmente os de Berta G. Ribeiro (1985) e (1988), Ana Luiza B. Lustosa Cavalcante (2014) e Sergio Baptista da Silva (2001) que nos permitiram uma classificação quanto aos grafismos, variedade de formas e padrões ornamentais dos trançados.

O conjunto estudado totalizou 33 peças (Gráfico 5), que foram classificadas como trançados para uso doméstico: cestarias destinadas para o carregamento e armazenagem de alimentos e utensílios e peneiras para cernir alimentos; armas de arremesso complexas: arco e flechas; adornos plumários: coroa vertical e tanga emplumada e instrumentos musicais: Chocalho.

Gráfico 5. Quantificação dos objetos por classificação

Fonte: Elaborado pela autora

1.3.2.1 Trançados para uso doméstico

Na cestaria foram evidenciadas as seguintes técnicas de trançado, conforme quadro 7:

Quadro 7. Estruturas básicas do trançado

CLASSE	CATEGORIA	GRUPO	TIPO
<p>Entretrançado</p> <p>Em que o elemento da trama intercepta o elemento da urdidura, disposto perpendicularmente, em séries paralelas, traspondo sobre e sob, alternadamente, um ou mais desses elementos, sem o uso de qualquer implemento auxiliar</p>	<p>Entrecruzado ou cruzado</p>	<p>Quadriculado ou xadrezado</p> <p>Um elemento da trama intercepta e transpõe transversalmente um elemento da urdidura, colocando em posição vertical, formando ângulos retos e desenhos quadriculares.</p>	<p>Gradeado</p> <p>Em que se dá o espaçamento entre os elementos entretrecidos formando aberturas ou grades.</p>
		<p>Cruzado em diagonal ou sarjado</p> <p>Tipo de trançado que formam figuras geométricas.</p>	<p>Kre pe: Com linhas horizontais e verticais (Mais utilizado)</p> <p>Tipiti (Jagne Tyfy): Composto por linhas diagonais que tanto podem ser unidas como separadas</p>
		<p>Hexagonal</p> <p>Trabalha-se com pelo menos 3 elementos ou conjuntos de elementos,</p>	<p>Reticular (Kre Nog-noro)</p> <p>Em que intervém três elementos singulares,</p>

		que tomam as direções horizontal, vertical e diagonal, cruzando-se entre si.	dois deles, os da urdidura, dispostos em sentido diagonal, e o terceiro, a trama, na horizontal formando hexágonos nas aberturas.
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos de Ribeiro (1985, p. 41 – 49) e Cavalcante (2014, p.223)


O trançado quadriculado ou xadrezado do tipo gradeado e o hexagonal reticular, foram evidenciados somente nas tampas dos cestos e, o marchetado do tipo *kre pe* e *tipiti (jagne tyfy)* no corpo dos cestos, sendo o primeiro padrão o mais utilizado. O tipiti foi evidenciado apenas em três objetos doados ao Museu Histórico de Londrina nos anos de 1969 e 1972, ambos provenientes da Terra Indígena Apucarana. Após esse período, todos apresentam trançado *Kre pe* (Quadro 8).

De acordo com Cavalcante (2014), a técnica do *tipiti* chegou a ser bem difundida entre as artesãs da T.I Apucarana, mas deixou de ser produzida, em alguns casos só por encomenda.



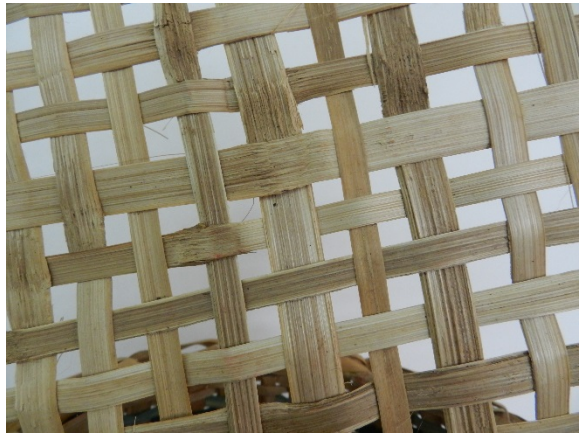
Ainda sobre a técnica, Cavalcante menciona:

Percebi que as cestarias ali presentes no espaço eram todas confeccionadas pela técnica denominadas por elas de *kre pe* e então perguntei à liderança sobre as técnicas e materiais. Sua resposta foi que a técnica do tipiti dá muito trabalho e pouco retorno financeiro, e encontrar a criciúma na mata tem sido complicado neste período⁴⁰ em que foram realizadas as observações participantes. Termina com a frase: não fazemos mais!(CAVALCANTE, 2014, p. 193)

Quadro 8. Detalhamento dos tipos de trançado

Artefato N°	Detalhamento do trançado	Tipo
14 MHL Cesto pequeno com tampa		Tipiti – <i>Jagne Tyfy</i> Corpo do cesto

⁴⁰ Ana Luisa Boavista Lustosa Cavalcante realizou sua pesquisa na Terra Indígena Apucarana entre os anos de 2010 e 2014.

<p>14 MHL Cesto pequeno com tampa</p>		<p>Hexagonal do tipo reticular - <i>Kre Nog-noro</i></p> <p>Tampa</p>
<p>02 MHC Cesto de tamanho grande com tampa</p>		<p><i>Kre pe</i></p> <p>Corpo do cesto</p>
<p>02 MHC Cesto de tamanho grande com tampa</p>		<p>Quadrado xadrezado do tipo gradeado</p> <p>Tampa</p>

Fonte: Elaborado pela autora

As formas⁴¹ foram registradas como: paneiriforme, cesto recipiente ou cargueiro em forma de paneiro, assemelhado ao gameliforme, porém de maior altura; tigeliforme, em forma de tigela, apresenta-se comumente de conformação arredondada, fundo plano e paredes de pouca altura; bolsiforme, cesto recipiente de espessura mínima ou média e provido de alças

⁴¹ Dados extraídos de Ribeiro (1988, p. 45 – 49)


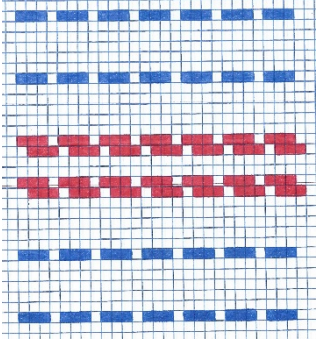

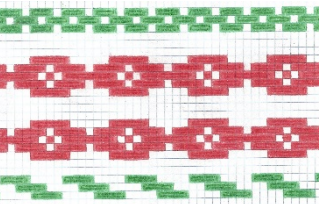
para carregar e pendurar e uma única peça como vasiforme, em forma de vasos, que na cerâmica corresponderiam a bilhas, moringas, garrafas para conter líquido.


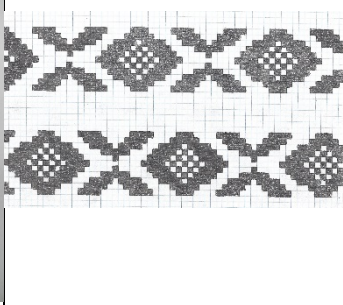

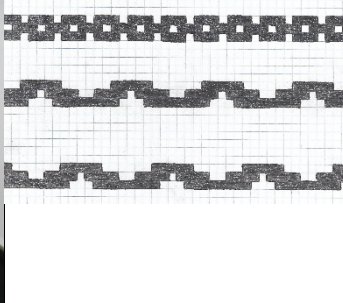

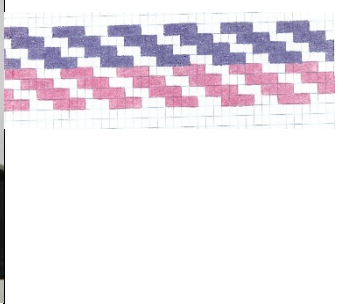

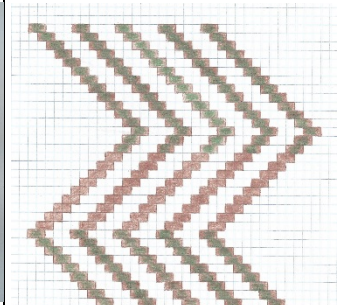
Os padrões gráficos mais comuns foram desenhos geométricos em linhas horizontais, verticais e diagonais abertas e formas retangulares, quadrangulares e losangulares fechadas. Como já mencionado no item 1.1.4 deste capítulo, essas grafias estão ligadas às concepções cosmológicas do dualismo das patrimetades, denominadas de Kamé e Kainrú, onde cada família possui sua própria pintura ou marca (Quadro 9).

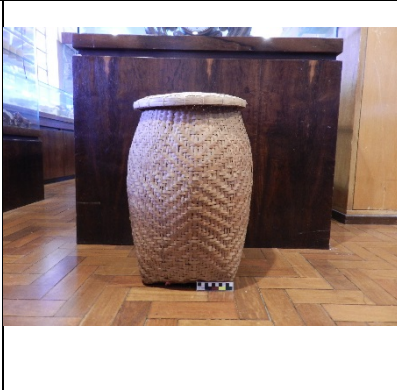
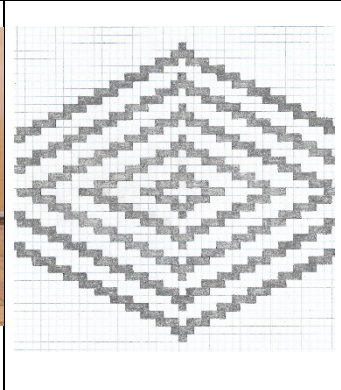
Na maioria dos objetos foi possível evidenciar tanto marcas lineares como circulares, que “podem representar relações de aliança que pode ser tanto a ligação pelo casamento entre um homem e uma mulher como também a relação entre dois homens, originada pelo casamento da irmã de um deles com o outro” (SILVA, 2001, p. 199).

Uma grafia bastante comum na parte superior dos objetos foi a de quadrados ligados por linhas, que, conforme Cavalcante (2014), possui vários significados, e um deles é a representação simplificada da araucária que é um dos ícones do Paraná. A autora faz ligação do grafismo com os detalhes do calçadão de Londrina.

Quadro 9. Exemplos dos grafismos evidenciados nas cestarias

Artefato n°	Detalhamento do artefato	Padrão Gráfico	Especificações
01 MHC			Cesto paneiriforme com tampa e alças de material plástico saídas das laterais. Possui 04 pés de apoio. Grafismos: Linhas horizontais e diagonais paralelas representando a patrimetade <i>Kamé</i>
02 MHC			Cesto paneiriforme com tampa e 04 pés de apoio. Grafismos: Na parte superior o grafismo de quadrados ligados por linhas é a representação simplificada da araucária. Os losangos na parte central representam a patrimetade Kainrú e as linhas diagonais paralelas na parte inferior representam a patrimetade kamé, indicando união entre

			os opostos com predominância Kainrú.
04 MHC			Cesto paneiriforme com alças nas laterais. Grafismos: Losangos representando a patrimetade <i>Kainrú</i> e formas em “X” representando a patrimetade <i>Kamé</i> . União entre os opostos.
05 MHC			Cesto paneiriforme com tampa e alças saídas das laterais. Grafismos: Na parte superior o grafismo de quadrados ligados por linhas é a representação simplificada da araucária. Na parte central e inferior linhas em zigue-zague representando a patrimetade <i>Kamé</i> .
08 MHC			Cesto tigeliforme de tamanho pequeno. Grafismos: Linhas diagonais paralelas representando a patrimetade <i>Kamé</i>
16 MHL			Cesto vasiforme com alça na lateral. Grafismos: linhas em zigue-zague representando a patrimetade <i>Kamé</i> .

21 MHL			Cesto paneiriforme com tampa Grafismos: Grafismos losangulares (Losangos com diamante) com coloração natural. O realce do desenho é obtido pelo reflexo da luz no trançado. Patrimetade <i>Kainrú</i>
-----------	---	--	--


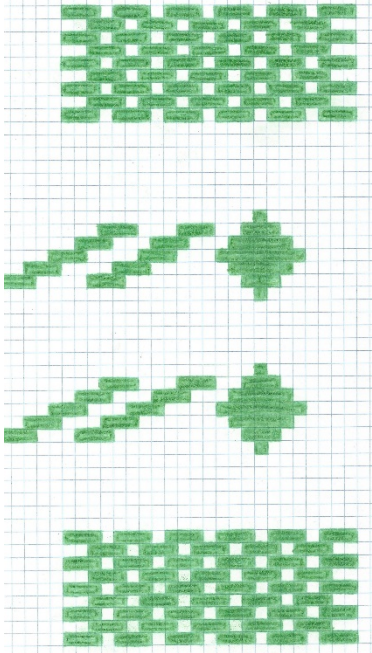


Fonte: Elaborado pela autora com desenhos gráficos de Marcos Antônio Menegusso. As atribuições dos grafismos às patrimetades foram baseadas em Cavalcante (2014).





1.3.2.2 Armas

Na categoria das armas, os objetos foram classificados em armas de arremesso complexas, arcos e as flechas (Quadro 10). Nas fichas de registro, esses artefatos estão catalogados com os dois elementos, porém encontra-se nas instituições os artefatos incompletos, em alguns casos, o arco sem as flechas e em outro as flechas sem o arco. Sabe-se que a matéria prima utilizada na confecção do artesanato indígena é de origem vegetal, não tendo a mesma durabilidade dos artefatos líticos e cerâmicos, portanto, se o acervo não for adequadamente armazenado, os objetos se deterioram com o tempo.


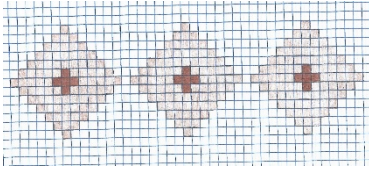

É provável que tenham sido confeccionados apenas para fins comerciais e não para atividades de subsistência e práticas de combate, pois a corda dos arcos não possui elasticidade para o arremesso da flecha e a estética das pontas parece mais decorativa do que funcional.

Quadro 10. Detalhamento das armas

Artefato n°	Detalhamento do artefato	Classificação/Padrão gráfico
11 MHC		
Especificações	Arco com trançado tipo <i>kre pe</i> e corda de fibra vegetal apresentando grafias na coloração verde com representação quadrangular nas partes inferior e superior e losangular com linhas diagonais contínuas na parte central, indicando união entre os opostos.	
Informações ficha do acervo	Arco e Flecha Kaingang – Doador: Prof. João Sabaine Data de entrada: 1980	
12 MHC		
Especificações	Arco com trançado tipo <i>kre pe</i> e corda de material plástico. O trançado cria na cor roxa a inscrição Londrina – PR na empunhadura do arco.	
Informações ficha do acervo	Adquirido por compra T.I Apucarana Data de entrada: A partir 1996	

25 MHL		<p>Flecha do tipo rombuda virote: Formada por um virote de madeira dura terminada em ponta, na parte posterior, encastado na haste. Utilizada na caça às aves (RIBEIRO, 1988, p. 231)</p>
Especificações	Flecha de madeira com haste em taquara e amarração de fibra vegetal na junção com a haste.	
Informações ficha do acervo	Arco com três flechas – Núcleo Indígena Tamarana. Doação: Departamento de História da FAFI Data de entrada: 01/12/1969	
26 MHL		<p>Flecha do tipo lanceolada barbelada: Flecha possuindo entalhes que produzem farpas nas arestas, geralmente de belo enfeite ornamental. Usada para caça grande (RIBEIRO, 1988, p. 229)</p>
Especificações	Flecha de madeira com haste em taquara e amarrações de fibra vegetal na junção com a haste.	
Informações ficha do acervo	Arco com duas flechas – Núcleo Indígena Tamarana. Doação: Departamento de História da FAFILO Data de entrada: 01/12/1969	
29 MHL		<p>Flecha de madeira cilíndrica, lisa, levemente apontada e com amarrações de fibra vegetal untada com cerume⁴² de abelha na junção com a haste</p>
		<p>Flecha de madeira lanceolada sem farpas e amarrações de fibra vegetal untada com cerume de abelha na junção com a haste</p>

⁴² Principal matéria prima de uma colônia de abelhas sem ferrão, formada pela mistura de cera e própolis (VILLAS-BÔAS, 2012, p. 93).



		
		<p>Emplumação da haste (provavelmente de uma garça) atada pelas suas extremidades com fibra vegetal untada com cerume de abelha</p>
<p>Especificações</p>	<p>Arco com corda de fibra vegetal untada com cerume de abelha, grafias losangulares na empunhadura, acompanhado por duas flechas de madeira com hastes emplumadas.</p>	
<p>Informações ficha do acervo</p>	<p>São Jerônimo da Serra Data de entrada: 2013</p>	

Fonte: Elaborado pela autora com desenhos gráficos de Marcos Antônio Menegusso. As partes de animais presentes nos objetos foram identificadas à menor nível taxonômico possível pelo biólogo Lucas Ribeiro Jarduli, CRBio 66750/07. As atribuições dos grafismos às patrimetades foram baseadas em Cavalcante (2014)

1.3.2.3 Adornos plumários

Plumária é um termo que designa artefatos confeccionados a partir de penas de aves e usados sobretudo como adorno corporal pelas populações indígenas brasileiros. De acordo com Dorta e Velthen (1983), a manufatura de artefatos plumários é uma tarefa predominantemente masculina. Segundo as autoras, “eles podem ser considerados verdadeiros códigos que transmitem, numa linguagem não verbal, mensagem sobre sexo, idade, filiação clânica, posição social e política” (p. 13 -14).

Quadro 11. Detalhamento dos adornos plumários


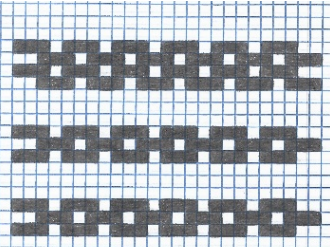
Artefato nº	Detalhamento do artefato	Classificação	Especificações
22		<p>Coroa vertical – Ornato em forma de coroa, em que as penas ornamentais ou as varetas que as sustentam mantêm posição ereta, rodeando todo o crânio (RIBEIRO, 1988, p. 118) Definição genérica: Cocar</p>	<p>Cocar com penas de arara Canindé (<i>Ara ararauna</i>) sobre faixa de 10 cm de largura em trançado do tipo <i>Kre pe</i>.</p>
Informações ficha acervo	<p>Cocar confeccionado pelo cacique dos índios Coroados de São Jerônimo da Serra, PR, Sr. Nivaldo Fugêncio, que trabalhou com esmero e com material de ótima qualidade. Data de entrada: 04/05/1971</p>		
23	 <p>Parte frontal</p> <p>Parte posterior</p>	<p>Tanga emplumada – usada para cobrir a região perienal</p>	<p>Tanga com penas de arara canindé (<i>Ara ararauna</i>) sobre uma trama feita com uma espécie de fibra vegetal tendo como sustentáculo uma base de trançado do tipo <i>krepe</i>.</p>
Informações ficha acervo	<p>Esta tanga foi confeccionada pelo Sr. Nivaldo Fugêncio cacique dos índios Coroados de São Jerônimo da Serra, PR, que trabalhou-a com esmero e material de ótima qualidade. Data de entrada: 04/05/1971</p>		

Fonte: Elaborado pela autora com as partes de animais identificadas à menor nível taxonômico possível pelo biólogo Lucas Ribeiro Jarduli, CRBio 66750/07.

1.2.3.4 Instrumentos musicais

Trata-se de um chocalho de forma ovalar do grupo recipiente, que pode ser definido como “chocalhos feitos de cabaça, cerâmica, cestaria, carapaça de tartaruga e crânio de macaco, geralmente providos de cabo (RIBEIRO, 1988, p. 198) (Quadro 12).

Quadro 12. Detalhamento do chocalho

Artefato nº	Detalhamento do artefato	Padrão gráfico	Especificações
28			Chocalho feito em cestaria <i>Kre pe</i> provido de um pequeno cabo. O padrão gráfico é a representação simplificada da Araucária (quadrados ligados por linhas)
Informações ficha do acervo	Núcleo indígena São Jerônimo da Serra, adquirido de um índio por troca. Data de entrada: 01/12/1969		

Fonte: Elaborado pela autora com desenhos gráficos de Marcos Antônio Menegusso. As atribuições dos grafismos às patrimetades foram baseadas em Cavalcante (2014).

Na maioria dos objetos foi possível observar a mistura de materiais naturais com os sintéticos, tais como o uso de corantes artificiais e barbantes de material plástico, este último usado para o acabamento das peças ou para corda dos arcos (Figuras 18 e 19). A figura 18 representa um cesto confeccionado totalmente em fibra sintética trançada, proveniente da Associação Indigenista Assindi, município de Maringá, Paraná. Constata-se neste exemplo, que mesmo sem a matéria prima original a prática do trançado é a mesma.

Figura 18. Peça 20 Cesto de material sintético/Museu Histórico de Cambé



Fonte: Acervo autora

Figura 19. Peça 01 Acabamento com material plástico/Museu Histórico de Cambé



Fonte: Acervo autora

Podemos ligar o uso de materiais artificiais para confecção do artesanato a uma sucessão de processos culturais, sociais, e políticos, como por exemplo, a perda de território e o uso de defensivos agrícolas nas fazendas do entorno das terras indígenas, o que provoca a carência de matérias-primas naturais.

No processo cultural, podemos citar o fator das circularidades culturais que pode ser definido como “[...] um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se move de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GINZBURG, 1987, p. 13), podendo neste caso ser exemplificado pelo uso de matérias-primas e artefatos que antes não existiam dentro das sociedades indígenas, o que indica não uma substituição de valores, mas sim, um acréscimo de conhecimento ou mesmo uma inovação na confecção do artesanato, ressaltando que, apesar da substituição da matéria prima, não deixaram de produzir sua cultura na técnica do trançar.

Os conjuntos artefatuais estudados não só evidenciam as interpenetrações ou entrecruzamentos culturais, como também são testemunhos da presença Kaingang na região há centenas ou mesmo há milhares de anos.

CAPÍTULO 2: O CONTATO COM O FÓG⁴³ E A CONSTRUÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO

2.1 Os primeiros contatos

Como vimos no capítulo anterior, o atual território paranaense, já estava sendo ocupado por diferentes populações indígenas quando chegaram os primeiros colonizadores europeus no século XVI. Conforme Mota & Chagas (2011):

O que se pode confirmar é que relatos dos próprios viajantes, exploradores, missionários e outros que por ali passaram comprovam que o território era densamente habitado por milhares de indígenas, perfeitamente organizados cultural e politicamente, que mantiveram contatos com os europeus desde o início do século XVI (MOTA & CHAGAS, 2011, p. 73).

Quando foi assinado o Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, em 1494, praticamente todo o atual território paranaense ficou sob domínio da Coroa Espanhola, que passou a ser chamado de *Província del Guairá*. Para os portugueses ficou apenas uma pequena faixa de terra litorânea.

O Guairá espanhol tinha como limite, ao norte o rio Paranapanema, ao sul o Iguazu, a oeste o rio Paraná e a leste as serras de Guarayrú⁴⁴ e era habitado principalmente por grupos indígenas Guarani e da família linguística Jê (PARELLADA, 2005). Essa área era cortada por um caminho indígena rico em ramais, o caminho do Peabiru. De acordo com Parellada (2005), o principal ramal partia da costa em São Vicente, atravessava o atual estado do Paraná, depois a província do Paraguai e acabava chegando ao Oceano Pacífico pelo Peru. Outro ramal partia de Cananéia, beirando o rio Ribeira até encontrar o primeiro ramal descrito e um terceiro ainda ramal percorria a faixa litorânea de Santa Catarina (MAACK, 1959). No mapa abaixo (figura 20) pode-se observar que outros ramais secundários cortam o Guairá, formando uma teia de caminhos.

⁴³ Pessoa não indígena, não índio, conforme Dicionário Kaingang – Português e Português – Kaingang da prof^a Dr^a Ursula Gojtéj Wiesemann (2011).

⁴⁴ As serras de Guarayrú representam provavelmente as escarpas do arenito Furnas, que limitam a leste o Segundo Planalto Paranaense (PARELLADA, 2005).

Existe uma série de estudos sobre a quem pertence à verdadeira autoria do Peabiru. Muitos pesquisadores atribuem a origem do caminho aos Guarani, outros aos Inca, porém, o arqueólogo Igor Chmyz que estuda o Peabiru desde a década de 70 do século XX, diz estar convencido que “a filiação do caminho está ligada de fato ao Jê, a tradição arqueológica que chamamos de Itararé” (CHIMYZ, 2004, p.22). De acordo com o autor, os vestígios encontrados nos sítios arqueológicos estudados por ele, nas margens do caminho, são atribuídos aos grupos do tronco linguístico Macro-Jê, hoje conhecidos como Kaingang e Xokleng. Vejamos:

Meu primeiro contato com vestígios do sistema Caminho de Peabiru aconteceu de forma imprevista. Em 1970 estávamos desenvolvendo uma pesquisa no oeste do Paraná, no município de Campina da Lagoa. Um morador de lá Pedro Altoé, entrou em contato com o CEPA (Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFPR) e informou sobre a existência de sítios arqueológicos. Falava de buracos de bugre, coisas assim. Então nos dirigimos para aquela região, fizemos uma vistoria e verificamos que de fato havia muitos sítios arqueológicos. Havia habitações subterrâneas, aterros funerários e depressões no solo como se fossem caminhos. Verificamos que havia uma relação direta dos sítios com trechos do caminho [...] nós o acompanhamos por quase 30 Km [...] curiosamente o caminho não subia elevações. Ele as contornava. Sempre pelos flancos, era um caminho lógico que aproveitava os terrenos menos inclinados (CHIMYZ, 2004, p. 20-21).

O Caminho usado pelos indígenas também foi aproveitado pelos espanhóis que estavam dominando o interior do Paraná, bandeirantes e tropeiros.

Os primeiros contatos entre indígenas e europeus no Guairá ocorreram a partir do início do século XVI, quando os navios portugueses e espanhóis começaram a aportar no litoral sul. “Fizeram contato primeiro com os Carijós, como eram chamados os Guarani, e quando eles começaram a percorrer o interior, passaram a ter contato com populações Jê” (MOTA & CHAGAS, 2011, p.50).

Podemos inferir o povoamento do litoral paranaense pelos europeus desde os primeiros momentos de sua chegada ao continente, porém, de acordo com Mota (2011, p. 81) “a região passou a ser frequentada com mais assiduidade por faiscadores de ouro e preadores de índios vindos de São Vicente, no litoral paulista, a partir de 1554”.

Foram várias as bandeiras que percorreram o litoral do Paraná com esses objetivos. Em 1585 Jerônimo Leitão, em 1594 Jorge Coréia, em 1595 Manoel Soeiro, e em 1617 foi a vez da bandeira de Antonio Pedroso, até que foi descoberto ouro nos ribeirões da região (MOTA, 2011, p. 81).

Teve início então o povoamento definitivo, com a fundação das primeiras vilas do litoral. Paranaguá⁴⁵ foi elevada à categoria de vila em 1660 e novos povoados foram surgindo na trilha do ouro: Antonina, teve a fundação da povoação em 1714 e em 1797 foi elevada à categoria de vila, Morretes em 1721, Guaratuba em 1656 e em 1693 teve a fundação da cidade de Cuririba (MOTA, 2011).

Ainda segundo Chagas & Mota (2011), quando os europeus contataram com os Guarani do litoral, tomaram conhecimento sobre enormes riquezas existentes a oeste de seus territórios:

Quando os primeiros europeus começaram a desembarcar no litoral sul do Brasil para abastecer seus navios com água, lenha e alimentos, ou foram deixados como desterrados ou náufragos, eles tomaram conhecimento, por meio dos Guarani, das enormes riquezas existentes a oeste dos seus territórios. Em conjunto com esses índios prepararam expedições para ir até as terras onde existiam ouro e prata em abundância. Começou então o processo de desvendamento e conquista dos territórios indígenas do interior do que seria mais tarde o Estado do Paraná (CHAGAS & MOTA, 2011, p. 54).

Várias expedições de reconhecimento foram realizadas, as primeiras foram de Aleixo Garcia em 1522, Francisco de Chaves e Pero Lobo (Contratados por Martim Afonso de Souza) em 1531 e Cabeza de Vaca em 1542, que foi o primeiro europeu a pisar na bacia do rio Tibagi, dentre outros. Cabeza de Vaca informa em seus relatos que praticamente todo interior do Paraná já estava habitado por diferentes grupos de mesma matriz cultural.

O relato de Alvar Nunez Cabeza de Vaca é importante na medida em que descreve, ao longo de sua expedição, o contato e a entrada em territórios pertencentes a diferentes grupos Guarani, e desvia no seu trajeto dos territórios Kaingang em Guarapuava e Palmas. Esse foi o primeiro documento a informar que quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, a mostrar que havia uma divisão política entre esses diversos grupos de mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados. E ainda que indiretamente, devido à imensa volta que a expedição fez não seguindo o vale do rio Iguazu, isso nos dá uma noção da extensão do território dominado pelos Kaingang nos Koran-bang-rê (Campos de Guarapuava) (MOTA & CHAGAS, 2011, p. 56).

Os contatos entre o indígena e o europeu durante essas expedições resultaram em lutas violentas, provocando a morte de muitos indígenas, portugueses e espanhóis. Praticamente nada ocorreu de forma pacífica.

⁴⁵ Entre 1660 a 1770, a região onde hoje é o Estado do Paraná e parte de Santa Catarina, entre os rios Paranapanema ao norte e Uruguai ao sul, foi elevada ao status de capitania, denominada Capitania de Paranaguá. Em 1770, com a restauração da Capitania de São Paulo, ela foi extinta e incorporada por esta como comarca. Em 1812 a sede da comarca, que era em Paranaguá, foi transferida para Curitiba, e passou a se chamar Quinta Comarca de Paranaguá e Curitiba (MOTA, 2011, p. 102).

2.2 A formação das cidades espanholas e das missões jesuíticas

Dentre o período de invasão aos locais já habitadas por populações nativas, os espanhóis foram procurando dominar e se estabelecer cada vez mais nesta área destinada a eles pelo Tratado de Tordesilhas. Nessa região, eles fundaram três cidades espanholas: Ontiveros (1554) que se localizava próxima às Cataratas do Iguçu, Ciudad Real del Guairá (1556) na Foz do Piquirí e a terceira foi Villa Rica del Espiritu Santo (1570), primeiro junto ao rio Santo Rei, afluente do Cantu, e depois transferida para junto à foz do Corumbataí, no Ivaí, área do atual Parque Estadual de Villa Rica, município de Fênix, Paraná (PARELLADA, 2005).

Para os trabalhos nas vilas, principalmente na extração e processamento da erva mate, os espanhóis usavam os indígenas como mão-de-obra, através do sistema de *encomienda*, que se dava da seguinte maneira:

[...] era uma institucionalização de regime feudal, onde um grupo de índios era confiado pelo rei a um colono e a seus descendentes pelo prazo de duas ou três gerações, objetivando que os protegessem e os instruissem nos preceitos da fé católica; em contrapartida, o encomendeiro recebia em bens ou dias de trabalho o tributo que os índios vassallos deveriam ao rei da Espanha (PARELLADA, 2005, p. 210).

A coroa espanhola, buscando ampliar as cidades, descobriu que um meio de facilitar sua expansão era concentrar os indígenas e evangelizá-los, assim diminuiriam os conflitos com esses povos. Criaram então, 15 missões jesuíticas no Guairá, que abrangiam praticamente todo interior paranaense, são elas: Nuestra Señora de Loreto e San Ignacio Mini (1610); San Francisco Xavier (1624); San Joseph e Nuestra Señora de Encarnación (1625); Santa Maria (1626); San Pablo del Iniaí, Santo Antônio, Los Angeles, San Miguel e San Pedro (1627); Concepción de Nuestra Señora de Guañaños (1627-28) e San Thomas, Ermida de Nuestra Señora de Copacabana e Jesus- Maria. De acordo com Parellada (2009), a maioria era fundada sobre aldeias Guarani, no entanto, quatro delas foram fundadas com famílias do grupo linguístico Jê, a de San Antônio, San Miguel, Guananos e San Pedro.

As missões duraram pouco tempo, algumas, apenas dois anos. Aos poucos, essas missões e as vilas espanholas foram sendo destruídas pelos bandeirantes paulistas que pretendiam expandir o território português e buscar metais preciosos e indígenas para o trabalho escravo. Para Mota (2008), o ataque dos bandeirantes sobre as reduções jesuíticas do Guairá, foi fulminante:

Seus constantes ataques põem a pique o projeto evangelizador dos jesuítas, cujo último ato no território foi a retirada de doze mil índios pelos rios Paranapanema e Paraná até a região do Rio Grande do Sul/Uruguai, em 1631,

para formar os Sete Povos das Missões. Nessa retirada morreu grande quantidade de índios Guarani, ora de fome, ora de ataque de animais ferozes, ou nas corredeiras de Sete Quedas no rio Paraná (MOTA, 2008, p. 90).

Com a destruição das reduções, grande parte dos indígenas foi levada como mão-de-obra escrava e outros fugiram para o sul, fundando com os jesuítas os Sete Povos das Missões, mas isso não quer dizer que a região ficou abandonada. É muito provável que muitos grupos tenham se dispersando, voltando à vida livre nas florestas. De acordo com Tommasino (1995, p. 61), “os índios (Guarani e Jê) retornaram à vida livre, com a predominância da expansão Kaingang que, fugindo das frentes de ocupação luso-brasileiras, do leste para oeste, foram empurrados para o interior, isto é, em direção ao rio Paraná e depois, para o sul”.

O Tratado de Tordesilhas nunca conseguiu ser totalmente respeitado, sendo, portanto, substituído pelo Tratado de Madrid em 1750 que redefiniu as fronteiras. Com as determinações, Portugal cedeu à Espanha a Colônia do Sacramento e em troca ficou com praticamente toda região sul, sudoeste e norte do Brasil que eram de domínio espanhol pelos limites do Tratado de Tordesilhas. Assim, o território missioneiro, que ocupava parte do atual Rio Grande do Sul, passou a fazer parte do império luso. Os indígenas e jesuítas resistiram e se negaram a abandonar os Sete Povos para ceder o lugar aos portugueses, desencadeando o que se conhece como Guerra Guaranítica (1754 – 1756)⁴⁶ (QUEVEDO, 1993).

Em decorrência da Guerra Guaranítica e das dificuldades de demarcação no Norte, em 1761 o Tratado de Madrid foi anulado pelo Tratado de El Pardo e em 1777 é assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que retoma praticamente as mesmas fronteiras do Tratado de Madrid, à exceção do extremo sul, onde os Sete Povos retornam à soberania espanhola. Somente em 1801, a assinatura do Tratado de Badajós pôs fim às disputas entre as nações ibéricas e ocorre o domínio definitivo das missões pelos luso-brasileiros⁴⁷ (GOES, 1991).

⁴⁶ Sobre os Sete Povos das Missões e a Guerra Guaranítica, ver entre outros: QUEVEDO, Julio. As missões: crise e redefinição. São Paulo: Ática, 1993; NEUMANN, Eduardo S. Episódios de rebelião na fronteira: a Guerra Guaranítica (1752-1756). In: NEUMAN, Eduardo S., GRIJÓ, Luiz Aberto. O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010; GOLIN, Tau. A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, Porto Alegre: UFRGS, 1999; KERN, Arno Alvarez. Missões: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

⁴⁷ Para maiores informações sobre os tratados que definiram as fronteiras no Brasil, consultar, entre outros: GOES, Synesio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.

2.3 A invasão continua...

Em 1765, o governador da Província de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, toma posse e inicia uma série de expedições aos sertões do Ivaí, Tibagi e Iguazu, em busca de riquezas, dando continuidade aos bandeirantes do século XVII (Lovato, 1974). Para Mota (2011) a Serra de Apucarana e o Vale do Tibagi eram atrativos para esses aventureiros. De acordo com o autor, em meados do século XVIII, Francisco Tosi Colombina⁴⁸ apresentou aos governantes um plano de ocupação dos territórios do rio Tibagi, que no seu entendimento eram ricos em ouro e diamantes.

Na bacia do Tibagi havia muitos garimpeiros dispersos, embrenhados na mata em busca de pedras preciosas. Em meio a esse processo foram descobertos ouro e diamantes em Pedras Brancas, a sudoeste da atual cidade de Tibagi. Essas descobertas causaram a disputa das terras das minas do Tibagi por poderosos donos de lavras de Minas Gerais e Paranaguá e por volta do ano de 1757 o ouvidor de Paranaguá enviou uma bandeira de 200 soldados para Pedras Brancas com a finalidade de submeter os posseiros. Os soldados instalaram-se em Nossa Senhora do Carmo, na foz do rio Capivari, junto ao rio Tibagi até 1765, onde foi instalado o forte militar de Nossa Senhora do Carmo (MOTA, 2011).

Ainda no século XVIII os vales do Tibagi e do Ivaí foram marcados pela passagem de expedições militares. Entre os anos de 1769 e 1774, várias expedições partiram do Porto de São Bento, no Tibagi, com destino ao rio Ivaí e depois para o Mato Grosso (MOTA, 2011).

Em 1771 a terceira expedição da campanha de Afonso Botelho, comandada pelo capitão Francisco Lopes da Silva, desceu o rio Ivaí até as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo. Aí houve a tentativa de estabelecer no local um posto de suprimentos para as expedições que desciam o Ivaí em direção ao Mato Grosso, chamada de Vila Real do Rio Mourão, porém, não prosperou (MOTA, 2011).

No final do século XVIII, Antônio Machado Ribeiro, capitão de mato do sargento José Felix da Silva se estabeleceu com a família na região e constituiu o núcleo que originaria a cidade de Tibagi. Mais ao norte, José Felix fundou a fazenda Monte Alegre que posteriormente se tornaria o município de Telêmaco Borba. A região, segundo Mota (2011), era o coração dos territórios Kaingang. Em 1812, José Felix da Silva, que recebeu a patente de tenente-coronel, comandou uma expedição para descobrir o que houvesse no Tibagi. Com sua expedição foram descobertos diamantes na região.

⁴⁸ Foi um engenheiro militar e cartógrafo que estava a serviço da Coroa Portuguesa

O francês Auguste de Saint-Hilaire, que em 1820 percorreu os territórios do Paraná, vindo de Sorocaba - São Paulo, pelo caminho dos tropeiros, até Curitiba, presenciou muitas disputas entre Kaingang e fazendeiros que pretendiam expandir suas fazendas e “dessa forma é que foram sendo implantadas fazendas de criar gado nos territórios conquistados dos Kaingang” (MOTA, 2011, p. 90).

É com a descoberta de ouro em Minas Gerais que os Campos Gerais, localizados no segundo planalto paranaense, começam a ser povoados por fazendeiros de São Paulo, Santos, Paranaguá e Curitiba, no início do século XVIII. “Quando foi descoberto ouro em Minas Gerais, se criou uma forte demanda por animais cavaleiros e muares, criados em abundância nos campos do sul do Brasil e Uruguai” (MOTA, 2011, p. 85).

O gado bovino e o muar, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, Curitiba e Uruguai, eram transportados pelos tropeiros até Sorocaba, onde eram comercializados. O trecho paranaense entre os campos gerais e o estado de São Paulo, ficou conhecido como caminho da Mata (CARDOSO & WESTPHALEN, 1981). Com o início das atividades do tropeirismo começaram a surgir os primeiros povoamentos na bacia do Tibagi: Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa (conhecidas, à época, como Lança, Iapó e Santa Cruz, respectivamente), Palmeira e Imbituva (SOARES & MEDRI, 2002).

Quando as terras do “sertão desconhecido” e dos Campos Gerais começaram a ser povoadas pelos brancos, os Kaingang já tinham se estabelecido nas bacias dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (SOARES & MEDRI, 2002).

A partir de 1770, começaram as tentativas de conquista e ocupação nos campos de Koran-bang-rê⁴⁹ (hoje Guarapuava), com as expedições de Afonso Botelho entre 1769-1774, as quais, “foram rechaçadas pelos índios Kaingang, então senhores desses territórios” (MOTA, 2011, p. 94)

Desde a expulsão de Afonso Botelho e suas tropas dos Koran-bang-rê, (Campos de Guarapuava), em 1772, os Kaingang, encorajados, faziam incursões cada vez mais ao ocidente. No início do século XIX, eram senhores dos territórios a oeste da estrada do Viamão, e atacavam constantemente fazendas, vilas e viajantes nas suas imediações (MOTA, 2011, p. 95).

⁴⁹ Toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios no Paraná: Koran-bang-rê (campos de Guarapuava); Kreie-bang-rê (campos de Palmas); Kampo-rê (Campo Erê - sudoeste); Payquerê (campos entre os rios Ivaí e Piquiri, hoje municípios de Campo Mourão, Mamborê Ubiratã e outros adjacentes); Minkriniarê (campos de Chagu, oeste de Guarapuava no município de Laranjeiras do Sul); campos do Inhoó (em São Jerônimo da Serra) (MOTA, 2008, p. 84).

Perante a expulsão dos conquistadores, a corte reagiu e propôs guerra contra os Kaingang e com a chegada de Dom João VI ao Brasil, o império decidiu que os indígenas deveriam ser combatidos. Então, o governador da Província de São Paulo solicitou a vinda do Militar Diogo Pinto de Azevedo para que com suas tropas expulsasse os Kaingang para dar lugar às fazendas de gado. Nas batalhas travadas foram mortos e feridos muitos indígenas, sofrendo uma forte derrota em 1810, porém, sua resistência continuou (MOTA, 2011).

Anos depois, em 1839, os portugueses conquistaram Kreie-bang-rê (Palmas), ao sul dos campos de Guarapuava, onde fundaram a vila de Palmas.

Em 1838, as frentes colonizadoras atingem os campos do Inhoó, inicialmente por Manoel Inácio do Canto e Silva e a partir da década de 1840 a conquista dessas terras são levadas a diante por João da Silva Machado (Barão de Antonina) (MOTA, 2011). Segundo Tommasino (1995) as regiões de planalto perfaziam o território dos Kaingang do Tibagi, habitado pelos grupos locais, distribuídos em vários campos.

2.4 Os aldeamentos em territórios Kaingang

O Barão de Antonina organizou várias expedições de reconhecimento da bacia do rio Tibagi, sob o comando de Joaquim Francisco Lopes, acompanhado do piloto mapista John Henrique Elliot. Essas viagens levaram ao conhecimento dos então chamados Campos do Inhoó, dos quais o barão tomou posse, que denominaram de São Jerônimo, instalando ali uma fazenda. A partir desse período, os territórios Kaingang foram transformados em entreposto comercial, caminho para o Mato Grosso e fazenda de Criação do Barão de Antonina.

A invasão sobre os territórios Kaingang foi avançando e em 1855 foi instalada a Colônia Militar do Jataí, estabelecida pelo Decreto Imperial 751 de 1851 em terras doadas pelo Barão de Antonina, localizada na margem do rio Tibagi com o rio Jataí (hoje município de Jataizinho). Conforme Tomazi (1997) tinha como pressuposto, o interesse particular do Barão nas buscas dos campos de Paiquerê para criação de gado, porém, o pretexto usado era de que a colônia iria garantir o trânsito entre os Campos Gerais do Paraná e a província do Mato Grosso e auxiliar na defesa das fronteiras meridionais.

Para Boutim (1979) a colônia estava destinada a transformar-se em um núcleo de desenvolvimento econômico e de povoamentos, sendo sua região apontada como boa para a agricultura e que a mesma garantia fornecimento material e bélico às expedições, sendo que as estratégias de aproximação com os indígenas constituíam parte importante desse esquema. A

Colônia Militar não prosperou como o esperado e em 1890 é extinta, passando o povoado ali existente ao domínio civil.

2.4.1 O aldeamento São Pedro de Alcântara

Para garantir a segurança da região e pacificar os Kaingang que viviam nas florestas adjacentes à colônia militar, foi instalado em 1855, na margem oposta do Tibagi, o aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, sob a responsabilidade do frei Themoteo de Castelnovo, com a finalidade de aldear os índios Guarani-Kayoá, que viviam no Mato Grosso às margens do rio Paraná. Os quais, Joaquim Francisco Lopes lhes prometeu proteção, alimentação e segurança, já que estavam sendo ameaçados pelos seus muitos inimigos. Lopes enviou João Henrique Elliot para que convencesse e deslocasse os Kayoá para o Tibagi. Tommasino (1995) resume o fato a partir de um relato de Elliot sobre esse deslocamento:

Os índios Caiuaz, descendem da tribo dos Guairá depois da destruição pelos Mamelucos d'esta grande missão jesuítica que tanto avultou no começo do século XV; viveram por muito tempo dispersos e errantes, e por fim tomaram por paradeiro as matas que se estendem desde o rio Iguatemy até o Ivinheyma ou Iguary, e desde os campos de Xerez até o grande Paraná. (...), vivem (...) rodeados de inimigos, e circunscriptos a essas matas, seu único asylo. Ao sul tem os paraguayos, ao oeste os guaycurus, Terenos e Laihanas, que de tempo em tempo invadem seus esconderijos, arrebatam-lhes as mulheres e levam seus filhos para o captivero; ao norte vagueiam os índios Coroados, a leste tem o grande Paraná, e as hordas ferozes dos sertões dos rios Ivahy e Iguassú. Dos diversos alojamentos dos Caiuaz tem por vezes se desmembrado grupos a procura de outras localidades que melhor proovessem sua subsistência, e mais bem os defendessem dos acommetimentos dos seus numerosos inimigos (ELLIOT, 1898 apud TOMMASINO, 1995, p. 106 – 107).

Ainda segundo Tommasino, os Kayoá eram inimigos históricos dos Kaingang e aldear os Kayoá em territórios de domínio Kaingang tinha como objetivos imediatos:

- a) Garantir a segurança da colônia contra os Kaingáng que viviam nas florestas da região;
- b) Produzir uma agricultura que pudesse abastecer tanto a própria comunidade como também produzir excedentes para atender a demanda da colônia e das expedições que por ali passavam;
- c) Liberação gradativa das terras ocupadas pelos Kaingáng, ou através do aldeamento ou pelas outras formas praticas à época (extermínio e expulsão para outras regiões) (TOMMASINO, 1995, p. 114)

Vimos que os primeiros habitantes a integrarem São Pedro de Alcântara foram os Kayoá, trazidos do Mato Grosso por Elliot, que já estavam fixados na região desde 1852, três anos antes da inauguração do aldeamento. No entanto, outros grupos de Kayoá vieram mais

tarde, ainda dentro da política do Barão de Antonina de povoar o aldeamento. Em 1858 também foram integrados os Kaingang e no final da década de 1870 aldeiam-se também os Guarani-Ñandeva, além de cristãos, chamados pelo missionário de “nosso povo” e de negros escravos e africanos livres, tratando-se portando de um aldeamento misto, caracterizado pela presença de distintas etnias (MARCANTE, 2011).

Os não-índios viviam na sede do aldeamento, que contava com a capela, a casa do missionário e as casas dos escravos e africanos livres, e na colônia militar do Jataí na outra margem do rio Tibagi. Já os indígenas viviam em locais separados da sede, em uma divisão clara entre aldeias Kaingang e aldeias Guarani, já que eram conhecidos como sendo grandes inimigos (MARCANTE, 2011).

Os Kaingang que viviam na atual região norte do Paraná, foram identificados na época como Dorins, Caingangs e Camés e quase sempre o nome do grupo étnico foi confundido com a denominação dos grupos locais que se distribuíam dentro de um amplo território, “assim, votorões, dorins, camés, socrens, são denominações de subgrupos que constituíam uma unidade social e territorialmente maior” (TOMMASINO, 1995, p. 118).

Conforme Tommasino (1995), nos primeiros contatos entre os Kaingang com os Kayoá e brancos, que ocorreu em dezembro de 1858, dezenas de Kaingang apareceram às margens do Tibagi, fato que deixou os Kayoá, os brancos e os escravos africanos apavorados.

A fama dos Kaingáng, conhecidos pela sua capacidade de resistência desde o início da colonização, tinha se espalhado por todo sul do país, ficando sua imagem repleta de ideias de ferocidade e selvageria. Os Guarani, que já os tinham como inimigos míticos e lendários, colaboraram na consolidação dessa imagem aos brancos e africanos (TOMMASINO, 1995, p. 121)

Segundo a autora, nessa primeira visita a São Pedro de Alcântara, os Kaingang destruíram as roças dos Kayoá e saquearam as casas do aldeamento. A partir de janeiro do ano seguinte reapareceram em vários pontos, mostrando-se interessados em aldear-se nas fazendas de São Jerônimo e Inhoó, regiões que eram seus territórios de caça e coleta, reconhecidas pela abundância de pinhão, mel e caça.

Com a aproximação dos Kaingang, foi contratado um intérprete, Frutuoso de Moraes Dutra, o qual ficou sabendo do interesse dos Kaingang em se aldearem. Segundo lhe disseram os índios, queriam aldear-se “para terem muitos machados, foices, facão, roupa, etc. etc.” (Ofício do diretor da colônia militar do Jataí em 22-07-1859 apud TOMMASINO, 1995, p. 121). Outro fator citado por Tommasino, que levou os Kaingang a procurarem o contato com os brancos foi a fome, já que com referência em Wachovicz (1987), uma parte desses indígenas voltaram ao Paraná antes da Guerra do Paraguai e outra parte depois e “[...] ao retornarem para

margem esquerda do rio Paraná, fixaram-se nas terras estéreis de Tayoba, onde a fome logo fez sentir os seus cruéis efeitos” (Wachovicz apud TOMMASINO, 1995, p. 123).

Ainda segundo a autora, uma das consequências do aparecimento dos Kaingang na colônia foi que:

[...] em função da fama acumulada, a maioria dos colonos abandonou às pressas suas roças. Os que permaneceram só trabalhavam armados. Colonos que tinham acertado estabelecer-se na região desistiram. Muitos comerciantes de cidades como Castro e Faxina⁵⁰ (SP) deixaram de levar mercadorias para colônia, que ficou completamente isolada do mundo externo. A colônia regrediu rapidamente e a situação de abandono perdurou por muito tempo (TOMMASINO, 1995, p. 123-124).

Ao longo dos anos, desde a sua fundação, o aldeamento São Pedro de Alcântara foi afetado por muitos percalços. Em 1867 ocorreu um surto de sarampo e outro de febre amarela e em 1877 uma epidemia de varíola atingiu os aldeamentos de S. Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Vários indígenas foram vitimados no Tibagi, diminuindo muito o número de aldeados e os que não morreram, por medo da doença abandonaram os aldeamentos. Analisando o “*Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas do Paraná Provincial 1871-1892*” (2009), é possível observar alguns ofícios do frei Timotheo que relatam o surto da varíola no aldeamento, vejamos:

[...] um homem da colônia militar do Jataí (PR) voltou da vila de Tibagi (PR) **infectado de bexigas**⁵¹ e que foi tratado em um paiol de milho; os índios caiuíás, não acreditando na afirmação de ser a doença contagiosa, foram até o paiol roubar o milho que lá estava e, assim, contraíram a doença, resultando isso na morte de alguns deles (Relatório encaminhado ao presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins, em 08 de janeiro de 1877, p. 157, grifos nossos).

Outro relatório expedido pelo frei Timotheo, agora em 16 de janeiro, solicita vacinas para a varíola: “o **flagelo das bexigas** está atacando a população do aldeamento, inclusive os índios, que não se cuidam e morrem facilmente [...] solicita que os índios sejam vacinados” (Relatório encaminhado ao presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins, em 16 de janeiro de 1877, p. 159, grifos nossos).

Tommasino (1995, p. 128), afirma que “despovoada a sede foi transferida para a colônia do Jataí, mas mesmo assim, frei Timotheo permaneceu no aldeamento com os poucos indígenas que restaram”.

⁵⁰ Hoje município de Itapeva, SP.

⁵¹ Antiga denominação para varíola

É possível perceber nos relatórios do frei Timotheo sobre a situação do aldeamento que, muitas foram as dificuldades enfrentadas para manter o mesmo, como por exemplo, os confrontos entre os grupos indígenas e intervenções climáticas, como secas que provocavam incêndios nas roças; fortes chuvas, que deixavam as estradas em péssimas condições, prejudicando assim as exportações dos produtos que acabavam estragando nos depósitos, assim ficando o aldeamento isolado das outras localidades e as geadas que também prejudicavam as plantações.

Frei Timotheo também reclama da verba pública que não era suficiente para as despesas do aldeamento, o que acarretava no mau pagamento dos indígenas pelos seus trabalhos, que abandonavam o local descontentes. Vejamos o relatório encaminhado por ele ao presidente da Província, Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, em 30 de maio de 1884:

“Informa que a verba pública despendida anualmente com o aldeamento que dirige não é suficiente para as despesas do mesmo, sendo sempre necessária a sua própria ajuda para complementar o orçamento. Informa, também, que não se pode mais fabricar a aguardente por não existirem compradores e que, sem a ajuda do Estado, o aldeamento certamente sucumbirá (Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas do Paraná Provincial 1871-1892”, 2009, p. 438)

Com sua morte em 18 de maio de 1895, o aldeamento sofreu um rápido declínio, sendo extinto logo nos primeiros anos do século XX. Segundo Tommasino (1995), os Kaingang foram para o aldeamento de São Jerônimo ou para seus territórios na serra de Apucarana (em 1900, nessa localidade, foi criado o posto indígena Dr. Xavier da Silva, posteriormente Posto Apucarana e atualmente Terra Indígena Apucarana), e os guarani-Kayoá deslocaram-se, por sua vez, para seus territórios às margens dos rios Paranapanema e das Cinzas.

2.4.2 O aldeamento São Jerônimo

Como vimos, até 1858 o chamado Porto do Jataí era uma região exclusiva de aldeamento Kayoá e a partir desse ano começou a aproximação dos Kaingang, que atacaram a fazenda São Jerônimo invadindo a casa do administrador e exigindo a entrega de ferramentas e outros objetos (TOMMASINO, 1995).

Em fevereiro de 1859 eles presenteiam o missionário de São Pedro de Alcântara com pinhões, o que de acordo com Amoroso (1998), indicava a sua intenção de aldear-se. Alguns meses depois, em maio, no processo de aproximação com os Kaingang, o diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara cede a eles parte da colheita plantada com o auxílio dos Kayoá, em retribuição aos presentes recebidos (os pinhões). Os Kayoá parecem ter se indignado com este

fato, pois os Kaingang eram seus inimigos históricos. “Assim, torna-se claro para Frei Timótheo que seria necessário manter as duas etnias separadas” (AMOROSO, 1998, p. 192).

Sabendo das inimizades antigas entre os Kayoá e os Kaingang, foi proposto o aldeamento desses grupos em locais separados. Então, em junho de 1859 o Império ordenou que se fundasse na fazenda São Jerônimo, de posse do Barão de Antonina, um aldeamento sob a denominação de São Jerônimo, criado exclusivamente para uso Kaingang. A área “doadá” aos Kaingang pelo Barão de Antonina estava localizada a 72 km do aldeamento São Pedro de Alcântara e possuía 33.800 ha (Boutim, 1979).

O sertanista Joaquim Francisco Lopes foi o encarregado, contratando carpinteiros, serradores e outros empregados e em 1862 foi organizada uma expedição para localizar os campos onde viviam os Kaingang. Também intencionavam abrir uma picada que ligasse São Pedro de Alcântara ao aldeamento de Pirapó, nesse trajeto identificaram dois acampamentos Kaingang (TOMMASINO, 1995). Segundo Wachovicz (1987) apud Tommasino (1995), durante a expedição passaram em terras próximas à atual Londrina.

Os Kaingang eram atraídos pelos brindes que eram distribuídos, conforme mostra o relatório expedido por José Joaquim da Costa, diretor do aldeamento São Jerônimo, ao governador do Paraná, José Cerqueira de Aguiar Lima em 05 de maio de 1891:

Relata os eventos ocorridos nas imediações do aldeamento, durante o mês de abril (1891), envolvendo os índios “mansos” do aldeamento e os “selvagens”. O índio Gaspar, do aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR), foi morto pelos “selvagens”, o que levou os aldeados a buscar vingança. **Requer autorização para a compra de brindes, a fim de atrair para o aldeamento os indígenas que se encontram nas matas** (Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas do Paraná Provincial 1871-1892”, 2009, pg. 549, grifos nossos).

Outro documento que também relata o fato é o encaminhado pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Carneiro da Rocha ao presidente da província do Paraná, Brasília Augusto Machado de Oliveira, em 26 de novembro de 1884, informando que “[...] concedeu verba a José Francisco Thomaz do Nascimento para a compra de brindes destinados aos índios coroados dos rios Ivaí (PR) e Piquiri (PR), e solicita que a presidência da província fiscalize a distribuição desses objetos (Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas do Paraná Provincial 1871-1892”, 2009, p. 454).

Muitas são as solicitações de despesas com brindes pelos diretores dos aldeamentos da Província do Paraná para atrair os Coroados, como costumavam chamar os Kaingang.

Conforme dados de Tommasino (1995), o primeiro cacique a aceitar o aldeamento foi Aropquimbe em 1862, no ano seguinte foi o grupo do cacique Caurú e em 1864 o grupo do cacique Gregório. Segundo a autora formavam uma população de 284 pessoas.

A catequização ficou sob a responsabilidade do frei Mathias de Gênova, que foi substituído em 1867 por Luiz de Cemitille. Os Kaingang não permaneciam por muito tempo no aldeamento e eram avessos ao trabalho de catequese. Continuavam a preservar seus costumes e seu modo tradicional de subsistência, pois saíam do aldeamento a busca de caça e produtos de coleta e devido a decadência crescente desses núcleos, preferiam viver em toldos fora dos aldeamentos, onde também plantavam suas roças, só retornando quando necessitavam dos objetos dos brancos e para solicitar ajuda material do governo (TOMMASINO, 1995). De acordo com dados de Boutim (1977), no inverno a população do aldeamento sempre aumentava.

Durante esse processo de conquista as populações indígenas passaram por múltiplas interferências. Aldeados em espaços físicos delimitados pelos brancos sofreram com rupturas estruturais de população por epidemias e guerras de extermínio, como a que o príncipe D. João declarou contra os Kaingang e Xokleng do Paraná e Santa Catarina, em 1809, quando chegou ao Brasil.

A política de aldeamento não promoveu somente a disputa entre diferentes grupos étnicos, vários conflitos se deram dentro de uma mesma etnia. De acordo com Amoroso (1998), as disputas intra-étnicas marcaram a vida dos Kaingang nos aldeamentos, onde subgrupos que se encontravam situados em um mesmo sistema buscavam uma posição privilegiada dentro do aldeamento provocando rivalidades dentro de sua cultura.

Essas rivalidades intra-grupos podem ser demonstradas nos registros recebidos e produzidos pela administração do governo provincial, como por exemplo, em 30 de outubro de 1876, o chefe de polícia da província do Paraná, José de Souza Ribas, informa ao presidente da província que:

[...] o diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara (PR), frei Timotheo de Castelnuovo, lhe comunicou que índios coroados, capitaneados pelo cacique Pedro, pretendiam exterminar mais de cem famílias do mesmo grupo, estabelecidas naquele aldeamento” (Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial : 1871 - 1892. 2009, p. 150)

Tais confrontos eram bastante comuns não só entre os aldeados, mas também entre estes que eram chamados de “índios mansos” e os que não aceitavam o contato com o branco, que eram chamados de “selvagens”. O depoimento⁵² de uma mulher Kaingang da Terra Indígena

⁵²Op. Cit. p. 39

Apucarana, demonstra um episódio de confronto entre Kaingang aldeados e os que viviam na floresta, que segundo ela ocorreu nos tempos de sua avó na região de São Jerônimo, vejamos:

Daí, minha avó falou pra mim [...] ela disse: quando eu era nova, quando eu era jovem, tinha que ir lá buscá aqueles índio que tão lá ainda pelado, pra ver se amansava pra eles usá roupa [...] daí ia meus pai, meus tio, iam lá à noite, mas daí eles escutava o pisado dos outro que não era companheiro, com o ouvido no chão, abaxava ali e diz que escutava os passo, tum, tum, tum tum..., vem vindo gente, vem vindo gente, vamo se prepará [...] Daí quando eles chega lá nesse toldo dos bravo, eles já tava tudo armado, daí não tinha como eles chegá. Daí diz que de repente quando eles deram descuido, eles roubaram uma mulher nova, mas ela tinha seu bebê, daí falaram: vamo que atrás dela vem mais e nós agrada eles pra cá. Aí diz que aquela índia arciava a criança e quando a criança chorava ela não dava de mama pros outro dela vim atrás deles [...] e assim foi, foi, foi e foi. Diz que ela não podia vê um pé de palmito que dizia: corta lá aquele pé de palmito pra mim [...] eles ia lá e já cortava, porque eles tinha muita facilidade. Daí lá na matura ela dizia: tem uma fruta ali, tira lá pra mim. Daí eles ia lá tirá e quando eles tava tirando a fruta, receberam flechada dos contra [...] Daí quando eles viram que mataram um manso, já correram, daí os manso se vingaram na índia. Mataram um nosso, vamo mata ela também. Mataram ela, deixaram ela lá e levaram a criança (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, fevereiro de 2017).

Esses conflitos, intra e intertribais provocaram perdas consideráveis de sua população, seja pela morte nas batalhas ou pelas doenças de que foram vítimas, como a febre amarela, sarampo e varíola.

Os Kayoá de São Pedro de Alcântara diminuíram sua população devido à epidemia de varíola em 1877. Os poucos que restaram, em 1889 estavam entre o Salto do Paranapanema, São Paulo e Mato Grosso (AMOROSO, 1998). Os Kaingang permaneceram em São Pedro de Alcântara durante todo o processo de aldeamento, passando em seguida para São Jerônimo.

Em 1911 é constituída a povoação indígena de São Jerônimo e em 1920 a área é elevada à categoria de município pela Lei 1918 de 23 de fevereiro. Com vistas a garantir a colonização o Governo de Getúlio Vargas

[...] acelerou o processo de legitimação de expropriação das terras indígenas em toda a região sul do país e com o decreto-lei 7.692 de 30/06/1945 autorizou o governo federal a ceder gratuitamente ao estado do Paraná as terras da Fazenda São Jerônimo, numa extensão de 33.800 ha, com a ressalva de que 4.480 ha ficariam reservados aos índios que ali habitavam” (TOMMASINO, 1995, p. 167)

Dos 33.800 hectares da doação inicial do Barão de Antonina, hoje restam pouco mais de 5.000 ha, que estão divididos da seguinte maneira: Barão de Antonina com 3.750, 7220 ha, com a etnia Kaingang e São Jerônimo com 1.339, 3364 ha⁵³, com a presença Kaingang, Guarani e Xetá, formando o restante da doação, o município de São Jerônimo da Serra.

⁵³ Disponível em <www.funai.gov.br>. Acesso em: 07 fev. 2017.

Segundo Tommasino (1995) de todos os aldeamentos indígenas fundados na região norte do estado do Paraná, o de São Jerônimo foi o único que permaneceu até hoje, mesmo fragmentado mais tarde em duas glebas.

Os Kaingang viviam em todas as florestas da região serrana da bacia do Tibagi, nos territórios situados às margens dos rios. Este fato pressupõe que as terras da colônia militar e dos aldeamentos constituíam território Kaingang.

De acordo com Laroque (2007, p. 94) a Colônia Militar do Jataí “dava continuidade à presença branca no território e os aldeamentos visavam a concentração de indígenas para liberação de espaço objetivando a colonização”, ou seja, os aldeamentos eram uma estratégia, um dispositivo para consolidar o projeto colonizador.

Tommasino (1995) afirma que o direito territorial dos povos indígenas não era reconhecido pelos colonizadores, a referência antes e depois da descoberta era o Tratado de Tordesilhas e posteriormente, o de Madrid e de Santo Ildefonso e complementa que:

Embora, parece elementar, é importante ter em mente estes dados para que se possa compreender porque, ao longo de toda a história oficial, não há lugar para os índios enquanto humanidade específica. O extermínio foi a forma mais radical desta exclusão dos índios, mas houve também a escravidão e o aldeamento em áreas definidas pelo Estado, onde pudessem ser “integrados” pela via da catequese e civilização (TOMMASINO, 1995, p.84).

Durante o Paraná provincial⁵⁴ houve a criação de várias colônias militares e indígenas, conforme os quadros 13 e 14. Ambas as implantações, constituíam ações desenvolvidas entre o governo imperial e o provincial e “além de serem priorizadas como pontos estratégicos na defesa das áreas limítrofes da província, essas colônias eram consideradas como uma política mais ampla para ocupação dos territórios, no sentido de promover o povoamento” (Mota, 2011, p. 135).

⁵⁴ Quando o Paraná passou à condição de Província em 1853, na bacia do Tibagi já existiam as seguintes povoações, reconhecidas como vilas ou freguesias: Castro (5.899 habitantes), Palmeira (1.818 habitantes), Ponta Grossa (3.033 habitantes) e Tibagi (1.040 habitantes). As outras vilas da província eram Curitiba (a capital), Paranaguá, Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Vila do Príncipe (Lapa) e Guarapuava; outras freguesias eram Campo Largo, Jaguariaíva e Rio Preto (SOARES & MEDRI, 2002).

Quadro 13. Colônias Militares implantadas no Paraná Provincial

Nome da colônia	Data de instalação	Local
Colônia Militar do Jataí	21/01/1855	Hoje município de Jataizinho
Colônia Militar do Chopim	27/12/1882	Hoje município de Chopinzinho
Colônia Militar do Chapecó	14/03/1882	Hoje integra o território do estado de Santa Catarina
Colônia Militar do Foz do Iguaçu	23/11/1889	Hoje município de Foz do Iguaçu

Fonte: Elaborado pela autora com referência em Mota (2011, p. 136)

Quadro 14. Colônias Indígenas implantadas no Paraná Provincial

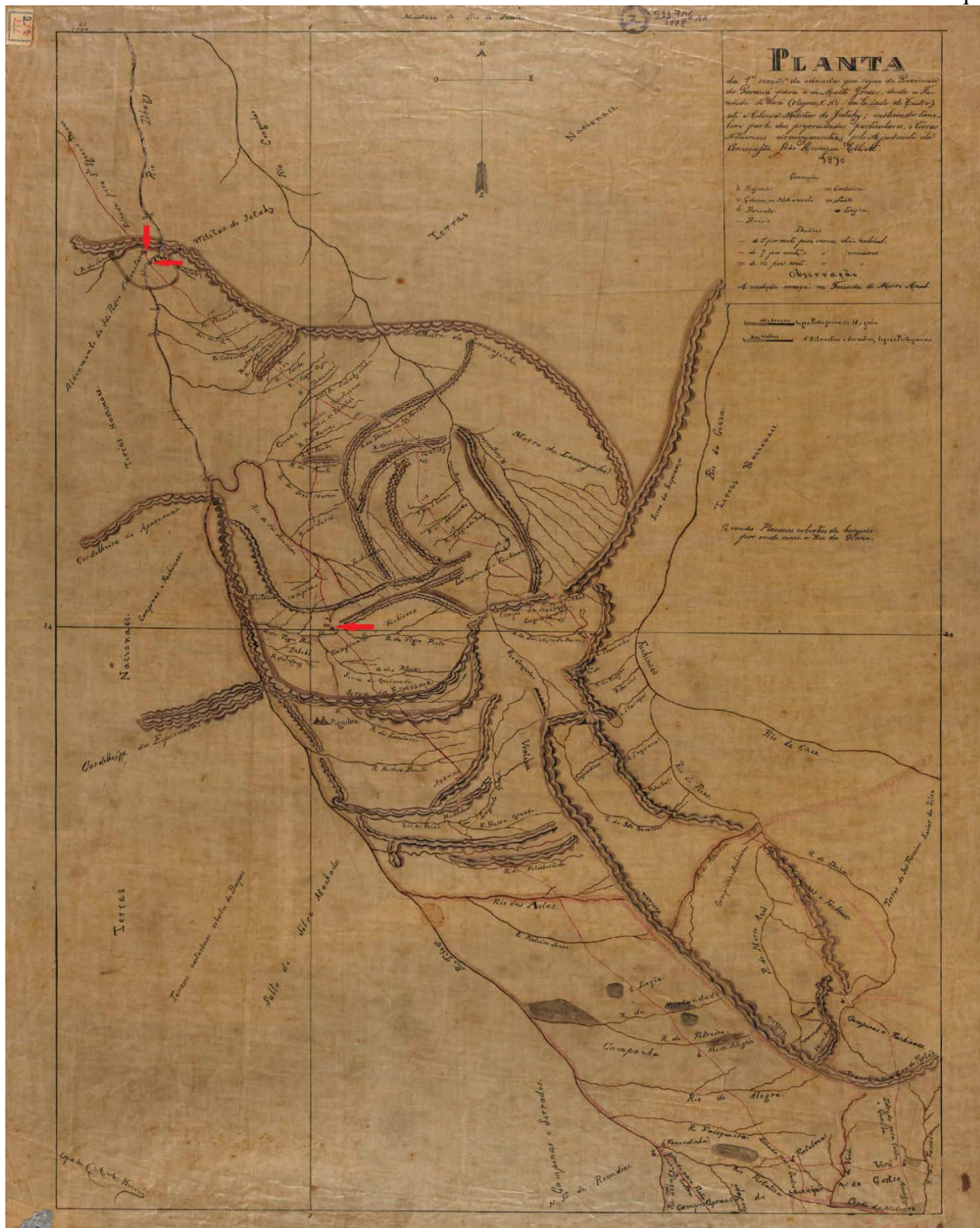
Nome da colônia	Data de instalação	Local
Nossa Senhora do Loreto do Pirapó	1855	Hoje município de Itaguagé
São Pedro de Alcântara	1855	Em frente a Colônia Militar de Jataizinho
São Jerônimo	1859	Hoje município de São Jerônimo da Serra
Xongu	1859	Hoje Terra Indígena de Rio das Cobras, município de Laranjeiras do Sul
Santo Inácio do Paranapanema	1862	Hoje município de Santo Inácio
São Tomás de Papanduva	1875	Região do rio Negro
Catanduvas	1891	Entre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e Guarapuava

Fonte: Elaborado pela autora com referência em Mota (2011, p. 136 - 137)

De acordo com o Catálogo Seletivo de Documentos referentes aos Indígenas do Paraná Provincial 1871-1892 (2009), também foi determinado pelo governo imperial à criação de mais três colônias indígenas, a Santa Izabel na confluência dos rios Tibagi e Paranapanema, Santa Tereza à margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, na confluência desses dois e Palmas, nos campos de Palmas, porém, nunca saíram do papel.

Figura 21. “Planta da 1ª secção da estrada que segue da provincia do Paraná para a do Matto Grosso, desde a Fazenda do Vorá... até a Colonia Militar do Jatahy; incluindo também parte das propriedades particulares e terras nacionais circumjacentes, 1870”.

A Colônia Militar do Jataí e os Aldeamentos São Pedro de Alcântara e São Jerônimo estão em destaque.



Fonte: Biblioteca digital Luso-Brasileira⁵⁵. Adaptado pela autora.

⁵⁵ Disponível em: <www.bdlb.bn.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2017.

2.5 Os últimos territórios Kaingang a serem conquistados

O período de conquista do território que hoje compreende o estado do Paraná começou há mais de quatro séculos, mas foi a partir do século XX que as ações colonizadoras começaram a ser mais intensas, principalmente na região norte, com as frentes de expansão cafeeira.

De acordo com Soares & Medri (2002) tanto as florestas do norte do estado, quanto às do sul, passaram por um rápido ciclo de madeira, que foi um desmatamento seletivo sobre as araucárias, antes do ciclo do café. Segundo os autores:

A Inglaterra, que importava madeira da Rússia, passou a ter dificuldades para sua aquisição com a revolução comunista de 1917, e a importação de madeira de terras mais distantes, como a Ásia, era inviável devido aos problemas econômicos criados para aquele país com a Primeira Guerra Mundial. A missão Montagu, chefiada por Lord Lovat, veio ao Paraná com a proposta do plantio de algodão, e, assim, deu início a um processo de colonização e encontrou a madeira que a Inglaterra precisava (SOARES & MEDRI, 2002, p.73).

O cultivo do café só atingiu significativamente as terras do norte do estado a partir da década de 1930, com o apoio dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. A expansão cafeeira atingiu primeiramente o norte velho, de Jacarezinho, Cambará Wenceslau Braz, dentre outras, posteriormente o norte novo, de Londrina, Cambé, Maringá, dentre outras e por fim o norte novíssimo de Paranavaí e Umuarama.

Entusiasmados com a qualidade da terra na região, em 1924, Lord Lovat, juntamente com outros investidores, fundaram a Brazil Plantations Syndicate Ltda (posteriormente Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP) e em 1925 começam a comprar terras do Governo do Estado, instalando a companhia em 1930 na região que viria a ser Londrina.

Em seguida a CTNP começa a vender as terras adquiridas, investindo em grandes propagandas que atingiram todo território brasileiro (ver livreto de propagandas da CTNP para venda de terras em anexo E). A área da companhia passa a ser descrita como local de terra roxa, propícia para o plantio de café e desabitada, pronta para ser ocupada. Começaram a serem fundadas então, as principais cidades da região. De acordo com Mota (2008), é marcante nas terras roxas a presença de mineiros, paulistas e, mais tarde de gaúchos e estrangeiros que então vêm ocupar o espaço demarcado pela companhia colonizadora.

A invasão pela companhia nas terras no baixo Tibagi (norte novo), segundo Soares e Medri (2002), foi feita por duas frentes:

A frente cafeeira, vinda de São Paulo, penetrando por Ourinhos atinge os limites da bacia em 1924, iniciando a vila que é hoje a cidade de Cornélio Procopio, nas terras a leste do rio Tibagi. Outra frente, vinda da região de

Marília, atravessou o rio Paranapanema por balsa e iniciou os povoados que acabaram se tornando as cidades de Primeiro de Maio e Sertanópolis (1923), nas terras a oeste do rio (SOARES & MEDRI, 2002, p.74).

A reocupação dessa região ocorreu de forma muito acelerada a partir de 1930, ocasionando em uma extrema mudança ambiental. De acordo com os autores, em 1937, o baixo Tibagi já se encontrava praticamente sem cobertura vegetal, restando poucos remanescentes preservados.

Segundo Mota (2008), entre as décadas de 20 e 30 do século XX, muitos indígenas ainda viviam nas florestas do norte, noroeste e oeste do estado, apesar de nessa época já estarem aldeados em São Jerônimo da Serra e Apucarantina. Muitos são os relatos desse período que falam sobre a presença de indígenas nas florestas que estavam sendo transformadas em grandes cafezais. Dentre outros depoimentos citados por Mota, tem-se o de Gordon Fox Rule, empregado da Paraná Plantation, que fala da presença de índios em 1930, nas imediações do Patrimônio Três Bocas, o primeiro nome de Londrina:

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador de nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser a progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem que todos queriam correr, mas eu os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvimos os índios mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel, sempre ao som das batidas nas árvores, enchemos de água o radiador e zarpamos a toda velocidade (Depoimento de Gordon Fox Rule *apud* Mota 2008, p.109).

Lévi-Strauss em “*Tristes Trópicos*” também fala sobre a presença de indígenas que viviam nas florestas do norte do Paraná na década de 1930, vejamos:

[...] até por volta de 1930 ela continuava praticamente virgem, com exceção dos bandos indígenas que ainda erravam por ali, e de alguns pioneiros isolados, em geral colonos pobres, cultivando o milho em pequenas queimadas (LEVI-STRAUSS, 1955, p. 121).

O autor os descreve como “grupos aparentados pela língua e pela cultura, e que se classificavam pelo nome de Gê” e ainda relata que muitos viviam na reserva de São Jerônimo, mas era comum encontrá-los também vivendo nas florestas do Tibagi (LEVI-STRAUSS, 1955, p. 160).

A caça e a coleta regulam a vida nômade, em que durante semanas as famílias desaparecem onde ninguém os pode seguir em seus esconderijos secretos e seus itinerários complicados. Encontramos as vezes o pequeno grupo na curva duma vereda, saindo da floresta para nela imediatamente desaparecer (LEVI-STRAUSS, 1955, p. 165).

O mapa abaixo (figura 22), de 1919, pontua algumas áreas com a presença indígena no Paraná, inclusive de Kaingang não aldeados, referidos como “coroados selvagens”, nas margens do rio do Peixe. O mapa também aponta a distribuição geográfica das principais endemias do período, estando às áreas habitadas pelos Kaingang e Guarani Kayoá, no baixo Tibagi, infectadas pela malária, doença de chagas, lepra e ancilostomíase (amarelão).

Figura 22. Mapa do Estado do Paraná (1919) com a região do baixo Tibagi em destaque



Fonte: Centro de Documentações e Pesquisas Históricas (CDPH) Universidade Estadual de Londrina (UEL). Adaptado pela autora.

Quando as ferrovias e estradas começaram a invadir o norte do estado, as famílias que ali se estabeleciam chocavam-se com os indígenas. “Os Kaingáng e Xokleng eram os que tinham maior capacidade de resistência e ficaram famosos na historiografia brasileira. Tanto no estado de São Paulo quanto nos estados do sul, os conflitos entre colonos e índios foram muitos” (TOMMASINO, 1995, p. 30).

A autora se refere a alguns conflitos que se deram nas primeiras décadas do século XX, como o massacre de 80 Kaingang comandado por “Zé Pretinho” a mando de fazendeiros em Tupã (SP) no ano 1914. Como vingança, no ano seguinte, os Kaingang mataram dezenas de colonizadores; o Massacre dos Kaingang de Santo Antônio da Platina (PR) em 1911, onde houve 15 mortes, entre homens, mulheres e crianças, terminando pela denúncia de 14 bugreiros; o Massacre da Serra da Pitanga (PR) em 1923 onde morreram muitos indígenas e colonos.

De acordo com Tommasino (1995) a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁵⁶ em 1910 se deve principalmente à resistência Kaingang em São Paulo e Paraná e dos Xokleng em Santa Catarina. Segundo a autora:

O SPI iniciou várias tentativas de pacificação e aldeamento dos indígenas que tinham retornado à vida independente nas florestas ou que tinham se mantido isolados até então. Comparada com as experiências dos séculos XVIII e XIX, a invasão dos colonizadores do século XX nos estados de São Paulo e Paraná equiparam-se a uma avalanche sobre os territórios indígenas não conquistados, principalmente nos anos 30 em diante (TOMMASINO, 1995, p. 134)

Para Tomazi (1997), a violência e a exclusão são parte integrante de todo processo de reocupação das terras situadas ao norte do Paraná. O autor deixa claro que a violência não se limitava ao contato com os indígenas, mas também recaía sobre o caboclo e em seguida sobre o posseiro e o trabalhador rural. Conforme o autor:

Muitos são os relatos e depoimentos, bem como as notícias dos jornais e os processos criminais, que permitem afirmar, que a violência define as relações fundamentais deste processo. A presença de “jagunços” e “pistoleiros” contratados por famílias de fazendeiros ou pelas companhias de colonização, a ação da corporação militar do governo estadual, a luta dos posseiros para manter a sua terra (casos de Porecatu e Jaguapitã p. ex.), a utilização de armas de fogo como algo corriqueiro no cotidiano das cidades, deixam muito claro que a região em estudo não era uma terra pacífica, conforme se quer fazer acreditar (TOMAZI, 1997, p. 20).

⁵⁶ O SPI operou em diferentes formatos até 1967 quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que vigora até os dias de hoje.

Ainda segundo Tomazi, a violência não atingia a todos de forma generalizada, os grupos eram classificados, nas palavras do autor “pré-selecionados”, principalmente em função da posse/propriedade da terra, que se dava da seguinte maneira:

Num primeiro momento, esta seleção estabelece que, de um lado se encontra o "selvagem" (os indígenas) do outro, o "civilizado"; posteriormente, de um lado se encontram o posseiro, o caboclo, o sertanejo e do outro o "bom colono" nacional ou estrangeiro; após isso, de um lado está o não proprietário e do outro o proprietário (TOMAZI, 1997, p.21).

As atrocidades cometidas contra os povos indígenas, não só na região sul, mas em todo o país de uma forma geral, foram muitas. O Relatório Figueiredo⁵⁷ apurou matanças de comunidades inteiras, torturas e todo tipo de crueldade contra os indígenas de todo país, principalmente por latifundiários e antigos funcionários do extinto SPI, que muitas vezes foi omissos e outras vezes facilitou a entrada de empresas particulares e terceiros nas áreas indígenas para promover a extração de todo tipo de matéria prima possível. Entre as páginas 16 e 58 do relatório, é possível evidenciar a denúncia contra a venda da madeira da araucária extraída irregularmente do Posto Indígena Xavier da Silva, hoje Terra Indígena Apucarana, vejamos alguns exemplos:

Alan Kardec Martins Pedrosa – Responsável pela venda irregular de 500 pinheiros no Posto Indígena Xavier da Silva, em Londrina, com edital publicado na Folha de Londrina, quando a coleta foi feita em Curitiba, dando ganho de causa à Serraria Santa Tereza, de Kantor & Franco Ltda [...]

[...]

Dival José de Souza – Venda irregular de 342 toros de madeira à firma Kantor & Franco Ltda, do Posto Indígena Xavier da Silva, apesar da proibição [...] (BRASIL, Ministério do Interior. Relatório Figueiredo, V. Síntese, p. 16 - 25).

O quadro de tensões e conflitos vai aumentando conforme as frentes pioneiras vão avançando. O depoimento de uma mulher de 92 anos, filha de imigrantes portugueses que residiam em Cambará, para trabalhar nas lavouras de café, apresenta um pouco da violência cometida contra os indígenas⁵⁸. A informante conta que na época desses acontecimentos ela devia ter entorno de 8 e 10 anos, portando por volta do ano de 1933, período da grande expansão cafeeira que atingia a região. Vejamos:

⁵⁷ O Relatório é proveniente de uma investigação, feita em plena ditadura militar, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, em 1967. Foi o resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas. Supostamente eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura, ele foi encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais. O Relatório (volume síntese) pode ser acessado em <<http://www.racismoambiental.net.br/2013/05/22/103508/>>.

⁵⁸ O depoimento foi concedido a mim, no dia 20 de abril de 2016 no município de Ourinhos, SP, local onde atualmente reside a interlocutora. A entrevista foi gravada via celular (gravador de áudio).

Meu pai tinha um amigo que chamava [...], era nosso vizinho, e ele então, contava sempre [...] que naquela época os índio fazia muito mal para as pessoa, pros branco, então eles iam matar os índio. Eles iam em três, quatro, ia pro mato pra matar, à noite [...] aí eles ficavam amoitado e na época de frio diz que aqueles índio faziam fogueira, aí ficavam em pé com um canudo de bambu, daqueles canudo bem grosso na mão, era uma bebida que eles tinha, aí diz que um falava: cutuca aqui com a taquara. Aí diz que ele ia dava pra um, tomava um pouco, até passar por todos [...]. Todo mundo tomava. Aquilo parece que deixava eles meio embriagado, acho que era que nem a pinga né? Aí diz que deitavam todos com o pé, assim pro lado do fogo, pra esquentar, aquela volta assim, todos. A fogueira tava no meio e eles esticava a sola do pé pra esquentar e deitar, todos. Aí quando eles percebiam que estavam dormindo, aí diz que eles iam com uma faca, cada um quietinho, botava a mão no coração e matava [...] matava tudo os índio. Aí diz que uma vez sobrou um indinho que ele não quis matar, pequenininho, uma criança[...], aí ele falou: vou levar, vou criar essa criança, vou ensinar. Aí ele pôs a criança no pescoço assim e diz que a criança vinha e quebrava aqueles galho de pau assim e mordendo ele, quebrava aqueles pau e tocou no olho dele [...] aí diz que ele ficou tão nervoso que jogou o indinho pra cima e aparou com a faca [...] e não tinha crime não, naquela época eles fazia isso mesmo (filha de imigrantes portugueses, 92 anos, Ourinhos, SP, abril de 2016)

Durante o depoimento, nossa informante relatou que na época era bastante comum o contato que se dava entre os colonizadores e indígenas que viviam nos toldos nas margens dos rios, e que estes eram muito perigosos, em suas palavras “faziam mal para os brancos”, mas faz questão de enfatizar que ela nunca os viu. Quem contava essas histórias era o amigo de seu pai e a amiga de sua mãe que encontrava “índias quando lavava roupas na mina”, relatando da seguinte forma:

[...] ela tinha uma amizade com as índia, na mina, assim, elas se encontrava. Essa amiga da minha mãe gostava de usar roupa de chita, bem florescida, bem estampada e as índia era louca por causa daquilo. Aí diz que ela comprava aquelas roupa e fazia pra elas, mas era uma ou duas só que era amiga dela, as outra não. Aí quando foi um belo dia ela tava lá e elas vinheram e queriam a roupa e ela falou que não tinha no momento, aí elas tava catando ela pra levar embora, pra viver no meio dos índio lá no mato. Aí tinha bastante gente carpindo pertinho, aí correr e acudir ela (filha de imigrantes portugueses, 92 anos, Ourinhos, SP, abril de 2016).

Em razão dessa ocupação desordenada os verdadeiros donos dessas terras foram obrigados a abandonar sua forma de subsistência baseada na caça e coleta, viver em espaços menores e sobre o domínio dos novos padrões culturais trazidos pelos invasores e também passaram a viver em situação de desigualdade. Nesse movimento de expansão, “a sociedade nacional vai destruindo o espaço das comunidades indígenas e construindo o seu próprio, de modo acelerado” (MOTA, 2008, p. 24). É onde se cria a interpretação do vazio demográfico que passa a ser preenchido com a companhia inglesa de colonização CTNP e com a chegada das frentes pioneiras.

2.6 Destruindo a presença indígena e construindo o vazio demográfico

Os dados levantados na pesquisa nos mostram que desde uma época em que esta terra estava longe de ser chamada de estado do Paraná, os Kaingang já ocupavam a região. Estudos arqueológicos comprovam essa presença há pelo menos 4.000 anos atrás e o CNSA indica a existência de mais de 50 sítios arqueológicos representativos da ocupação Kaingang no baixo Tibagi, cadastrados até o momento, conforme figura 2 e quadro 1.

As pesquisas, realizadas no estado, por Igor Chmyz (Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – CEPA - UFPR), desde a década de 1970 e outros pesquisadores a partir de 1990, como Francisco Noelli e Lucio Tadeu Mota (UEM) e Cláudia Inês Parellada (Diretora do Museu Paranaense), muito contribuíram para compreensão da ocupação humana na região.

Partindo para os dados históricos e etnográficos, estes nos mostram que a conquista dos territórios Kaingang teve início com a ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas em 1770 e a partir disso, outros grupos Kaingang foram sendo conquistados nas bacias dos rios Ivaí, Tibagi e Iguaçu. Os primeiros grupos do Tibagi aldearam-se entre 1858 e 1859, com a criação dos aldeamentos São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Como os territórios indígenas ultrapassam os espaços codificados pelos brancos, essa conquista continuou em direção às principais bacias dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao norte, no estado de São Paulo, os Kaingang foram conquistados a partir de 1912 e os últimos grupos kaingang no Paraná que viviam na região do baixo Tibagi, se renderam em 1930 (TOMMASINO, 1995).

Estas pesquisas, realizadas por arqueólogos, historiadores e antropólogos comprovam a presença indígena na região desde tempos imemoriais e mostram que essas populações estavam aqui presentes em todos os períodos de conquista, que participaram desse processo de formas variadas, como sujeitos ativos, agindo também por interesses próprios e acima de tudo que resistiram as diversas formas de contato, pacíficas ou não.

Apesar disso, quando ouvimos falar sobre o processo de povoamento do baixo Tibagi, ou da região norte do Paraná como um todo, comumente nos deparamos com um imenso silenciamento do passado, que foi justamente o da ocupação da região por populações indígenas.

Isso se deve ao fato de que no século XX, a historiografia paranaense foi projetada a partir da história oficial das companhias colonizadoras e das falas do pioneirismo, que geraram os discursos do progresso e do espaço vazio de terra produtiva, que estava pronta para ser ocupada e colonizada. Colonização esta, que segundo tais discursos, ocorreu de forma harmoniosa e pacífica, uma vez que, segundo tal versão, os povos indígenas não existiam e

quando existiam, tinham papéis secundários, praticamente ausentes, onde seu destino era desaparecer na medida em que a sociedade envolvente se expandia.

Podemos dizer, conforme os dados levantados nesta dissertação, que o norte do Paraná foi invadido e, por força das armas, o conquistador impôs seu poder, expulsando os nativos de suas terras e abrindo espaço para o então vazio demográfico que seria ocupado pelas frentes pioneiras. De acordo com Lucio Tadeu Mota (2008), o vazio demográfico foi criado como uma forma de ocultar os conflitos indígenas no Paraná. “Vazio criado pela expulsão e eliminação das populações indígenas que foram colocadas à margem da história” (MOTA, 2008, p. 25).

O autor relata ainda, que entre 1930 e 1960, o norte do Paraná foi alvo de muitas visitas científicas e de exploração. Os relatórios dessas visitas e artigos publicados pelos geógrafos deste período descreviam a região como um sertão longínquo e desabitado. Mota cita trabalhos de geógrafos que reproduzem o vazio demográfico em suas obras. Vejamos alguns exemplos:

- Introdução de um texto escrito por Lysia Maria C. Bernardes (1950), pesquisadora do Conselho Nacional de Geografia:

Em 1940, depois de dez anos de atividades da Companhia, Londrina apresentava uma população urbana e suburbana de 10.531 habitantes e os dois distritos Rolândia e Nova Dantzing, respectivamente 2.988 e 3.493 almas. A população rural subia então a 56.196 habitantes. Atualmente já foi essa extensa área desmembrada em vários municípios novos, cujas sedes nem figuravam ainda nesse mapa, calculando-se que, nas terras da Companhia, **onde em 1930 não havia um só habitante**, vivem hoje duzentas mil almas (apud MOTA, 2008, p.28, grifos nossos).

- A mesma autora, agora em 1953, publica um artigo sobre a questão das “Frentes Pioneiras” no Paraná:

[...] resolveu o governo do estado em 1939 iniciar os serviços de colonização em **terras devolutas** situadas nos então municípios de Guarapuava e Londrina. Encravada em um **sertão longínquo e despovoado**, ameaçada de ficar com suas relações completamente cortadas com o resto da província, a colônia Jataí não pode alcançar nenhum progresso. [...] permaneceu o norte do Paraná, até o ultimo quartel do século XIX como **sertão desconhecido e desabitado**. Em consequência da colonização promovida nos últimos vinte anos, por particulares, como também recentemente, pelo Estado, o norte do Paraná que até então não passava de um **vasto sertão desabitado** é, atualmente, uma das zonas mais prósperas do estado (apud MOTA, 2008, p. 34, grifos nossos).

- Em 1951, Neyde Prandini publica nos Anais da Associação Brasileira de Geografia um texto sobre a geografia urbana de Londrina, vejamos um trecho: “Eis por que essa região, que era em 1929 um **sertão desconhecido**, teve suas florestas quase inteiramente devastadas, e em seu lugar sucedem-se, a perder de vista, os cafezais; ela esta atualmente em grande parte colonizada” (apud MOTA, 2008, p. 29, grifos nossos).

- Ainda em Neyde Prandini, quando menciona o crescimento da população londrinense: “Essa população cresceu a princípio muito lentamente, o que é natural. Londrina era uma cidade **“Bôca de Sertão”**, a primeira que se construía numa zona praticamente desconhecida” (apud MOTA, 2008, p. 30, grifos nossos).

No decorrer da obra de Lucio Tadeu Mota, outros trechos de publicações de geógrafos são citados, como o Atlas da colonização do Brasil de Pierre Monbeig (1945) e Expansão do povoamento no Estado do Paraná de Nilo Bernardes (1952), dentre outros. Os termos variam entre sertão, matas virgens, terras devolutas, boca de sertão, mas num sentido geral são de uma região desabitada, conceitos de ideias que sustentam o vazio demográfico onde nenhum mapa acusava a presença indígena na região (figuras 23 e 24). Segundo o autor, muito menos, as colônias indígenas que já existiam desde meados do século XIX e os toldos indígenas que se espalhavam por toda região dos vales dos rios Tibagi, Ivaí Piquiri.

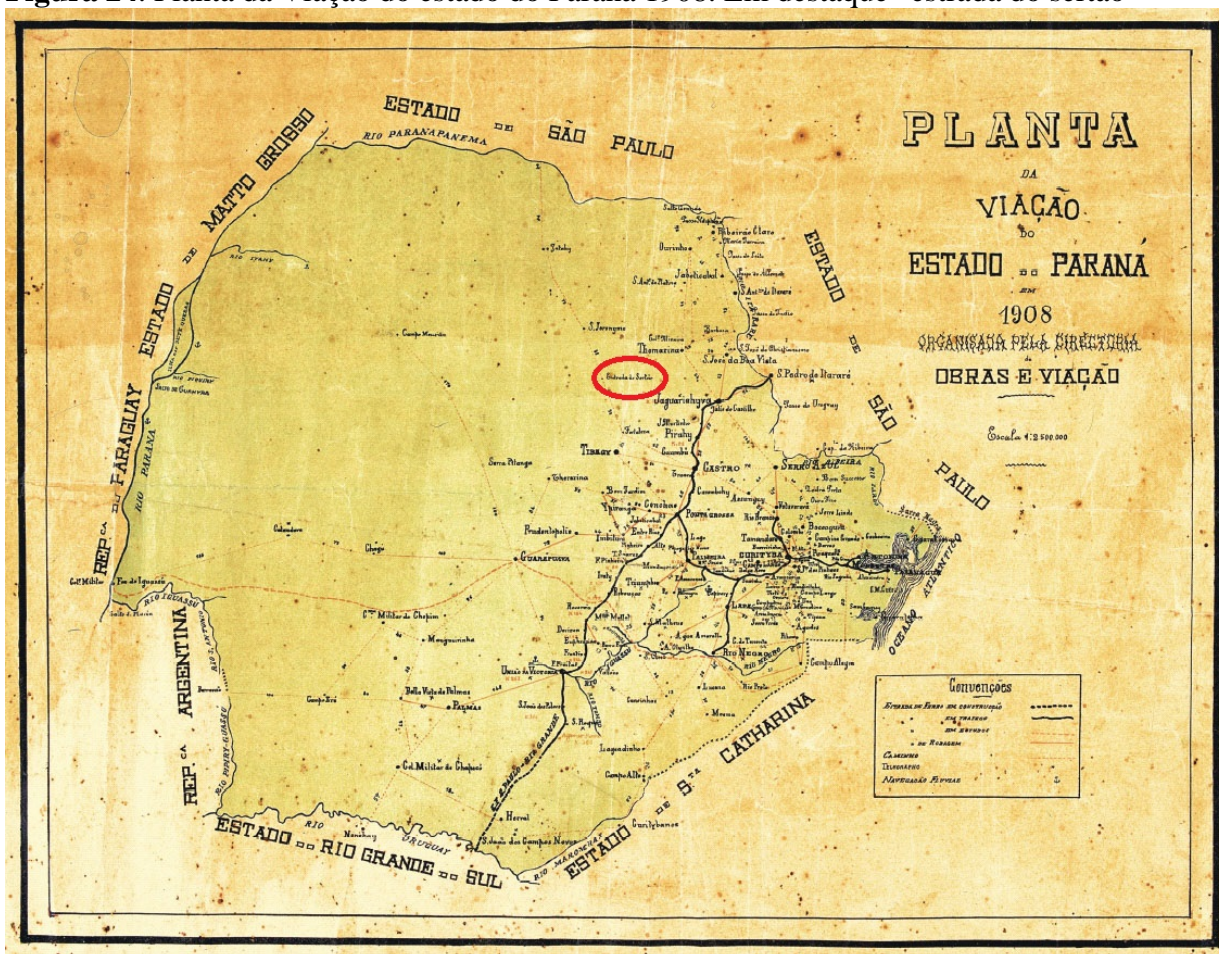
Figura 23. Mapa do estado do Paraná 1896. Em destaque os termos “terrenos devolutos” e “sertão desconhecido”



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG). Coletâneas de mapas históricos do Paraná⁵⁹. Adaptado pela autora.

⁵⁹ Disponível em http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html. Acesso em: 17 fev. 2017.

Figura 24. Planta da Viação do estado do Paraná 1908. Em destaque “estrada do sertão”⁶⁰



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG). Coletâneas de mapas históricos do Paraná⁶¹. Adaptado pela autora.

A partir de 1950, enquanto os geógrafos de São Paulo e Rio de Janeiro tentam entender o rápido povoamento do estado, os intelectuais refletem sobre uma identidade local (MOTA, 2008). Essa busca por uma identidade paranaense enfatizada por Lucio Tadeu Mota, nos leva a obra de Maria Regina Celestino de Almeida *“Os índios na história do Brasil”* de 2010, quando a autora discute etnicidade e identidade no século XIX:

A independência do Brasil e a formação do Estado Imperial impuseram a necessidade de se construir a nação, que até então, não existia. Cabia instituir no país uma unidade territorial, política e ideológica, criando uma memória coletiva que unificasse as populações em torno de uma única identidade histórica e cultural. A ideologia do Novo Estado baseava-se nos valores europeus de modernização, progresso e superioridade do homem branco. Aos políticos e intelectuais do oitocentos colocava-se, então, um grande desafio: **Como construir uma nação e uma história de brancos a partir de uma realidade repleta de índios e negros?** (ALMEIDA, 2010, p. 135, grifos nossos)

⁶⁰ O termo sertão era usado pelos autores da época sempre no sentido de vazio demográfico, à exemplo de Nilo Bernardes (MOTA 2008).

⁶¹ Disponível em http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html. Acesso em: 17 fev. 2017.

O questionamento feito pela autora, com relação à constituição de uma nação após a independência do Brasil, pode ser feito perante a construção da identidade paranaense, ou seja: Como construir uma identidade inglesa perante uma realidade repleta de indígenas? Será que a resposta seria consolidar uma terra vazia, desprovida de população? Assim foi construída a história de Londrina, destruindo a presença indígena e construindo uma origem inglesa, reverenciada na sua arquitetura: cabines telefônicas, Boulevard Londrina Shopping, passarela para pedestres no perímetro urbano da BR 369 que possui torres semelhantes ao relógio “Big Bem”, símbolos municipais (brasão e bandeira) e o próprio nome que significa “pequena Londres”, uma homenagem prestada aos ingleses.

Essa legitimação de uma cidade europeia pode ser explicada por Hobsbawm (2008), que argumenta que muitas vezes as tradições são inventadas por elites nacionais para justificar a existência e importância de suas respectivas nações e ainda, a “tradição inventada, muitas vezes usa a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWM, 2008, p. 21). O termo “tradição inventada” utilizado pelo autor, pode ser entendido como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2008, p. 09).

Sendo assim, podemos dizer que a historiografia paranaense, projetada a partir da história oficial das companhias colonizadoras dependeu da “tradição inventada” para tornar os ingleses, agentes dessa história e agentes do “progresso”.

Quando o estado do Paraná começou a vender terras à CTNP, a fim de promover o povoamento da área e expandir as plantações de café, muitos rumores surgiam sobre a presença de indígenas que viviam livremente nas florestas que estavam sendo exploradas e talvez temendo que os colonizadores não se estabelecessem nessas áreas, essas histórias acabavam sendo abafadas pelas autoridades ou mesmo esses indígenas eliminados para que não houvesse interferência dos mesmos na reocupação dessas terras. Como é relatado por Tommasino (1995):

No Brasil, os indígenas, os negros, os camponeses e os sertanejos nunca aparecem como personagens históricos e suas sociedades e manifestações culturais são tratadas como desprovidas de historicidade. Os Kaingáng até o século XVIII aparecem como empecilho ao “desenvolvimento” e ao “progresso”, como selvagens, inferiores e preguiçosos, justificando a conquista de suas terras e o aldeamento desses povos em áreas delimitadas geograficamente e administradas por missionários ou leigos designados pelo governo imperial ou provincial (TOMMASINO, 1995, p. 148).

Foi a partir dessa ideologia dominante que se construiu a identidade do norte paranaense, partindo sempre do pressuposto de uma terra vazia, cheia de perigos e árduos obstáculos que foram vencidos pelo ato heroico do colonizador que trouxe o desenvolvimento rápido para o “sertão esquecido”, constituindo uma sociedade pautada na ideologia do progresso e da civilização.

As pesquisas geográficas e o etnocentrismo dos que refletiam sobre a identidade paranaense, acabou sendo referência para estudos sobre a história local e a ideia do vazio acabou fortemente sendo interpretada pela sociologia, historiografia e mais tarde reafirmada nos livros didáticos. Uma interpretação que simplesmente desconsiderou os povos indígenas.

[...]na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir de 1930, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravio” [...] (MOTA, 2008, p. 14).

Então, a partir de 1970 aproximadamente, começam a surgir pesquisas de mestrado e doutorado relacionados à história regional que são orientados pelos conceitos de lugares desabitados, despovoados, desconhecidos, terras devolutas, matas virgens, entre tantos outros, sem mesmo dedicar um único parágrafo para os indígenas no processo de ocupação desses lugares.

Na dissertação de mestrado em História de Maria Adenir Peraro, apresentada à Universidade Federal do Paraná, intitulada “Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte novo do Paraná de 1940 a 1970”, defendida em 1978, um capítulo é dedicado ao povoamento da região norte do Paraná, e nas palavras da autora:

Em suma, o sistema de colonização adotado pelo governo do Estado do Paraná, executado pela administração estadual através de Departamentos incumbidos do povoamento das terras do norte paranaense e Companhias particulares veio resultar no avanço das frentes de expansão e fixação da população em **terras devolutas e desabitadas** (PERARO, 1978 p. 33, grifos nossos).

Outra dissertação de história, também defendida na mesma universidade em 1974, discorre sobre o processo de povoamento e crescimento populacional do Norte Pioneiro, igualmente assumindo a ideias das terras desabitadas. O “Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos sensos” de Rene Mussalam coloca a questão do crescimento populacional da seguinte forma:

[...]constata-se que o Norte do Paraná é, realmente, uma **zona pioneira**. Isto porque, em nenhuma região do país, ocorreu um processo de povoamento e

expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes. E isso se verifica, tendo em vista que, no espaço de, aproximadamente, quarenta anos, 1900-1940, numa área de cerca de 72.000 km, praticamente **despovoados e de densas matas virgens**, apareceu mais de uma centena de cidades e com uma população que se aproximava dos dois milhões de habitantes (MUSSALAM, 1974 p. 16-17, grifos nossos).

Falando sobre o povoamento da região, o autor discorre rapidamente em um único parágrafo sobre a fundação das missões pelos Jesuítas espanhóis no século XVII e relata também que havia na região um povoamento, no caso a Colônia Militar de Jataí, fundada em 1855, que em suas palavras “A colônia funcionou mais como aldeia de índios. Localizada em **sertão longínquo e despovoado**, quase que isolada do resto da Província, não podia a colônia prosperar. ” (MUSSALAM, 1974, p. 19, grifos nossos). A descrição sugere que além e aos arredores de Jataí, nada havia, negando assim a existência de indígenas que viviam fora da Colônia.

Ainda sobre a Colônia Militar, o autor usa como referência para descrever o local o Relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província Venâncio José de Oliveira Lisboa em 15 de fevereiro de 1871, citando a seguinte frase: “Apesar de possuir a colônia... Solos férteis e próprios para quaisquer tipos de cultura, não pode alcançar nenhum progresso, ficando reduzida a um “... **insignificante povoado sem vida**, sem comércio, e, conseqüentemente incapaz de atrair populações” (apud MUSSALAM, 1974, p.19, grifos nossos).

Mediante esse trecho do Relatório, podemos ver claramente a visão racista e etnocêntrica do colonizador europeu diante do outro, ao se referir ao povoado como “insignificante povoado sem vida”. Ou seja, se o dito colonizador ali não estivesse, ali nada havia e ali nada prosperaria, como se a única forma de vida fosse a sua, relatando a insignificância de outros grupos perante o seu.

Outra descrição etnocêntrica semelhante é a do engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither quando se refere aos comprometimentos de Frei Timotheo com os indígenas do Aldeamento São Pedro de Alcântara, o qual era diretor:

O frade, Frei Timóteo de nome e italiano de nascimento, era senhor de pequena aldeia à margem esquerda do rio, com o aldeamento anexo de **índios coroados semi-selvagens**. A sua obrigação era inculcar conhecimentos, arte e uma religião esclarecida na mente **daqueles seres** e transformá-los de **trastes inúteis e perigosos** em cidadãos úteis ao Estado (BIGG-WITHER, 1974, p. 388, grifos nossos).

Os termos usados por Thomas Bigg-Wither ao se referir aos indígenas, produz uma imagem disseminada desses povos como seres inferiores e passíveis de serem escravizados, “civilizados” ou exterminados. Como mostra Junqueira (2002, p. 17):

Cada cultura se afirma como a melhor, como a verdadeira expressão da humanidade, desqualificando as demais, que não passam no seu modo de ver, de imperfeitas, primárias, quando não, selvagens e bárbaras. A diferença é justificada, dessa forma, não em função de percursos históricos particulares, mas como qualidade inerente ao próprio povo que fala.

Por fim Mussalam (1974, p.19, grifos nossos), enfatiza que apesar da fundação da Colônia Militar de Jataí, e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, “permaneceu o Norte do Paraná, até o último quarto do século passado, como **sertão praticamente desconhecido e desabitado**”.

A ideia do vazio demográfico tornou-se presença constante em publicações ao longo dos anos, denominando as terras ocupadas por indígenas, como terras devolutas e desabitadas, abordando a ocupação do norte do Paraná por meio da ideia do desenvolvimento causado pelo plantio do café nas terras roxas da região, onde o colonizador representa o progresso e a civilização.

Devemos levar em consideração que outro fator fortemente contribuinte para o desaparecimento dos indígenas da história oficial paranaense está sem dúvida ligada aos ideais expansionistas e racistas presentes nas ciências sociais, onde, para os profissionais dessas áreas, as populações indígenas ao serem integradas a colonização eram aculturadas e perdiam sua identidade étnica, possibilidades de resistência, e assim, deixavam de ser índios. De acordo com Cavalcante (2011) já é muito conhecida a clássica e aparentemente superada dicotomia entre antropologia e história, que no século XIX se definiam a partir de seus objetos de estudo.

A primeira se dedicava ao estudo das culturas nativas não-ocidentais, consideradas inferiores e estáticas. Já a história devia se preocupar com as culturas de origem europeia, ávidas pela mudança e especialmente letradas, o que permitia produzir e deixar muitos documentos escritos sobre o próprio passado. Essa distinção entre as duas disciplinas estava, sem dúvida, ligada aos ideais expansionistas e racistas presentes nas ciências sociais (CAVALCANTE, 2011, p. 07).

Para Celestino de Almeida (2010), embora algumas vezes já alertassem, em meados do século XX, para importância de se considerar a trajetória histórica dos povos indígenas, ainda predominava entre os antropólogos a ideia de que:

[...] os processos históricos portadores de mudança não eram importantes para compreensão de seus objetos de estudo. Ao contrário, eram vistos como propulsores de perdas culturais sucessivas que levavam à extinção dos povos estudados. Afinal, se a cultura era vista como algo fixo e estável, relações de

contato, principalmente com povos de tecnologia superior, só poderiam desencadear processo de aculturação que conduziriam necessariamente à perdas culturais e a extinção étnica. As relações de contato, eram, então, à grosso modo, vistas como relações de dominação/submissão, na qual uma cultura se impunha sobre a outra, anulando-a. Nessa perspectiva, os índios integrados à colonização, seja como escravos ou como aliados, eram vistos como submissos e aculturados, não constituindo, pois, categoria social merecedora de maiores investigações (CELESTINO DE ALMEIDA, 2010, p 15-16).

Dessa maneira, a história reservou para os indígenas um lugar no passado e os indígenas presentes não eram incluídos, porque nesta visão já não existiam.

Foi somente a partir da Constituição de 1988, que reconheceu a diversidade étnica do país e garantiu alguns direitos aos indígenas, principalmente o direito a seus territórios tradicionais, bem como a sua organização social, costumes e tradições, que essas populações começam a aparecer como sujeitos históricos.

Sendo assim, os antropólogos e historiadores passaram a repensar seus instrumentos de análise, reformulando alguns conceitos e teorias para pensar sobre as relações entre os povos, havendo uma aproximação entre as duas disciplinas, assim como também com a arqueologia. É quando começam a surgir pesquisas que trazem o indígena para o palco da história norte paranaense, como os trabalhos já citados de Kimiye Tommasino (1995), Nelson Dacio Tomazi (1997), Lucio Tadeu Mota (2008), Leilane Patricia de Lima (2014), dentre outros.

Apesar das novas pesquisas desconstruírem o discurso do vazio demográfico na região, estas ideias não ficaram estagnadas no passado, este silenciamento parece estender-se até os dias atuais, mesmo com os dados da arqueologia, antropologia e história que comprovam a presença de grupos indígenas na região desde muito tempo antes da chegada dos colonizadores europeus.

Conforme Lima (2014), em Londrina, o indígena é facilmente reconhecido no centro urbano,

“[...]uma vez que este município do Paraná é o que concentra o segundo maior número de indígenas que vivem no centro da cidade, aproximadamente 587, segundo dados do último censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perdendo apenas para capital do estado, Curitiba (LIMA, 2014, p. 87).

A grande maioria desses indígenas são Kaingang da T.I Apucarana que passam boa parte da semana, nas esquinas e semáforos, vendendo artesanato e pedindo esmolas. De acordo com a autora, que fez uma análise a partir de um estudo de público com alunos de séries iniciais sobre a relação dos sujeitos com a Arqueologia e com o passado arqueológico, aquele que se

refere à ocupação indígena na cidade de Londrina, a questão indígena no município é um problema crônico, mas ainda de pouca discussão. Em suas palavras:

Na ocasião em que o estudo de público foi desenvolvido, raramente ouvia-se falar sobre o assunto, nos debates políticos, nos meios de comunicação, nas instituições culturais etc. Tal “mascaramento” contribuiu para que o silenciamento histórico se prolongue mesmo com dados científicos que comprovaram a existência de grupos indígenas na região, o que revela que ainda resiste o discurso do “vazio demográfico”, da modernidade e do pioneirismo” (LIMA, 2014, p. 88).

O dado citado por LIMA (2014) revela que esse discurso continua a se repetir. Repete-se a imagem de um vazio que foi ocupado por migrantes e imigrantes em meados de 1920, nos tempos áureos do café. Uma história que ainda se perpetua na memória local, nos livros didáticos, narrativas de instituições culturais, meios de comunicação, entre outros.

A história da ocupação norte paranaense esteve, desde o seu início, marcada por uma série de conceitos equivocados e repleta de afirmações etnocêntricas. O outro foi relegado a um plano inferior e a construção do vazio demográfico silenciou, inviabilizou e apagou violentamente as populações indígenas, sujeitos históricos que aqui se encontravam e que acima de tudo, fortemente, aqui estão presentes.

CAPÍTULO 3: OS KAINGANG DA TERRA INDÍGENA APUCARANA

3.1 Territorialidade

A região do baixo Tibagi, onde está localizada a atual Terra Indígena Apucarana, representa apenas uma pequena parcela dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Jê meridionais. Este grupo desenvolveu um sistema de ocupação a partir de vários elementos integrados ao seu sistema social, estando fortemente ligados com o ambiente físico enquanto espaço de sobrevivência e produção cultural, em razão disso, os ecossistemas dos vales do rio Tibagi e seus afluentes são imprescindíveis para sobrevivência física e a continuidade do patrimônio cultural Kaingang, ou seja, “a preservação de uma depende, necessariamente, da outra” (TOMMASINO, 2002, p. 81).

Os *fóg*, ao chegarem em territórios de domínio Kaingang, provocaram desde o início, uma forte degradação no meio ambiente, conforme as frentes de expansão foram adentrando violentamente essas áreas nativas. Do mesmo modo, o crescimento da agricultura, pecuária e indústria fez com que as populações indígenas fossem obrigadas a viver em espaços cada vez menores e sob o domínio dos novos padrões culturais trazidos pelos invasores, o que ocasionou a perda da maior parte de seus territórios de caça e coleta. O Paraná tem, hoje, apenas 9% de suas florestas preservadas, sendo que, para a bacia do rio Tibagi, restam apenas 3,8% de sua vegetação original (SOARES & MEDRI, 2002).

Foi durante o governo imperial, em meados do século XIX, que os Kaingang passaram a viver em aldeamentos administrados por missionários ou civis, que pretendiam de todas as formas fazer com que as populações indígenas abandonassem seu padrão de ocupação territorial e suas formas de subsistência baseadas na caça e na coleta, tudo em nome do “progresso” (TOMMASINO, 1995).

A mobilidade é característica fundamental no modelo de ocupação territorial desse grupo étnico, onde costumavam se deslocar de uma região para outra constantemente durante suas longas viagens de caça, pesca e coleta. Na síntese apresentada por Rodrigues (2007), esse padrão de ocupação se dava a partir de:

[...] áreas fixas definidas pelas aldeias com duração prolongada, seguida de ocupações temporárias para atividades de subsistência. Esses locais fixos se encontram em regiões mais altas e próximas a pequenos e médios canais de drenagem, cercados por densas florestas, ao passo que os acampamentos temporários são montados nas proximidades dos rios mais caudalosos onde há abundância de animais para a caça e peixes para a pesca (RODRIGUES, 2007, p. 82).

Os acampamentos de longa duração são os descritos por Tommasino (1998) como *emã* ou *jemã* e os acampamentos temporários para atividades de subsistência eram os *wãre*. “As populações Kaingang tinham conhecimento das áreas de matas e das terras baixas nos vales dos rios, onde viviam parte do ano, quando se dedicavam à pesca de pari, cultivo de roças e à coleta” (MOTA, 2000, p. 189).

Para definição do espaço Kaingang, Tommasino (1995, p. 73) sugere que “cada território indígena, para reproduzir sua economia baseada na caça, coleta e agricultura, exigia uma área bastante larga fisicamente, mas tinha de oferecer também as condições para garantir a manutenção de sua identidade étnica”.

Além desse contexto, a autora apresenta que o ambiente de subsistência Kaingang constitui-se de uma unidade dividida em três conjuntos:

[...] composto por serras (*krin*), campos (*rê*) e florestas (*nén*) onde os grupos possam exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio de milho, abóbora, feijão e batata – doce. Esse vasto território constituía um espaço de contínuos deslocamentos dos grupos para desenvolverem suas atividades de subsistência material e reprodução social (TOMMASINO, 2000, p. 193).

Tommasino, também aponta que “antes e mesmo nos primeiros tempos do contato, cada grupo local Kaingang, possuía um subterritório próprio, com direito à exploração do mesmo, segundo regras determinadas culturalmente”. Era uma sociedade que se distribuía em vários grupos locais, onde cada grupo possuía sua área de exploração e esse contexto remete para “um código jurídico e para um conceito específico de propriedade territorial Kaingang, distinta do conceito capitalista de propriedade privada” (TOMMASINO, 2000, p. 195).

Dentro da lógica apresentada pela autora existem várias formas de propriedade na cultura Kaingang:

Direito de uso comum do território para caça e para coleta, com exceção do pinheiral, onde cada grupo tinha direito exclusivo por uma parte rigorosamente definida; propriedade individual/familiar da roça e das armadilhas de pesca; propriedade coletiva de cada grupo local pelas terras de campo onde estabeleciam seus alojamentos fixos (*emã*) (TOMMASINO, 2000, p. 2000).

Cada grupo local tinha direito a uma parcela do pinheiral e romper com esse acordo poderia decretar guerra entre os próprios grupos. Com relação as roças e o pari, estes pertenciam a quem os construía, porém, essa exploração não gerava qualquer direito de propriedade sobre a terra. Sintetizando, “o rio continuava sendo território coletivo, mas cada *pari* tinha seu dono; no caso da roça, como a agricultura Kaingang é rotativa, depois de abandonada, a roça retornava ao meio ambiente e à condição de terra coletiva” (TOMMASINO, 2000, 199).

Afirma, Mabilde (1983) que os Kaingang marcavam através de símbolos clânicos seus territórios em troncos do pinheiro Araucária.

[...] o limite entre um e outro território é assinalado na casca de um pinheiro que serve de marco de divisa. A casca é cortada com um machado de pedra, para fazer a marca de cada tribo, na posição vertical e no correr das árvores. Essas marcas são de várias formas e feitios.

[...]

Todas essas marcas são cortadas na casca do pinheiro e uma altura de oito a dez palmos acima do chão. Têm, em geral, todas as marcas mais de dois palmos de comprimento. Muitos chefes das tribos subordinadas têm aquelas mesmas marcas, em tamanho correspondente e proporcional, pintadas nas hastes de taquara de suas flechas, com uma tinta encarnada.

[...]

O território do pinheiral, compreendido entre duas marcas, pertence exclusivamente à tribo que nele habita por ordem do cacique principal e nesse território é que todos os indivíduos daquela tribo apanham o pinhão para seu sustento [...] (apud TOMMASINO, 2000, p. 196).

A cultura Kaingang e a floresta estão intimamente interligadas e etimologicamente, Kaingang significa povo do mato e sua dinâmica esteve sempre vinculada à dinâmica da natureza (TOMMASINO, 2000). Tradicionalmente eles convivem em equilíbrio com o meio ambiente, que lhes garante não só sustento físico e cultural, como também está intrinsecamente relacionado às suas cosmologias. Portanto, “a destruição destas florestas significa a destruição da própria vida Kaingang” (ANDRADE, 2015, p.24)

As atividades de subsistência, exigiam um profundo conhecimento da natureza, tanto do reino animal e vegetal quanto da astronomia e estações do ano e eram permeadas por atividades rituais e simbólicas (TOMMASINO, 2000).

Conforme Tommasino (2000) e Andrade (2015), na cosmologia Kaingang, o território não se constitui apenas no espaço físico em si, mas num lugar onde eles enterram seus umbigos quando nascem e também onde habitam os espíritos de seus ancestrais e de outros seres.

A terra de origem, onde nasce um indivíduo Kaingang e seus ancestrais, adquire um significado muito especial e ímpar para ele, a ela ele permanece simbolicamente ligado por toda a sua vida. Eles esperam ser enterrados na terra em que nasceram, na terra em que seus umbigos e a placenta estão enterrados.

[...]

Em rituais específicos, a placenta e o umbigo são enterrados nos pés de árvores Kaa e atuarão na formação do corpo kaingang, influenciando as características físicas e comportamentais daquele indivíduo (ANDRADE, 2015, p. 25 – 26).

De acordo com a pesquisa de Andrade (2015), se a árvore onde foram enterrados o umbigo e a placenta morrer ou adoecer, conseqüentemente levaria ao adoecimento do corpo da pessoa. Portanto, a degradação ambiental pode exercer fortes influências sobre o modo de vida

Kaingang, pois, além das florestas fornecerem espaços para atividades ritualísticas, elas fornecem fontes de alimento e também toda matéria prima para fabricar armas, utensílios domésticos, cestarias, cerâmica, entre outros. Sendo assim, negar o direito à terra é negar aos povos indígenas a possibilidade de viver conforme seus costumes e tradições, é, portanto, negar o direito à sua cultura, ou seja, à sua vida.

3.2 A desterritorialização e a formação da Terra Indígena Apucarana

Logo após a proclamação da República, o Governo, sob o argumento de que as populações indígenas já estavam integradas à sociedade nacional, atribuiu aos Estados o poder de decisão sobre as questões relacionadas aos indígenas, através do Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889. Esta descentralização contribuiu para que as áreas indígenas que foram delimitadas durante o governo imperial diminuíssem ainda mais.

Foi dessa maneira que se fez a maior e mais intensa ocupação pioneira do Paraná: cada palmo de terra foi, no início, conquistado pelas armas e, depois, pelo confisco que o próprio Estado e a União realizaram, para entregá-la aos colonizadores nacionais e estrangeiros (TOMMASINO, 2002, p. 82).

Até o início do século XIX, o território Kaingang compreendia toda a bacia do rio Tibagi e atualmente este vasto território foi dividido em pequenas reservas indígenas, “onde os índios vivem pressionados por invasores brancos”, sendo que algumas comportam mais de uma etnia (TOMMASINO, 2002, p. 82).

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai)⁶², as terras indígenas na bacia do Tibagi, hoje, são cinco: T.I Apucarana (Londrina – Regularizada e Tamarana - em fase de estudo), T.I Barão de Antonina e T.I São Jerônimo (São Jerônimo da Serra - Regularizadas), T.I Mococa e T.I Queimadas (Ortigueira – Regularizadas).

Como vimos no capítulo anterior, com a extinção do Aldeamento São Pedro de Alcântara, a maioria dos Kaingang foram viver em São Jerônimo, onde hoje estão localizadas as T.Is São Jerônimo e Barão de Antonina. Outra parte foi para a região da Serra Apucarana, onde foi criado pelo decreto nº 6 de 5/7/1900 o Posto Indígena Dr. Xavier da Silva, mais tarde alterado para Posto Apucarana, que segundo Novak (2015), possuía 68.536 ha. O decreto afirmava o seguinte:

O Governador do Estado do Paraná, considerando que os indígenas da tribo dos Coroados, dos extintos aldeamentos de S. Jeronymo e S. Pedro de Alcantara, no município de Tibagy, abandonaram a vida nômade, e que é de

⁶² Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em fev. 2017.

equidade que se lhes conceda um trato de terras em que se estabeleçam e se se dediquem à lavoura, a que, aliás, estão affeitos, e onde possam ir se aggremando outras tribus, que vivem na zona sita entre os rios Paranapanema, Tibagy e Ivahy; considerando que as terras daquela zona estão passando ao domínio particular, já por meio de posses feitas em tempo util, que estão sendo legitimadas, já por compra ao Estado e que, em consequencia disso, **os indígenas serão pouco a pouco dali expelidos**, si não lhes ficar reservada uma determinada área das ditas terras, para o seu estabelecimento, e as cultivarem; e usando da attribuição que lhes confere o art. 29 da lei nº 68 de 20 de Dezembro de 1892, decreta:

Artigo único. Ficam reservadas, para estabelecimento de colônias indígenas, as **terras devolutas**, sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucarantina e a Serra do Apucarana, no município do Tibagy.

Palácio do Governador do Estado do Paraná, em 5 de julho de 1900. – Francisco Xavier da Silva – Arthur Pedreira de Cerqueira (apud TOMMASINO, 1995, p. 163 – 164, grifos nossos)

O decreto, como se vê, emprega o conceito de terra devoluta, que é assegurada pela Lei de Terras de 1850, que regulamenta a propriedade privada, transformando a terra em mercadoria. Dessa forma as terras de domínio indígena, por serem consideradas devolutas, pertenciam ao poder público, assim, negando o legítimo direito desses povos sobre as áreas que tradicionalmente ocupam. “Tratava-se de efetivar uma verdadeira limpeza das terras para colonização. Todas as famílias indígenas Kaingáng ou Guarani, foram convencidas a viverem dentro dos limites das áreas reservadas” (TOMMASINO, 1995, p. 166)

Na época, os indígenas consideravam São Jerônimo e Apucarana como uma única área. “As famílias deslocavam-se de um posto ao outro e mantinham uma rede sociabilidade muito mais intensa do que hoje” (TOMMASINO, 1995, p.165). Conforme nossa relatora Kaingang⁶³ o rio Tibagi era o principal ponto de encontro:

Os índio daqui, minha mãe falava, que eles ia roçando caminho, não tinha caminhão né, carro, então eles andava a pé. Daí os de lá vinha encontrando, roçando caminho pra se encontra aqui no Tibagi. Ali eles comia o peixe com pixé e o emi (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, fevereiro de 2017).

Nas conversas com os Kaingang da T.I Apucarana, muitos confirmaram ter parentes nas T.I São Jerônimo e Barão de Antonina, ou mesmo que nasceram lá e depois mudaram-se com a família para a atual T.I Apucarana e que costumam visitar seus parentes. Este fato mostra que a mobilidade entre as T.Is continua sendo uma prática até os dias atuais.

Até a criação do Posto Apucarana, os Kaingang viviam em três aldeias: Toldo Velho, Moreiras e Rio Preto e posteriormente havia três núcleos: Moreiras, Rio Preto e Apucarana (TOMMASINO, 1995). Segundo a autora, os Kaingang que viviam na Serra do Apucarana e

⁶³ Op. Cit., p. 39

em Ortigueira eram os que viviam mais isolados ao contato. O polo de contato entre indígenas e branco era em São Jerônimo.

Com o aumento dos migrantes e imigrantes no Paraná, durante a primeira metade do século XX, intensificaram-se os conflitos entre indígenas e colonos. As autoridades políticas, buscando uma forma de liberar terras para a colonização, viram como meio, diminuir as áreas destinadas aos indígenas, “sob a alegação de regularização dos territórios e proteção aos chamados “silvícolas”, demonstrando a ideia de tutela presente na política indigenista da época, caracterizada pelo pensamento assimilacionista e integracionista⁶⁴” (NOVAK, 2015, p. 10).

Firmou-se então, em 12 de maio de 1949, um acordo entre os governos do estado do Paraná e da União, que tinha como objetivo “a regularização das terras destinadas aos índios, no território daquele Estado e a prestação de maior assistência aos mesmos silvícolas” (Diário Oficial da União nº114 de 18 de maio de 1949 – Seção I)⁶⁵. O acordo contou com a participação do então governador do Paraná, Moisés Lupion, e o Ministro da Agricultura Daniel Serapião de Carvalho.

Na cláusula terceira do referido acordo, foi determinado que para fixação das novas áreas indígenas, era preciso levar em consideração os seguintes critérios:

Cláusula terceira - tendo em vista a população indígena atualmente existente em cada um desses Postos [Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha] e adotando-se como critério básico para as respectivas extensões a área de 100 (cem) hectares por família indígena de 5 (cinco) pessoas e mais 500 (quinhentos) hectares para localização do Posto Indígena e suas dependências [...] (Diário Oficial da União nº114 de 18 de maio de 1949)

Mediante esses critérios, o território do Posto Indígena Apucarana, que abrigava, segundo Tommasino (1995), cerca de 270 indivíduos, foi amplamente reduzido para 6.300 ha,

⁶⁴ A política assimilacionista para os indígenas, teve início com as reformas pombalinas em meados do século XVIII e teve continuidade no Império brasileiro e também na República. A proposta assimilacionista visava promover a integração e extinguir as populações indígenas como grupos diferenciados, acabando com as distinções entre eles e os não índios e garantia ainda o direito às terras coletivas enquanto os indígenas não atingissem o chamado estado de “civilização”, ou seja, “ser ou não índio implicava em assegurar ou perder terras” (ALMEIDA, 2010, p. 130).

O modelo de integração defendia que “[...] as comunidades indígenas fossem rapidamente integradas economicamente à sociedade brasileira como contingente reserva de mão-de-obra para o trabalho ou mesmo como produtores de mercadorias [...]” (VILLAS BÔAS, 2003, p. 282).

A política assimilacionista/integracionista era pautada na compreensão de uma sociedade homogênea, que não leva a consideração a diversidade cultural e nesse pensamento “os índios integrados à colonização tomavam-se indivíduos aculturados e passivos que, junto com a guerra, perdiam culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência” (ALMEIDA, 2010, p. 14)

⁶⁵ A seção do referido diário oficial encontra-se disponível no site da Jusbrasil <www.jusbrasil.com.br/diariosoficiais>. Acesso em: 21 fev. 2017

ficando esse montante dividido em duas glebas conforme Ata lavrada pelos membros da Comissão do SPI e do representante do estado do Paraná em 14 de março de 1950:

Uma de 5.300 ha à margem esquerda do rio Preto, a começar na confluência deste rio no rio Apucarana Grande, rio Preto acima até abranger a igreja do bairro de rio Preto, onde deverá ser localizado o novo Posto, no lugar denominado “RUA”, pouco abaixo da dita igreja; outra de 1.000 ha, à margem direita do rio Apucarantina, abrangendo casa situada na Campininha e todas as suas dependências, inclusive invernadas [...] (apud TOMMASINO, 1995, p. 168-169)

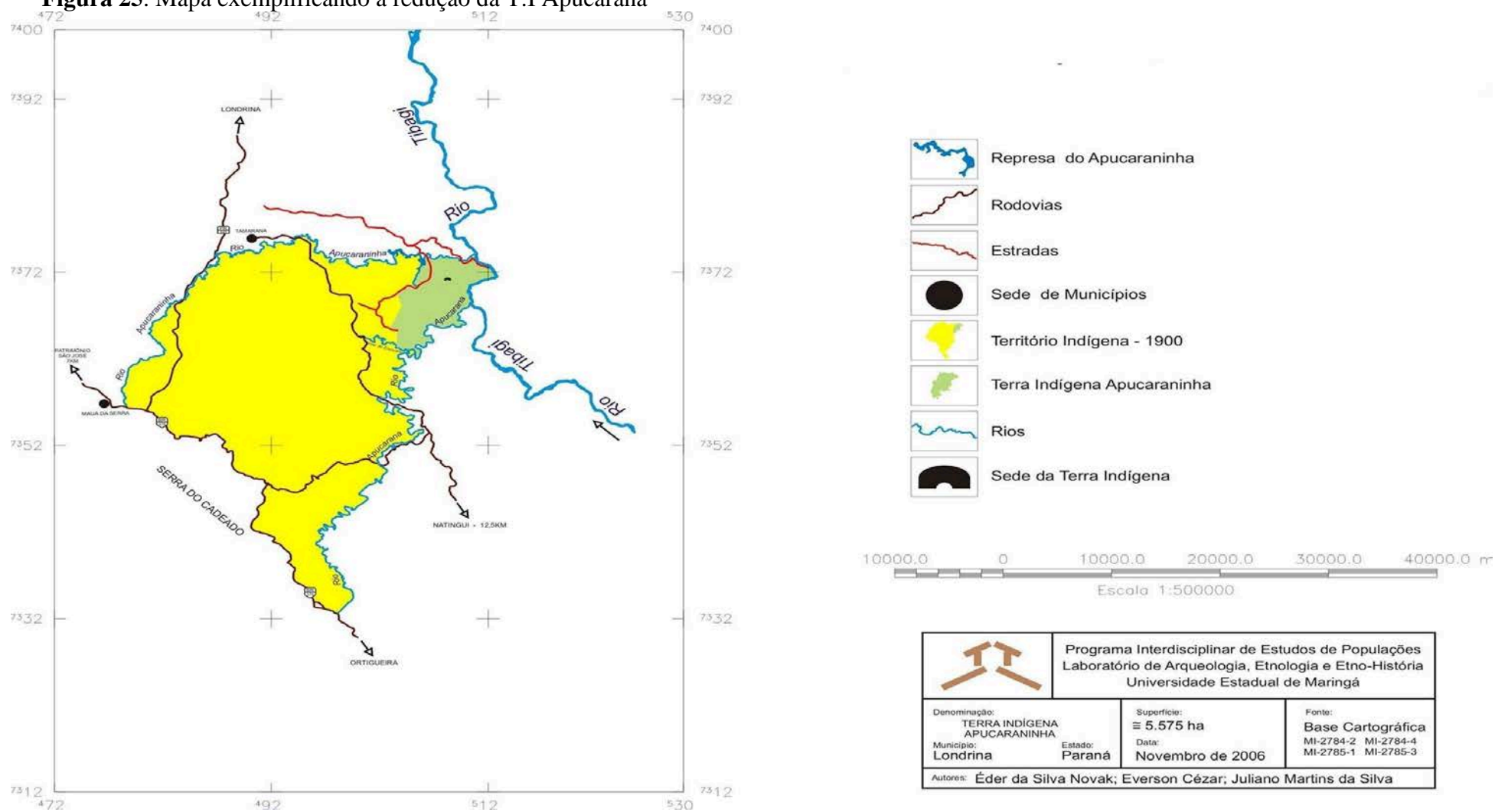
O acordo de 1949 determinava na cláusula primeira que o SPI determinaria as áreas consideradas “suficientes” aos indígenas, porém, Tommasino (1995) sugere que não houve a participação do SPI nessa determinação. Segundo a autora, várias tentativas foram feitas pelo SPI, através de proposta intermediária para impedir essa expropriação, sem, no entanto, obter sucesso. Vejamos:

O Ofício nº 173, encaminhado por Lourival da Mota Cabral, chefe da I.R.7, a José Maria da Gama Malcher, diretor do SPI, por exemplo, propõe, para conciliar os interesses de ambas as partes, 12.100 ha para o P.I Apucarana contra os 6.300 propostos. Os outros postos cuja as áreas estavam sendo contestadas eram Ivaí, Queimadas, Mangueirinha, Rio das Cobras e Faxinal. A área do Posto Barão de Antonina já tinha sido reduzida e não estava na pauta da discussão (TOMMASINO, 1995, p. 172).

Grande parte das áreas, no momento do acordo, já estavam sendo ocupadas por forasteiros que ficavam sob proteção dos representantes do SPI nos postos, “que arrendavam as terras para aumentar a renda do posto, faziam contratos com serrarias para a extração da madeira, sobretudo o pinheiro, e outros recursos do interior das áreas indígenas” (NOVAK, 2015, p. 11). A extração ilegal do pinheiro da Araucária do Posto Indígena Apucarana pode ser vista nas denúncias contidas no Relatório Figueiredo, citadas na página 109 desta dissertação.

Em 1953 houve redemarcação do território do P.I Apucarana pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e a área atual, hoje oficialmente chamada de T.I Apucarana ou Apucarantina totaliza 5.575 hectares (ISA/2000) (Figura 25).

Figura 25. Mapa exemplificando a redução da T.I Apucarana



Fonte: Novak, 2006, p. 125

A redução desse território para pouco mais de 5.5 mil ha foi feita por invasões e arrendamentos, primeiro pelo SPI e mais tarde pela própria FUNAI que dá continuidade aos arrendamentos até aproximadamente o final da década de 1970, o que acabava dando incentivo a ocupação pelos brancos (TOMMASINO, 1995).

A drástica diminuição da T.I Apucarana é retratada de diversas maneiras pela nossa informante Kaingang durante os depoimentos⁶⁶, vejamos uma das passagens:

Londrina era tudo lugar dos índio. Os índio não parava não, não tinha um lugar que nem nós aqui, uma sede, nós tamo aqui agora, mora. O índio não, vamo em tal lugar? Vamo. Aí juntava aquela roupa, não carregava nem mala. A roupa dele se cobri era tipo um lençol branco, daí dobrava assim e jogava, juntava as criançinha e ia embora [...] **aí o branco veio apertando, veio apertando, aonde tá esse montinho aqui ó.** Daí vai fala pra esses posseiro que tão aí em roda de nós, eles acham que tão certo, eles querem tá certo, mas não é (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, fevereiro de 2017).

Conforme a depoente, em tempos passados existia muita abundância de alimento, a floresta oferecia tudo o que eles precisavam, “hoje a gente pensa: o que meus filho vão comer? [...] antigamente não tinha nada disso[...] hoje tão aí, tudo doente”.

A exploração na região do baixo Tibagi, levada a cabo pela colonização, esbulhou as terras indígenas, destruindo o ecossistema de seus territórios e provocando cada vez mais a dependência política, econômica e cultural em relação às sociedades envolvidas, tendo que trabalhar para os *fóg* para garantir seu sustento.

Um fator importante a ser mencionado é que esta área demarcada não era a única ocupada pelos Kaingang na margem esquerda do Tibagi.

Havia muitos grupos espalhados ao longo do rio Tibagi que poderiam até se apresentar na sede da área demarcada, para obterem alguma vantagem ou benefícios concedidos, mas nem todos ali permaneciam, deslocavam-se para suas moradias em outras localidades. Efetivamente, há indícios de diversas aldeias fora da área demarcada tanto ao norte do rio Apucarantina como em direção ao Sul na região do Rio Preto até as proximidades dos aldeamentos da Serra do Cadeado nos divisores das águas dos rios Tibagi e Ivaí (MOTA & NOVAK, 2013, p. 96).

De acordo com nossa informante⁶⁷, ela tinha parentes na região do rio Preto e muitas famílias Kaingang viviam em suas margens, mas “hoje não se vê mais índio lá, mas lá tem cemitério de índio”.

⁶⁶ Op. Cit., p. 39

⁶⁷ Op. Cit., p. 39

3.3 Ūri⁶⁸

Os 5.575 hectares da atual T.I Apucarana estão localizados na bacia do Tibagi, na confluência dos rios Apucarana Grande ao sul e Apucarantina ao norte, a uma distância aproximada de 80 km do município de Londrina e a 25km do município de Tamarana. A área está dividida em quatro aldeias: aldeia Sede, onde reside a maioria das famílias, aldeia Barreiro, aldeia Serrinha e a aldeia Água Branca, a mais recente, criada em 2011.

A população total é de 1752 pessoas, segundo os dados mais recentes (ISA/2014)⁶⁹. A maioria desse total é representado pela etnia Kaingang, mas também residem no local alguns Guarani, Xokleng e poucos brancos.

Na aldeia Barreiro há um posto de saúde, porém sem atendimento médico e uma escola, a Escola Estadual Indígena Roseno Vokrig Cardoso que oferece a Pré-Escola e Ensino Fundamental.

Na aldeia Sede, há um posto de saúde com atendimento médico e duas escolas, a Escola Estadual Indígena João Kavagtan Vergílio que atende Pré-escola e Ensino fundamental e o Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag que atende Ensino fundamental e médio. As escolas oferecem educação bilíngue e a língua portuguesa só é introduzida a partir do 3º ano do ensino fundamental⁷⁰.

Há também um salão de baile, Venh Kar e uma cadeia, onde os Kaingang podem ficar presos por diversos motivos, como: bebedeiras, brigas, adultério, insubordinação, entre outros. Geralmente é o cacique que decide a pena a ser imposta. Dependendo do crime cometido existe uma articulação entre a lei interna⁷¹ da comunidade e a “lei dos brancos”. De acordo CIMBALUK (2013) o caso de assassinatos é marcante nesse sentido. Antigamente, ainda segundo o autor, era usado as prisões no tronco, ao invés da cadeia e costumava-se exigir

⁶⁸ Tempo atual (hoje), conforme Dicionário Kaingang – Português e Português – Kaingang da profª Drª Ursula Gojtéj Wiesemann (2011, p. 91).

⁶⁹ Os dados sobre a delimitação atual da área e o último levantamento demográfico podem ser acessados no site do ISA <www.socioambiental.org/terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas>. Acesso em: 14 mar. 2017.

⁷⁰ Foi em 1999, por meio do Parecer 14 e da Resolução 03, que o Conselho Nacional de Educação, interpretando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Constituição Federal de 1988, instituiu a criação da categoria escola indígena nos sistemas de ensino do país. Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal e pela LDB, a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas (FUNAI – Educação Escolar indígena. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena> . Acesso em: 13 mar. 2017.

⁷¹ Sobre o sistema jurídico Kaingang, consultar RAMOS, Luciana Maria de Moura. Vénh Jykré e Ke Há Han Ke: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, UNB, Brasília, 2008.

trabalho forçado ou outros tipos de compensação pelos danos causados. Além da cadeia, outro tipo de pena também pode ser imposta ao acusado, como ser expulso da T.I.

A maioria das casas são de tábuas ou alvenaria e todas que fui convidada a entrar eram de chão batido, ao menos na cozinha, onde costumava acontecer as conversas, sempre regadas a muito café. Foi possível constatar também, algumas moradias construídas com madeira roliça, algumas ripas de bambu e cobertas com telhas de amianto ou lona, que serve também para tampar as frestas existentes entre os roliços.

A presença de igrejas⁷² dentro da T.I é bem marcante, predominando as evangélicas de diferentes denominações. As igrejas passaram a marcar as aldeias indígenas a partir dos trabalhos missionários, com as reduções jesuíticas e foi a partir de 1950 que as igrejas evangélicas passaram a fazer parte deste contexto. Com as transformações ocorridas a partir da presença dessas igrejas e da política indigenista, o sistema xamânico Kaingang “centrado no *Kuiã* passou a sofrer censuras perseguições e acusações de feitiçaria” (CIMBALUK, 2013, p. 88).

O xamanismo Kaingang pode ser interpretado como:

[...] um saber guiado, o xamã kaingang é denominado de kujá, e guiado por seu iangré, ele está seguro para transitar entre os mundos natural e sobrenatural, localizar e comunicar-se com os espíritos que estão no Numbê ou “mundo dos mortos”. O guia do kujá, segundo a bibliografia, pode ser um espírito de vegetais, animais, como também de santos do catolicismo popular. O kujá não é detentor do conhecimento, são os iangrés que o dirigem, que lhe possibilitam o trânsito entre os mundos, a realização de rituais de cura e que lhe mostram os remédios do mato. Portanto, o kujá é aquele que, no processo de cura, realiza a mediação entre os seres imateriais e a população (ANDRADE, 2015, p. 98).

Os indígenas que conversei na T.I Apucarana, afirmaram que não existem mais muitos *Kuiã*, dizem existir alguns curadores indígenas, mas sobre a influência do catolicismo. Nas palavras de nossa interlocutora Kaingang que é evangélica:

Hoje em dia a gente passou pro lado do não índio [...] remédio a gente tem no postinho do índio, qualquer coisinha o índio vai no hospital, até pra ganhar nenê tem que ir pro hospital. Eu ganhei meu filho tudo na casa e tão vivo até hoje. Ele que é meu companheiro (esposo), que cortava o cordão umbilical [...] cortava com foice [...] a única faquinha que eu tinha meus menino estavam brincado e perdo [...] então era assim [...] tinha muito *kuiã*, daí eles, se ficava uma criança doente, ele que ia fazê os trabalho, benzê [...] hoje em dia não tem mais, hoje em dia é mais os espiritista, usa muito santo, já os *kuiã* não usava santo (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, junho de 2016)⁷³.

⁷² Para informações sobre a presença de igrejas em terras indígenas, consultar ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Análise Antropológica das Igrejas Cristãs entre os Kaingang: Baseada na Etnografia, na Cosmologia e no Dualismo. Tese de Doutorado – PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

⁷³ Op. Cit., p. 39

A interlocutora ainda relata que eles usam muito os “remédios do mato”, mas muitas vezes eles têm “que procurar a cura com o não índio, porque as doença de hoje não são mais as mesma que nós curava com as planta, por isso que temo que procurar a ajuda deles”. Afirma também que é comum o branco vir até a T.I para procurar a ajuda dos indígenas na cura de suas doenças.

O depoimento afirma que ocorreram algumas alterações e ressignificações em relação à cura e ao xamanismo, no entanto, não sugere que os *kuiã* foram extintos com a intrusão das religiões do branco e nem que os rituais de cura deixaram de ser praticados.

Os Kaingang recriaram suas práticas médicas incorporando elementos exógenos, porém não abandonaram os elementos de suas práticas, mostrando-se sujeitos de sua história e agentes de sua própria cultura e ainda evidencia o entrecruzamento cultural entre os indígenas e a sociedade envolvente. Conforme Cuche (1999, p. 129), não há cultura unicamente doadora e nem cultura unicamente receptora. “A aculturação não se produz jamais em mão única”.

Senti uma certa resistência dos indígenas em falar sobre o xamanismo, mostraram-se não se sentir à vontade de explanar o assunto em minha presença, dessa forma respeitei o limite das conversas e não persisti ao tema. Um dos fatores dessa resistência, pode estar ligado ao fato do complexo xamânico ter sido censurado pelas igrejas católicas e evangélicas⁷⁴.

Os Kaingang da T.I Apucarana mantêm contato regular com os *fóg*, dependem substancialmente dos meios externos para sua sobrevivência, perdendo parte considerável de sua autonomia cultural por força das pressões a que foram submetidos, principalmente pelas alterações ambientais em seus territórios. Sofreram influências dos outros, mas não podemos esquecer que também influenciaram, colaborando assim com as transformações culturais.

Atualmente, as principais atividades econômicas realizadas na T.I incluem os trabalhos agrícolas, empregos formais e informais dentro e fora da T.I e a venda do artesanato. Além disso contam com alguns benefícios sociais.

O trabalho agrícola se dá por meio de plantações em roças particulares e coletivas, onde o cacique e seus designados fazem a distribuição da produção. A grande maioria do que é produzido é para consumo próprio, mas também existe o plantio com fim comercial para dentro e fora da aldeia. Dentre os produtos que observamos serem os mais cultivados estão o café, milho, soja, feijão, arroz, mandioca, abóbora, cará e batata doce. Algumas vezes, as roças são

⁷⁴ Eduardo Tardeli de Jesus Andrade, em sua dissertação de mestrado intitulada “Kaga inh, hãrá inh há é: processos de enfermidade e cura entre os kaingang da Terra Indígena Apucarana” (2015) aborda com mais intensidade a questão dos *Kuiã* e dos rituais de cura entre os Kaingang da T.I Apucarana.

complementadas com hortas nos quintais das casas onde plantam alguns legumes e frutas e também cria-se gado, porcos e galinhas.

Muitos indígenas possuem empregos dentro da aldeia, principalmente nas escolas e nos postos de saúde. A contratação é centralizada nas famílias que possuem histórico de escolarização, principalmente o trabalho de professor indígena que exige formação superior, ainda que incompleta (CIMBALUK, 2013). Nas escolas são contratados também professores indígenas Kaingang de outras T.Is, bem como professores não indígenas.

Não realizamos levantamento sobre os trabalhos fora da aldeia, mas nas bibliografias analisadas foi possível constatar a demanda principalmente na construção civil, comércio varejista e trabalhos em fazendas e sítios do entorno da T.I (CIMBALUK, 2013).

Desde os primeiros contatos com as sociedades envolvidas, os Kaingang, assim como outros grupos autóctones “sofre com a resistência física e cultural e com prejuízos econômicos, culturais, territoriais e demográficos, ao longo dos séculos” (CAVALCANTE, 2014, p. 164). Com isso foram forçados a buscar outras formas de subsistência e hoje, para os Kaingang da T.I Apucarana, assim como para as demais etnias indígenas do país, o artesanato tornou-se uma relevante fonte de geração de renda, para algumas famílias é a base do sustento.

3.3.1 Registros sobre o artesanato na T.I Apucarana

O artesanato indígena carrega técnicas milenares e representa acima de tudo, a essência de um povo, seu modo de vida, seus costumes, identidade e o simbolismo do grupo étnico que o produziu. O papel fundamental do artesanato é “testemunhar a vida, dar peso, importância, felicidades ao cotidiano, seja pela eficácia mágica atribuída aos objetos rituais e de adorno, seja pela própria utilidade intrínseca das peças destinadas à facilitação do existir” (RIBEIRO, 1983, p. 147).

A cultura material Kaingang conserva elementos da história e evoca aspectos de seu modo de vida, são documentos para construção do conhecimento histórico. “A simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente” (MENESES, 1998, p. 21).

É fato que a cultura material Kaingang se transformou muito ao longo do tempo, em decorrência do contato com as sociedades envolvidas, a exemplo da passagem do vasilhame cerâmico ao uso da panela de metal, bem como a simbologia dada ao artesanato, antes restrito ao fabrico de armas, instrumentos musicais com fins religiosos, foi sendo retomado pelas

sociedades indígenas pouco a pouco, passando a ser fonte de renda e vendidos nas ruas e centros culturais, gerando assim, novos significados, voltados agora para à necessidade de subsistência.

A cerâmica, um dos elementos de referência Kaingang em sítios arqueológicos, não é mais produzida na T.I. Algumas informações sobre uma anciã indígena que detêm o conhecimento da técnica nos foram mencionadas durante a pesquisa de campo, porém, constituíram informações bastante desconhecidas quanto a localidade e descendência étnica da artesã (ora Kaingang, ora Guarani) o que dificultou sua localização⁷⁵.

É bastante comum andar pelo território da T.I Apucarana e se deparar com fragmentos cerâmicos na estrada, áreas de lavoura e em qualquer local que o sedimento esteja revolvido.

No dia 27/10/2016 fomos informados sobre alguns artefatos cerâmicos que estavam no Centro de Memória e Cultura Kaingang (CMCK)⁷⁶, localizado na aldeia Sede, então nos dirigimos até o local para verificar a informação. Tratava-se de uma grande quantidade de fragmentos Tupiguarani pós-contato⁷⁷ que haviam sido encontrados na aldeia Barreiro por um dos coordenadores indígenas do Centro, Silas Nivyg Pereira⁷⁸.

O grupo do CMCK, juntamente com o cacique Natalino Marcolino, mostraram-se bastante interessados pelo tema, pois pretendem construir no local um Museu Indígena. Os coordenadores não-indígenas, Luiz Henrique Mioto, Eduardo Tardeli e Rafael Rosa, após uma reunião com o cacique, que decidiu que as peças ficariam no local, nos convidaram para ministrarmos uma oficina sobre limpeza e acondicionamento de material cerâmico.

Aceitamos o convite e no dia 17/11/2016 a oficina foi realizada no próprio CMCK. Além das técnicas de acondicionamento de material arqueológico, foram abordados temas sobre a cultura material Kaingang, técnicas de produção cerâmica a partir de dados

⁷⁵ A informação foi coletada no final da etapa de campo e devido ao curto espaço de tempo para conclusão do mestrado, não foi possível localizar a artesã.

⁷⁶ Espaço de cuidado e fortalecimento da cultura tradicional e contemporânea dos Kaingang, onde se guarda e cria acervos de memória kaingang e demais culturas indígenas. Espaço onde se promove debates, ações, pesquisas, circulação e projetos sobre a memória e cultura kaingang. Espaço de capacitação de agentes culturais kaingang e de exposição da memória material da comunidade da TI Apucarantina. Espaço de encontro e troca cultural da comunidade e Museu Indígena. O Centro conta com o apoio e financiamento da COPEL, Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Ministério da Cultura, Governo Federal, Pontos de Memória e Vênha Kar Programa Kaingang do Apucarantina. Disponível em < <http://cmckaingang.blogspot.com.br/p/sobre-o-cmck.html> > Acesso em: 15 mar. 2017

⁷⁷ O conjunto apresentava fragmentos de base, alça e tampa, características comuns na cerâmica pós-contato.

⁷⁸ No dia 22/11/2016 acompanhamos o CMCK em uma visita no local onde os vestígios foram encontrados. As atividades desenvolvidas foram apenas o registro fotográfico, marcação de coordenadas e coleta de uma pequena amostragem de material de superfície. Não foram realizadas intervenções de solo. As informações e o material coletado encontram-se armazenadas no CMCK, que foi devidamente informado sobre a importância do registro do Sítio Arqueológico junto ao IPHAN. Os responsáveis confirmaram que antes de qualquer ação o tema seria discutido com o cacique.

arqueológicos e etnográficos, medidas a serem tomadas quando se encontra um sítio arqueológico e a importância da preservação dos mesmos. Participaram da oficina indígenas e não-indígenas que fazem parte do projeto do CMCK (Figuras 26 e 27).

Figura 26. Atividades na oficina



Fonte: Acervo autora

Figura 27. Fragmentos cerâmicos



Fonte: Acervo autora

Durante as atividades questionamos sobre a possível anciã Kaingang que ainda detinha o conhecimento da técnica de produção cerâmica, mas ninguém soube informar, muitos inclusive, afirmaram que essa técnica não existe mais entre os moradores da T.I.

O artesanato fabricado hoje, é essencialmente o mesmo conjunto de objetos descritos na análise do material etnográfico musealizado, acrescentando brincos, colares e filtro dos sonhos. Os produzidos em maior escala são os cestos e balaios, voltados quase que inteiramente para o comércio.

De acordo com os Kaingang da T.I, a produção do artesanato é uma tarefa em conjunto entre homens e mulheres, mas durante as observações de campo, não presenciamos homens produzindo, somente mulheres que costumam trabalhar em frente à suas casas, sempre com crianças observando a produção.

Em uma de nossas visitas à aldeia Sede, solicitamos a autorização de uma artesã para registrarmos sua produção artesanal, visando descrever a prática. Tratava-se de uma senhora que possuía entorno de 50 a 60 anos e estava em frente à sua casa preparando a taquara⁷⁹ para

⁷⁹ Bambus e taquaras botanicamente pertencem à família *Poaceae*, subfamília *Bambusoideae* e ocorrem em todos os continentes, exceto no Europeu. O Paraná apresenta grande diversidade em espécies lenhosas de bambu (SCHWARZBACH, 2008)

o trançado. A artesã permitiu a observação, mas não se mostrou disposta a nos dar o depoimento. Sua filha então intermediou o diálogo. De modo a preservar a identidade da artesã e sua filha, não citaremos nomes⁸⁰.

De acordo com as informações coletadas, a mãe e a avó da artesã também produziam cestarias e o conhecimento foi passado de geração a geração, todos produzem artesanato na família, mais as mulheres, mas os homens também ajudam.

Enquanto estávamos fazendo a observação, o filho da artesã chega em uma moto trazendo um feixe de taquara amarrado com uma espécie de cipó, para a produção do artesanato. Conforme Cavalcante (2014) a coleta depende de vários fatores:

[...] da quantidade de artefatos a serem produzidos; dos tipos e tamanhos dos artefatos; das intempéries do período de coleta; da lua do período de coleta, pois as artesãs possuem a crença de que, se for lua nova, os artefatos estragam. As artesãs kaingang acreditam que, se colherem a taquara, o bambu ou a criciúma nesta lua, os cestos darão bichos, se desfazendo em pó. A lua cheia é a melhor época para a colheita destas matérias-primas (CAVALCANTE, 2014, p. 205).

Os fatores levantados por Cavalcante foram confirmados pela filha da artesã, relatando ainda que a matéria prima natural está ficando cada vez mais escassa e que é preciso ir muito longe para coletá-la. Com a carência da matéria prima natural estão produzindo a cestaria utilizando também materiais sintéticos.

⁸⁰ Durante a pesquisa de campo sentimos uma certa resistência por parte dos indígenas em participarem da pesquisa, alguns reclamaram dos pesquisadores que adentram a T.I e se apropriam de sua cultura e imagem sem autorização, para produzirem seus trabalhos acadêmicos.

Figura 28. Matéria prima coletada no território da T.I para produção do artesanato.



Fonte: Acervo autora

Não evidenciamos objetos fabricados pelos Kaingang da T.I Apucarana feitos exclusivamente de material sintético, como os da Associação Indigenista Assindi de Maringá, PR (figura 18). Geralmente usam a matéria-prima artificial somente para o acabamento das peças.

De acordo com a informante o primeiro passo depois da coleta da matéria prima, é fazer uma raspagem superficial da taquara, a fim de tirar as farpas e deixar o produto mais liso. Em seguida a taquara é posta ao sol para secar e dividida em partes. Dessas partes são tiradas lâminas bastante finas, que são raspadas até ficarem maleáveis para trançar. Esta etapa estava sendo realizada no momento pela artesã, que sentada no muro da sua casa preparava as lâminas da taquara com o auxílio de uma faca. As figuras 29 e 30 mostram a prática.

Figura 29. Artesã preparando a matéria prima para o trançado



Fonte: Acervo autora

Figura 30. Lâminas de taquara



Fonte: Acervo autora

O processo para o preparo de cada matéria prima se diferencia e também se assemelha, havendo em outras pesquisas a descrição de diferentes formas de preparo, portanto, esta etapa de produção depende da matéria prima a ser utilizada. A documentada aqui é a produção a partir da taquara. Cavalcante (2014) aponta também o uso das seguintes plantas com nomes populares ou denominações em Kaingang: bambu, cana-brava, sapê, guaiambê⁸¹, penú-a-pê⁸² e criciúma e enfatiza que as artesãs à época de sua pesquisa trabalhavam somente com a taquara, bambu e as vezes com a criciúma, pois esta última diziam dar muito trabalho para coletar na mata ciliar⁸³.

Depois da matéria prima preparada as talas são tingidas, geralmente usando anilina, que é comprada no comercio regional, principalmente em Tamarana e no Distrito de Lerrovile. O tingimento também pode ser feito a partir de produtos extraídos da floresta, porém atualmente

⁸¹ Planta que produz uma fibra usada no acabamento do artesanato de cestaria trançada, mas que no momento as artesãs não utilizam mais, pois tem dado muita coceira nas mãos. A antropóloga da Prefeitura disse que elas perderam a técnica de manejo desta planta (CAVALCANTE, 2014, p. 148).

⁸² Tipo de cipó encontrado na região e assim denominado pelas artesãs e escrito desta forma pela líder do Kre. Quando fervido junto às fibras, produz a tintura natural vermelha (CAVALCANTE, 2014, p. 148).

a prática é quase nula, devido a dificuldade de encontrar os insumos no território da T.I e também pelo fato que as tinturas industrializadas proporcionam uma maior variedade de cores.

Cavalcante (2014) que fez o registro dessa prática com o tingimento a partir de corantes naturais, descreve que as cores poderiam ser extraídas “de vegetações como o urucum ou de um cipó denominado pelos kaingang de *kó-mrur penú-vá-pé*. Essas duas vegetações produzem tons da cor vermelha. A cor preta é retirada do carvão” (CAVALCANTE, 2014, p. 207). De acordo com Loureiro Fernandes (1941) a casca da araucária também propiciava cores em tons avermelhados.

Com as talas tingidas e secas, se dá o início do trançar, que segundo a filha da artesã é a etapa que demanda mais tempo e prática.

No dia a artesã só iria preparar as lâminas da taquara, mas prontamente buscou alguns abjetos que já havia iniciado em dias anteriores, todos produzidos a partir do trançado *Krepe* (Figura 31). Aliás, toda a cestaria observada na T.I e nas vendas fora da aldeia, apresentam esse tipo de trançado, não foi evidenciado nenhum objeto trançado a partir do *Tipiti*. Segundo a informante, os que sua mãe mais gosta de produzir são os cestos grandes, usados para guardar roupas e, os pequenos, relatando ainda que esses são os mais fáceis de vender.

Figura 31. Cestos confeccionados pela artesã Kaingang



Fonte: Acervo autora.

Ao perceber que um dos cestos apresentava alças de material plástico nas laterais, mas não apresentava os pés, característica comum na cestaria Kaingang contemporânea, questionei se os mesmos seriam agregados. A filha da artesã respondeu prontamente: “nesse daí não, mas a gente coloca quase sempre”. Na cestaria tradicional os cestos costumavam apresentar a base mais arredondada e não eram providos de pés, assim como as características da cerâmica pré-contato.

Sobre a adaptação de pés nos balaios, Kimmiye Tommasino sugere que:

Os próprios compradores brancos, que em geral eram as mulheres, não queriam que os cestos ficassem no chão por causa da umidade. Inventaram então de pôr os pezinhos que acabou se tornando o padrão atual, mais adequado à exigência do mercado (TOMMASINO, 1998, p. 69).

A ideia do motivo decorativo, significado dos grafismos e cores utilizadas, também foram questionados. A resposta foi de que não tem significado nenhum “a gente aprendeu assim, é só pra enfeite mesmo”. É possível que a mãe da depoente, que estava a produzir o artesanato soubesse nos dar alguma informação sobre os grafismos, já que um fator bastante observável na T.I, a partir dos diálogos com os mais velhos, foi o de que os jovens não se interessam mais pelos saberes ancestrais de seu povo. Em outras ocasiões, para artesãs que vendiam o artesanato em Londrina, também realizamos o questionamento sobre os grafismos e tivemos a mesma resposta. Para Silva (2001) o que prejudicou a valorização cultural, principalmente por parte dos jovens foi o longo e difícil processo histórico-cultural de contato, mas faz um adendo importante sobre o fato:

[...] que pode indicar tanto que os jovens estão se afastando dos aspectos “tradicionais” de sua sociedade como que o conhecimento de tais questões depende da idade do interlocutor, isto é, este conhecimento vai ser adquirido mais tarde, na maturidade, por exemplo” (SILVA, 2001, p.169)

Consideramos a hipótese de Silva, de que o conhecimento pode vir a ser adquirido pelos jovens na maturidade, como um fator preponderante, pois, o que pudemos observar, é que a maioria dos jovens não deixaram de produzir sua cultura, eles sabem confeccionar o artesanato para venda e produzir nestes, suas marcas, mesmo não sabendo com assertividade os nomes dos trançados e os significados dos grafismos.

Sendo assim, podemos interpretar, que ao longo do tempo, os conhecimentos ancestrais vão sendo adquiridos pelos jovens a partir da convivência com os mais velhos e também novas técnicas e novos saberes vão sendo agregados a sua cultura a partir da convivência com outros grupos étnicos. Afinal, um dos atributos inerentes às culturas é de que elas são essencialmente

dinâmicas e podem ser pensadas “como algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados” (CUNHA, 2009, p. 239)

Após a produção de uma certa quantidade de objetos, esses são levados às cidades mais próximas para comercialização, geralmente pela família que os produziu. Segundo alguns indígenas as crianças que ainda não frequentam a escola sempre acompanham os pais na venda. Quando saem da aldeia, seja para venda de artesanato, compras ou outros afazeres, sempre que possível, procuram sair em família. Conforme suas tradições deslocam-se sempre em grupos de parentesco.

O deslocamento geralmente é feito em ônibus convencionais ou com o caminhão da Associação de Moradores da Terra Indígena Apucarana⁸⁴ e sempre viajam mais de uma família juntas.

O artesanato é vendido ou trocado por outros produtos às margens das rodovias, centros urbanos, principalmente em esquinas e semáforos e em algumas feiras que eventualmente são realizadas. Também foi observado a venda de produtos indígenas nas lojas e supermercados de Tamarana (figuras 32 e 33). Foi quando surgiram as primeiras povoações que o artesanato indígena feito para uso, começou a ser vendido esporadicamente. “Portanto, foram atividades novas iniciadas pelas avós dos Kaingang contemporâneos” (TOMMASINO, 1998, p. 68).

⁸⁴ A Associação de Moradores obtém seus recursos pelo recebimento do ICMS ecológico, revertimento de imposto do governo estadual a municípios com áreas de conservação ambiental. No caso de Terras Indígenas, prevê-se a destinação a estas de 50% do valor revertido, mas tal valor é disponibilizado via prefeitura, o que muitas vezes causa dificuldade em seu acesso efetivo pela comunidade (CIMBALUK, 2013, p. 105).

Figura 32. 1ª Feira Afro-indígena. Calçadão de Londrina – 14/05/2016. Artesanato da Terra Indígena Apucarana/Aldeia Água Branca



Fonte: Acervo autora

Figura 33. Venda de artesanato indígena no Supermercado Bom Dia. Tamarana, PR.



Fonte: Acervo autora

A Prefeitura de Londrina, através da coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, integrada com outras Secretarias Municipais: de Saúde, Educação, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura, vem desenvolvendo um Programa de Atendimento aos Kaingang desde 1993 e através desse programa, em 1999 foi criado o *Vãre* – Centro Cultural Kaingang, localizado na Av. Dez de Dezembro, às margens do ribeirão Cambezinho⁸⁵. O local seria direcionado à venda e divulgação da cultura material Kaingang e também serviria como abrigo para as famílias indígenas durante a venda do artesanato na cidade. Devido as condições insalubres, o *Vãre* foi desativado, mas algumas famílias indígenas ainda acampam no local em situações precárias em barracos de lona, correndo sérios riscos, pois estão próximos a Via Expressa, área de muitos acidentes.

Antes da construção do *Vãre*, os Kaingang de Apucarantina já costumavam acampar em barracos de lona nos terrenos baldios da Av. Dez de Dezembro (figura 34). Esses acampamentos temporários na cidade nos remetem aos antigos acampamentos *wãre*, que eram construídos na floresta durante o período de caça. Esse costume tradicional de deslocamento e habitação continua, só que agora ao invés da caça o motivo é a venda do artesanato e ao invés da floresta o ambiente é a cidade. Lembrando que Londrina era parte de seu território de caça, pesca e coleta. “Os Kaingang encontraram na venda do artesanato uma forma de (re)territorialização em espaços hoje ocupados por brancos” (TOMMASINO, 1998, p. 66).

⁸⁵ Por ser uma área de preservação permanente nada mais pode ser construído no local. A Prefeitura Municipal de Londrina pretende fazer a restauração da APP.

Figura 34. Acampamento Kaingang Av. Dez de Dezembro 1996



Fonte: Museu Histórico de Londrina – Acervo Kimiye Tommasino

Há aproximadamente três anos, o *Vãre* foi substituído por uma casa de passagem, localizada no antigo centro de moagem de resíduos sólidos na zona sul de Londrina (figura 35). O alojamento temporário é destinado para as famílias que deixam a T. I e vão vender seus artesanatos na cidade. O local é bastante afastado do centro de Londrina, onde os indígenas costumam comercializar seus produtos, cerca de 10 km.

Ao visitarmos o local, no dia 14 de março de 2017, conversamos com o Sr. Pedro Kagrekág um dos responsáveis pelo controle da casa de passagem⁸⁶. Segundo ele, o local costuma abrigar cerca de cinco famílias, que podem permanecer por no máximo vinte dias, tempo hábil para negociarem seus artesanatos.

No local tem água encanada, luz elétrica, banheiro, quartos, cozinha, além de um barracão sem portas e janelas que é utilizado para armazenar o artesanato e também para as famílias se alojarem. De acordo com nosso informante, o barracão será destruído pela prefeitura e em troca serão construídas algumas casas para que as famílias tenham melhor infraestrutura.

No dia de nossa visita as famílias já haviam retornado a Apucarantina, mas com a permissão do Sr. Pedro entramos no local para observação. Pelos vestígios deixados, percebemos que as famílias dão preferência para alojarem-se no barracão ao invés dos quartos, pois lá havia um fogão improvisado, marcas de fogueira no chão, um sofá e alguns colchões

⁸⁶ O Sr. Pedro fica alojado no local com sua família de segunda à sexta-feira e retorna aos finais de semana para aldeia. Seu cargo foi designado pelo cacique da T.I, Natalino Jagu Marcolino.

(figura 36). Observamos que ali, recriaram um espaço típico de suas antigas moradias, onde dormiam no chão ao redor do fogo. Também foi observado uma grande quantidade de carrinhos de bebê que, segundo o Sr. Pedro, costumam utilizá-los para o carregamento dos balaios (figura 37).

Devido à distância até o centro da cidade, para comercializarem seus produtos, precisam pegar um ônibus circular a partir de um ponto que fica cerca de 2 km do local, fato que dificulta e encarece o custo da venda, por isso, conforme o Sr. Pedro, algumas famílias ainda resistem no antigo Centro de Cultura Kaingang Vãre.

Figura 35. Vista geral casa de passagem



Fonte: Acervo autora

Figura 36. Colchões e fogão improvisado. Parte interna do barracão



Fonte: Acervo autora

Figura 37. Carrinhos de bebê utilizados para o transporte do artesanato



Fonte: Acervo autora

A nova simbologia dada pelos Kaingang aos carrinhos de bebê, considerada uma cultura material não indígena, nos remete ao que Carmem Junqueira (2002) denomina de “capacidade de simbolizar”, uma qualidade humana, segundo a autora, de atribuir novos significados a fenômenos e objetos.

Nesse sentido, pode-se dizer, então, que o símbolo é arbitrário. Isto é, não guarda a relação necessária com o fenômeno a que se refere. A prova disso é

que povos diferentes atribuem valor e significados diversos a fenômenos iguais. E mais ainda, constatamos que numa mesma sociedade os símbolos se alteram no decorrer do tempo [...]. Quando dizemos então que o símbolo é arbitrário, referimo-nos também a sua característica de ser mutável, transitório (JUNQUEIRA, 2002, p. 14).

A utilização dos carrinhos para o transporte do artesanato pode ser vista como uma busca criativa para solucionar os problemas que advém das situações do contato, o que acabou os obrigando a buscar novas formas de subsistência. Afinal, como transportar seus produtos artesanais por 2 km até o ponto de ônibus? Os carrinhos foram a solução prática para o momento.

É importante ressaltar que mesmo tendo seus territórios tradicionais expropriados e sendo obrigados a adotar novos padrões culturais frente a modernidade e a imposição da sociedade dominante, “a proletarização dos índios não significou a sua dissolução social e cultural tal como previam algumas teorias antropológicas do passado [...] os Kaingang continuam se reproduzindo enquanto grupo etnicamente diferenciado” (Tommasino, 1998, p. 68). Como argumenta Frederik Barth “[...] as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que a atravessam” (BARTH, 2000, p. 26). Ou seja, para o autor as diferenças podem permanecer apesar do contato interétnico e interdependência dos grupos.

Não há dúvidas de que a presença do *fóg* interferiu significativamente na cultura Kaingang, mas isso não significa que deixaram de ser Kaingang. Essas interferências não acarretaram em perdas de identidade, mas fizeram surgir novas identidades. Nenhuma cultura é estática, todas mudam com o tempo, dessa forma os Kaingang construíram sua própria história e sua identidade a partir das ressignificações de sua cultura.

A identidade, para o teórico cultural Stuart Hall, é algo formado através de processos inconscientes ao longo do tempo e está sempre em formação. “Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre sendo “formada” (HALL, 2005, p. 38). Para o autor, não deveríamos falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos vê-la como um processo em andamento.

Dentro desse contexto de reelaboração cultural, existem as permanências, onde os Kaingang reafirmam sua identidade. Temos como exemplo a mobilidade que continua sendo uma característica fundamental no modelo de ocupação territorial Kaingang. Antes a mobilidade se dava por meio da caça, pesca e coleta, atualmente o deslocamento continua por meio dos trabalhos fora da aldeia, ingresso em Universidades, visitas à parentes que passaram a residir em outras T.Is, viagens para compra de produtos industrializados e a venda do

artesanato que é realizada fora da aldeia. Conforme Tommasino (1998, p. 69) “ Mesmo tendo alterado seu modo de vida, os Kaingang não perderam seu *ethos* caçador-coletor”.

O artesanato é outro elemento cultural que passou por alterações simbólicas, agregando novas práticas e estéticas para atender ao mercado, mas continua sendo de vital importância para sobrevivência, é dele que os Kaingang tiram seu sustento e imprimem sua identidade. Como sugere Cavalcante (2014):

Esta produção, embora vise à geração de renda, tem permitido a preservação da cultura material e visual indígena. Ao reinventarem modelos para atender ao mercado, os kaingang preservam sua cultura, garantindo a sua reprodução social, marcando desta forma sua identidade étnica (CAVALCANTE, 2014, p. 221).

Atualmente, muitas mudanças são notadas na produção dos objetos artesanais, como nas formas, funções, matéria-prima (uso de materiais sintéticos e corantes artificiais), simbologia, entre outros, para atender ao mercado. No entanto, isso não significa uma perda cultural, uma substituição de valores e nem mesmo que esses objetos deixaram de ser representativos da cultura Kaingang, mas sim, significa uma inovação, que resulta em novas estratégias e novos fenômenos, pois não deixaram de produzir sua cultura na técnica do trançar, nem mesmo de imprimir suas marcas clônicas, por meio de seus grafismos geométricos.

Ainda podem ser citadas as práticas de cura e xamanismo que passaram por alterações, mas não deixaram de existir, os deslocamentos em grupos familiares que ainda são praticados, a forma como ocupam a casa de passagem que nos remete aos *wãre*, entre tantos outros elementos que mostram que os valores tradicionais não desapareceram. Podemos dizer que os Kaingang recriaram seu ambiente em um território que foi dominado pela cultura ocidental. “[...] mesmo submetidos, os Kaingang desenvolveram estratégias de resistência cultural e política que lhes permitiram manter a sua especificidade étnica” (TOMMASINO, 1998, p. 69).

3.3.2 A luta pela terra continua

Em 1949 quando foi feito o cálculo que expropriou grande parcela do território da T.I Apucarana, a população era de 270 indivíduos e hoje a mesma área abriga mais de 1500 pessoas, ficando o local demasiadamente pequeno para a sobrevivência da comunidade. De acordo com Tommasino (2002) essa mesma situação se verifica em todas as TIs do sul do país.

Nos últimos anos, vários grupos Kaingang passaram a lutar pela recuperação de parte de seus territórios usurpados pelos brancos, tendo em vista a brutal expropriação ocorrida a partir da metade do século passado. Pensadas como transitórias, as reservas foram constituídas segundo cálculo que não levou em

consideração o crescimento vegetativo da população. Os Kaingang triplicaram demograficamente nos últimos 40 anos e vivem comprimidos em minúsculas áreas delimitadas pelo Estado que impossibilitam a reprodução física e sociocultural concernente ao seu modo de vida tradicional. As poucas terras agricultáveis estão depauperadas pelo uso e re-uso contínuos, as florestas quase inexistem e junto com elas desaparecem a fauna e a flora que sustentam a subsistência baseada na caça e coleta (TOMMASINO, 2000, p. 192).

Estudos arqueológicos e históricos mostram que o Brasil chegou a ser habitado por cerca de 5 milhões de indígenas antes de 1500. A partir da chegada dos europeus, até aproximadamente as décadas de 1950 e 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente, devido a diversos fatores decorrentes do contato, como: doenças contagiosas, lutas armadas por posse de terras, escravização, expropriação de seus territórios tradicionais, entre outros. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu os indígenas no censo demográfico nacional, mostrando o aumento populacional significativo, juntamente com o aumento da proporção de indígenas urbanizados.

A atual população indígena brasileira, segundo resultados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, organizados em 305 etnias e falantes de 274 línguas distintas. Este censo revelou que em todos os Estados da Federação há populações indígenas. A Funai também registra 69 referências de grupos indígenas ainda não contatados.

O fato de um país ter sido densamente habitado por populações indígenas e hoje essas populações serem uma minoria étnica, mostra como a colonização europeia foi violenta.

Hoje, as populações indígenas fazem número e coro lutando por cidadania e direitos, principalmente pelo direito a suas terras, que se apresenta para todos os povos indígenas como uma questão fundamental para sobrevivência.

A figura 38 representa um ato contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que se aprovada transfere do Executivo para o Legislativo a decisão final sobre a demarcação das terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental. A emenda ainda prevê indenização aos proprietários e proíbe a ampliação de terras já demarcadas.

O ato ocorreu em Londrina, na Rodovia Celso Garcia Cid em frente a Universidade Estadual de Londrina (UEL) no dia 11 de dezembro de 2015 e contou com a presença de indígenas das etnias Kaingang e Guarani, a grande maioria estudantes da UEL que estavam representando todas as terras indígenas do norte do estado do Paraná.

Figura 38. Mobilização de povos indígenas contra a PEC 215



Fonte: Acervo autora

Conforme informações do Portal da Câmara dos Deputados⁸⁷, a emenda já foi aprovada em comissão especial da Câmara e depende agora de dois turnos de votação nos plenários da Câmara e do Senado. Se aprovada definitivamente, retira os direitos já garantidos pela Constituição de 1988 e dá o controle da demarcação para o Congresso Nacional, sendo uma consequência imediata o agravamento de conflitos envolvendo comunidades indígenas e produtores rurais. Mas há outros agravantes, a PEC além de colocar em risco a integridade das comunidades indígenas e quilombolas, já que são as demarcações que garantem sua sobrevivência, ainda representa uma ameaça ao nosso ecossistema, lembrando que grande parte da flora e fauna brasileiras estão presentes nas reservas indígenas.

De acordo com Cimbaluk (2013) e Andrade (2015), a T.I Apucarana passa por um processo de revisão de seus limites e por uma possível retomada de posse de algumas áreas

⁸⁷ Disponível em < <http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 16 mar. 2017

expropriadas, porém, se a PEC for aprovada definitivamente, não será possível a realização de novos estudos para ampliação, mesmo a área sendo demasiadamente pequena, em relação, especialmente à população (crescimento populacional de 250 para 1752 indivíduos). A PEC além de congelar a demarcação de novas reservas, ameaça as já existentes.

Nas últimas décadas, ao contrário do que se pensa, os impactos se aprofundam e as terras indígenas vêm sofrendo inúmeras pressões e ameaças associadas ao avanço das fronteiras econômicas no país, principalmente pela construção das grandes obras de infra-estrutura, sobretudo nas áreas de transporte e energia, intensificando a exploração de seus territórios. Afinal as terras indígenas, com seus inúmeros recursos naturais atraí interesses econômicos dos mais diversos.

De acordo com Cimbaluk (2013) a comunidade da T.I Apucarana tem passado por diferentes processos políticos decorrentes de empreendimentos hidrelétricos, como a Usina Hidrelétrica (UHE) de Apucarantina, a UHE Mauá e a UHE São Jerônimo (em desenvolvimento), vejamos:

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Apucarantina foi construída na década de 1940 dentro de seu território. A UHE Mauá, no rio Tibagi entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, foi inaugurada em dezembro de 2012, sendo Apucarana uma das oito TIs consideradas como impactadas por sua construção. A UHE Mauá, construída por consórcio das empresas Eletrosul e COPEL, fica a montante da TI Apucarana, a cerca de 40 km da Aldeia Sede, em linha reta. É a primeira usina hidrelétrica a ser construída no rio Tibagi, havendo projetos para construção de ao menos mais três. Dentre essas, a UHE São Jerônimo, se construída como no projeto original, alagará parte da TI Apucarana (CIMBALUK, 2013, p. 13-14).

Os Kaingang da Bacia do Tibagi passam hoje por alguns processos indenizatórios referentes a essas obras de grande impacto ambiental. A T.I Apucarana por exemplo, é indenizada pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), construtora da UHE Apucarantina, pela construção e operação da usina, que abrange uma área de 39,9 ha de seu território (CIMBALUK, 2013).

De acordo com o autor em dezembro de 2002 foi assinado o primeiro Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que foi definido o valor de:

1,39 por MW/h gerado pela usina, sendo a compensação paga anualmente à Associação dos Moradores do Posto Indígena Apucarantina. Com este recurso, a comunidade pagaria seu consumo de energia à COPEL e o restante deveria ser gasto conforme Plano de Aplicação previamente estabelecido, com supervisão da FUNAI e MPF (CIMBALUK, 2013, p. 95).

Atualmente o valor gasto pela comunidade em energia elétrica já ultrapassou a compensação do TAC e os indígenas consideram o aumento abusivo, para eles o fato da COPEL

ter uma usina em funcionamento dentro da T.I isentaria a comunidade pelo pagamento de energia. Em fevereiro de 2017, após um protesto dos Kaingang do Apucarantina, foi realizada uma reunião com o Ministério Público Federal (MPF), COPEL, FUNAI e lideranças indígenas para discutir o impasse. Os indígenas aguardam posição da COPEL que fará um diagnóstico da situação. Para o atual cacique Natalino “ Se for pra nós pagar a luz, então desliga a máquina e deixa nós no escuro”.

Em 2006, depois de 50 anos da construção da usina, por forte pressão indígena, foi acordado entre a COPEL, MPF, FUNAI e representantes da comunidade indígena uma indenização de 14 milhões de reais, pagos pela empresa

pelos impactos ambientais e também os impactos morais e culturais, para presentes e futuras gerações da comunidade pela construção e operação da Usina. Abrangia o período de 1946, quando começou sua construção, até o ano de 2002, quando se estabeleceu novo acordo com a comunidade para prosseguimento da geração de energia. Com esta indenização era prevista a realização de um Programa composto de “projetos de sustentabilidade socioeconômica e ambiental” para a comunidade, com duração prevista de 10 a 20 anos (CIMBALUK, 2013, p. 14).

A forma de pagamento e uso de tal recurso foi determinada da seguinte maneira: 20 % (2.800.000,00) desse recurso seria apropriado pela comunidade, que seria distribuído por família. Parte desse valor foi reservado para possíveis contestações judiciais de famílias não indenizadas, que requisitassem tal direito. Esses 20% da indenização foram rapidamente gastos em festas, bens e melhorias nas condições de moradia. Os 80% restantes compuseram um fundo para realização de um Programa composto de “projetos de sustentabilidade socioeconômica e ambiental” para comunidade, com duração prevista de 10 a 20 anos (CIMBALUK, 2013).

Cimbaluk ainda relata que a criação da aldeia Água Branca foi desencadeada por conflitos entre grupos indígenas residentes na aldeia Sede, gerada por inúmeras discussões, dentre as quais, estão as que envolvem o pagamento da indenização proveniente da construção da UHE Apucarantina e da UHE Mauá.

Na indenização referente a UHE Mauá, não foi negociado um valor em dinheiro a ser pago às comunidades indígenas atingidas pelo empreendimento, mas em metas de produtividade agrícola e de incentivo às práticas culturais (CIMBALUK, 2013).

A expansão de empreendimentos hidrelétricos provoca inúmeros impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais nas áreas onde se instalam e as comunidades indígenas sentem o peso desses efeitos da forma mais pungente. Segundo Koifman (2001) esses empreendimentos vêm acarretando historicamente situações de conflito direto ou latente com

diversas comunidades indígenas no país e entre as principais interferências diretas ou indiretas oriundas dessa expansão do setor hidrelétrico nas terras indígenas, destacam-se:

a realocação de comunidades para outras regiões, muitas vezes acompanhada de rupturas em seus estilos de vida; o alagamento de grandes parcelas territoriais, incluindo áreas consideradas sagradas, como os locais tradicionais de sepultamento; a invasão das terras indígenas, facilitadas indiretamente pela expansão das instalações do setor elétrico; a diminuição da disponibilidade da caça e a redução das áreas cultiváveis; e a proliferação da população de vetores, incluindo artrópodos e moluscos, levando ao aumento na incidência de malária e outras doenças infecciosas (KOIFMAN, 2001, p. 414).

As mudanças decorrentes da UHE Apucarantina são sentidas de diversas maneiras pela comunidade, mas principalmente pelas mudanças que ocorreram em relação aos rios, a sua fauna. Nas conversas esporádicas com os moradores da comunidade foi bastante comum ouvir falar que a pesca era muito boa antes da usina e que agora existem poucas espécies de peixes, quase nada. “As vezes a gente vivia da caça, hoje em dia dá trabalho, antigamente era mais fácil, tinha muito peixe” (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, fevereiro de 2017)⁸⁸.

De acordo com Schaefer (1986) dentre os impactos advindos das UHEs está a eutrofização, efeito que causa o desaparecimento da vida animal aquática. Por isso as populações ribeirinhas e indígenas residentes em áreas atingidas por empreendimentos hidrelétricos enfatizam tanto a falta de peixes após a operação das usinas. De acordo com o autor o efeito é caracterizado da seguinte maneira:

Eutrofização é o aumento de substâncias nutritivas na água de um rio ou lago, como por exemplo os fosfatos e nitratos presentes nos fertilizantes químicos, os esgotos, entre outros. Nos primeiros anos do reservatório, a vegetação inundada em decomposição aumenta a demanda por oxigênio, acabando por afetar a qualidade da água. As substâncias não absorvidas pela vegetação estimulam a proliferação de algas e plantas aquáticas em excesso, e que ao morrer ficam então depositadas no fundo dos reservatórios. Aos poucos, as condições de vida vão ficando cada vez mais desfavoráveis, diminuindo o teor de oxigênio e fazendo desaparecer a vida animal aquática (SCHAEFFER, 1986, p. 142).

As ofensivas das frentes capitalistas vão adentrando cada vez mais as terras indígenas e constituem uma séria ameaça acarretada sobre a perda da biodiversidade, bem como sobre as condições de vida, saúde e cultura das populações diretamente afetadas.

Hoje a T.I Apucarana, conforme Andrade (2015), sofre enorme pressão por parte de empreendimentos hidrelétricos, exploração de madeira, exploração de minérios e do agronegócio por meio de invasão de seus territórios e por meio de arrendamentos, lembrando

⁸⁸ Op. Cit., p. 39.

que os agrotóxicos utilizados nas fazendas do entorno da T.I e mesmo dentro dela podem provocar a carência de matéria prima para produção do artesanato, uma das principais fontes de renda da comunidade.

Nada é mais relatado pelos indígenas do que a saudade dos tempos em que seus territórios ofereciam abundância de alimentos.

Parece que a cultura já acabou [...] **antigamente era melhor, só que é difícil chegar lá, agora.** O índio já acostumou com o açúcar, antigamente nosso açúcar era o mel. Eles não tomava café, eles iam à procura de mel e da fruta. Agora a gente vai atrás do pó de café, do açúcar, o mel a gente já nem liga e acostumou com o sal também. **Mas eu tenho saudade daquela vida antiga porque a gente não se preocupava** [...] hoje vou fazer um pixé e buscar um peixe pra nós come. **A gente sabia de noite que no outro dia ia come, mas agora é só no dinheiro. Se tiver dinheiro come, se não tiver, não** (mulher Kaingang, 68 anos, Terra Indígena Apucarana, fevereiro de 2017)⁸⁹.

Figura 39. Mulheres pescando – Terra Indígena Apucarana, 1989



Fonte: Museu Histórico de Londrina – Acervo Kimiye Tommasino

Para Mota & Novak (2013), apesar das várias tentativas de dominação por parte das frentes de expansão coloniais e capitalistas, e de um processo histórico assimétrico e desigual, os Kaingang continuaram seu protagonismo com a ação de expulsão dos invasores de suas terras, como foi o caso:

[...]da retirada de posseiros da área do Cedro na T. I Barão de Antonina nos anos de 1990, e a retomada de uma área vizinha na T.I Apucarantina em 2009, ou de negociações intensas visando compensações financeiras e ambientais

⁸⁹ Op. Cit., p. 39.

realizadas com Cias de Energia e concessionárias de estradas de ferro na primeira década do século XXI. Estas ações reafirmam os indígenas do vale do Tibagi enquanto sujeitos históricos do seu tempo.

A expropriação dos territórios indígenas parece que ainda está longe de acabar. As frentes capitalistas avançam mais e mais sobre as áreas de preservação ambiental, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, avançam sobre territórios que asseguram o direito de existência, social e cultural, dessas comunidades.

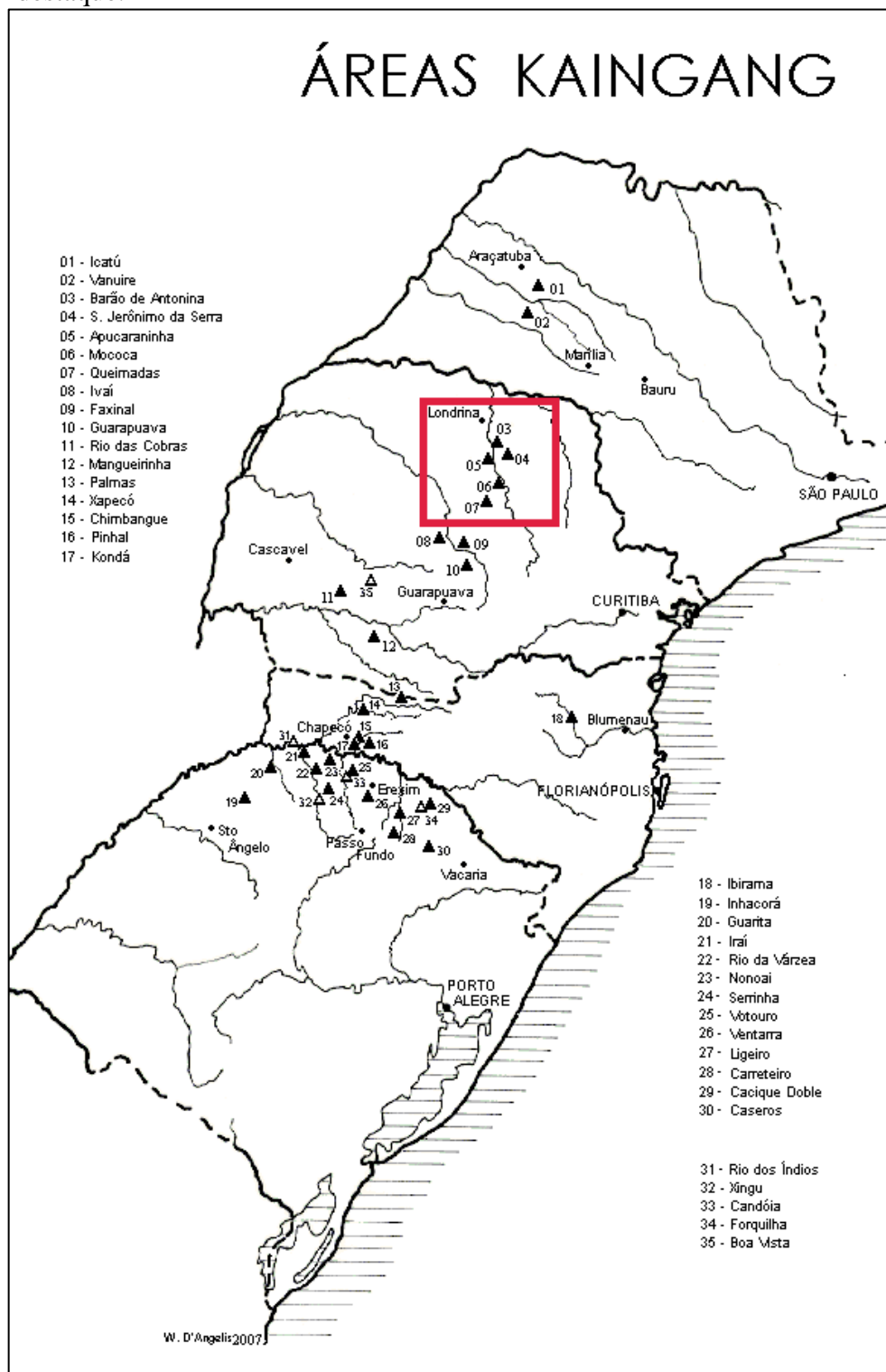
Desde a chegada do *fóg*, as populações indígenas lutam por seus territórios tradicionais, lutam por um direito conquistado na Constituição Federal de 1988, que é o reconhecimento e a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos seus povos. São lutas árduas, marcadas pelo histórico de violência desde a conquista pelos europeus e das primeiras entradas dos bandeirantes no interior.

Os Kaingang foram e continuam sendo um povo guerreiro e sujeitos ativos de sua história. Enfrentaram os mais diversos percalços advindos das situações de contato e resistiram. Transformaram e reelaboraram sua cultura para fazer frente às pressões externas, mas não perderam sua identidade. “Eles continuam reproduzindo-se como *Kaingang-pé* (índios legítimos)” (TOMMASINO, 1998, p. 71).

Hoje, os Kaingang, representam no Brasil meridional, o maior grupo indígena, cerca de 34.000 pessoas, que estão distribuídas entre as 35 T.Is Kaingang demarcadas na região sul do Brasil e estado de São Paulo (figura 40). A Terra Indígena do Guarita, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, abriga o maior contingente populacional, cerca de 7.000 kaingang. No estado do Paraná, a Terra Indígena Apucarana é uma das maiores em população com 1.750 Kaingang, perde apenas para a Terra Indígena Rio das Cobras, municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, que abriga um total de 2.830 Kaingang⁹⁰.

⁹⁰ Dados sobre o contingente populacional Kaingang extraídos do site <http://www.portalkaingang.org/populacao_por_estado.htm> Acesso em: 16 mar. 2017

Figura 40. Mapa com a localização das Terras Indígenas Kaingang. As TIs da bacia do Tibagi estão em destaque.



Fonte: Portal Kaingang. Terras Indígenas⁹¹. Adaptado pela autora

⁹¹ Disponível em: <<http://www.portalkaingang.org>>. Acesso em 24. fev. 2017

A terra é para os povos indígenas o meio básico de produção e o sustentáculo da identidade étnica, porém, como argumenta Ribeiro (2000), este direito, que é reconhecido pelo Estado, na prática, é desrespeitado sempre que entra em confronto com interesses locais ou regionais. Esta é a causa de muitos conflitos que envolvem, fazendeiros, posseiros, mineradoras, hidrelétricas, madeiras, entre outros, que resultam em “ prisões, intimidações e morticínios de lado a lado” (RIBEIRO, 2000, p. 163).

Os povos indígenas, em todo o mundo, enfrentam um grande desafio para sobreviver. No Brasil, com os inúmeros retrocessos históricos, seus direitos estão ameaçados e, diante disso, as etnias indígenas criaram alianças para defenderem a própria existência, unidas lutam pelo direito e preservação de seus territórios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma compreensão da trajetória histórica e geográfica dos Kaingang na região do baixo Tibagi, da dinâmica de sua produção artesanal e de como enfrentaram e ainda enfrentam os percalços advindos das situações de contato.

Os dados levantados nos mostram que o espaço territorial que compõe hoje o município de Londrina e os demais municípios adjacentes eram, no passado, terras de domínio Kaingang, onde as florestas eram repletas de recursos naturais variados e abundantes, que garantiam a sobrevivência do grupo.

Portanto, podemos dizer, que quando as companhias colonizadoras adentraram a região, essas terras já tinham donos e eram densamente habitadas por populações indígenas, que foram violentamente expulsas de seus territórios para dar lugar ao discurso das terras de matas virgens e desabitadas, mas nem por isso deixaram de existir.

A análise bibliográfica e o conjunto artefactual analisado, bem como os dados coletados em campo, nos proporcionaram um entendimento sobre as reelaborações, circularidades e também permanências culturais, sobretudo no que se refere a produção artesanal. Além disso, comprovam a presença Kaingang desde muito tempo antes do início do povoamento da região pelo colonizador europeu e acima de tudo mostram que essa história não faz parte somente do passado, mas também do presente, onde suas terras continuam sofrendo fortes ameaças.

Em decorrência do contato ininterrupto com os *fóg*, os Kaingang foram perdendo parte de seu modo de vida e, devido a expropriação de seus territórios, passaram a viver sob forte pressão do capitalismo e da cultura ocidental nos pequenos espaços destinados a eles pelo Estado brasileiro.

Os Kaingang da T.I Apucarana não conseguem mais retirar da natureza todos os recursos necessários para sua sobrevivência, por isso, se deslocam de suas aldeias para buscarem em Londrina complementos para sua manutenção e, nesse espaço, que já não é mais seu território de caça e coleta, resta-lhes, muitas vezes, a mendicância e a venda do artesanato como alternativa de sustento a suas famílias.

Se analisarmos tal situação pelas antigas teorias antropológicas da aculturação, chegaríamos a conclusão de que as populações indígenas já não existem enquanto grupo diferenciado, por estarem integradas a esses novos meios.

Porém, o contato com os próprios produtores dos objetos analisados nos proporcionou o entendimento de que dentro das transformações e reelaborações culturais, existem também as

permanências onde desenvolveram estratégias e formas de expressar sua identidade cultural e étnica e, neste caso, podemos dizer que o artesanato ocupa um lugar de destaque, pois, através de sua produção, reafirmam sua identidade perante outros grupos. Muitas vezes, é através da cultura material que podemos perceber a identidade étnica de um povo.

A delegação de uma nova simbologia ao artesanato, agora quase que exclusivamente produzido para o comércio, aliada ao abandono de algumas práticas, como a produção cerâmica, não impede que as peças contemporâneas tragam em seu bojo a identidade Kaingang através da técnica do trançar e dos símbolos próprios desse grupo, ou seja, a produção do artesanato é um meio de valorização e transmissão dos saberes tradicionais frente à sociedade nacional.

Além disso, o artesanato tornou-se um meio viável para muitas famílias da T.I Apucarana, cuja venda proporciona condições financeiras para compra de produtos dos quais dependem hoje. Podemos inferir a comercialização do artesanato à modernização das práticas tradicionais de caça e coleta, já que no lugar de suas florestas foram construídos grandes centros urbanos.

Diante deste quadro, podemos dizer que os Kaingang não foram dissolvidos social e culturalmente como costuma afirmar o pensamento assimilacionista e integracionista que permeia a mente de muitos brasileiros. Eles vivem em situação de resistência física e cultural há séculos, são sujeitos de sua própria história e totalmente capazes de construir sua identidade e conduzir e negociar suas mudanças. Realidade presente para todos os povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- ALMEIDA, Ledson Kurtz de. **Análise Antropológica das Igrejas Cristãs entre os Kaingang**: Baseada na Etnografia, na Cosmologia e no Dualismo. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- AMOROSO, Marta Rosa - **Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. Tese (Doutorado em antropologia) Universidade de São Paulo USP, 1998.
- ANDRADE, Eduardo Tardeli de Jesus. **Kaga inh, hãrá inh há é**: processos de enfermidade e cura entre os kaingang da Terra Indígena Apucarana. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina UEL, Londrina, 2015.
- ARAÚJO. A.G.M. **Teoria e método em arqueologia regional**: um estudo de caso no alto Paranapanema, estado de São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. **A tradição Itararé-Taquara**: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. Revista de Arqueologia, São Paulo, 2007.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Contra Capa, 2000.
- BIGG – WITHER. Tomas P. **Novo caminho no Brasil meridional**: a Província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos 1872/1875. Livraria José Olympio Editora. Curitiba: UFPR, 1974.
- BOUTIN, Leônidas. **Colônias Militares na Província do Paraná**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (BIGHEP). Vol. XXXIII, Curitiba, 1977.
- _____. **Colônias indígenas na Província do Paraná**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (BIGHEP). Vol. XXXVI, Curitiba, 1979.
- BRASIL. **Acordo nº 114 de 18 de maio de 1949**. Regularização das terras destinadas aos índios, no território do Paraná e prestação de maior assistência aos mesmos silvícolas. Diário Oficial da União Federativa do Brasil, Brasília, D.F. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diariosoficiais>. Acesso em: 21 fev. 2107.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. Ministério do Interior. **Relatório Figueiredo** (Volume Síntese). Disponível em <<http://www.racismoambiental.net.br/2013/05/22/103508/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BROCHADO, J.P & MONTICELLI, Gislene. **Regras práticas na reconstrução gráfica da cerâmica Guarani por comparação com vasilhas inteiras**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, 1994.

CAVALCANTE, Ana Luisa Boavista Lustosa. **Design para sustentabilidade cultural: recursos estruturantes para sistema habilitante de revitalização de conhecimento local e indígena**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CAVALCANTE, Thiago Leandro. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa**. Revista História, vol.30, n 1, p. 39-371. São Paulo, 2011.

CARDOSO, J. A; WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Curitiba, 1981.

CHMYZ, Igor. **Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Parapanema**. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1967.

_____. **Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná**. Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. Pesquisas antropologia, 1968.

_____. **Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica**. Cadernos de Arqueologia, ano 1 nº1. Universidade Federal do Paraná. Paranaguá, 1976.

_____. **O Fascinante caminho do Peabiru**. Cadernos da Ilha, nº 3, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

CIMBALUK, Lucas. **A criação da aldeia Água Branca na Terra Indígena Kaingang Apucarantina: “política interna”, moralidade e cultura**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

COLAVITE, Ana Paula. **Contribuição do geoprocessamento para criação de roteiros turísticos nos caminhos de Peabiru – PR**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2006.

CORTELETTI, Rafael. **Uma estratigrafia da paisagem Proto-Jê Meridional: um estudo de caso em Urubici, SC**. Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, Criciúma, 2013.

CORTEZ, Cesar. **Museu Histórico de Cambé**. Acervo do Museu Histórico de Cambé, Cambé-PR, [s.d].

CRUZ, M.D; CORREIA, V.H. **Normas de inventário: cerâmica utilitária**. Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Etnicidade**: da cultura residual, mas irreduzível. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DIAS, Jeferson Luciano Zuch. **A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang**. Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2004.

DORTA, Sonia Ferraro; VELTHEN, Lucia Hussak. Arte plumária. In: **A arte plumária do Brasil 17ª Bienal de São Paulo**. São Paulo, 1983. p. 13-18.

FERNANDES, Loureiro. **Os Kaingang de Palmas**. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, 1941.

FUNARI, Pedro Paulo. **Linguística e Arqueologia**. DELTA. Campinas: edu, v.15, n.1, p. 161-176, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOES, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2005.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IBGE CENSO 2010. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Manual de preenchimento – SGPA Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro**. Departamento de Identificação e Documentação – DID. Ministério da Cultura, Brasília, 2008.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2002

KOIFMAN, Sergio. **Geração e transmissão de energia elétrica**: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. Cad. Saúde Pública, v. 17. Rio de Janeiro, 2001.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. **Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo: Unisinos, 2007

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. J. J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato e Cultura, 1989.

LEME, Edson José Holtz. **O teatro da memória: O Museu Histórico de Londrina, 1959-2000**. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Assis, 2013.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Perspectivas do Homem, 1955.

LIMA, Leilane Patricia. **A arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina/PR**. 2014. Tese (Doutorado) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

LOVATO, Leda. **A contribuição de Franz Keller a etnografia do Paraná**. Boletim do Museu do Índio, Antropologia, Rio de Janeiro, n.1, novembro 1974.

MANIZER, H.H. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas – SP: Curt Nimuendajú, 2006 [1914].

MARCANTE, Maicon Fernando. **Produção e relações comerciais do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara (Tibagi/ PR, 1875-1880)**. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas v. 16, n. 1, jan./jun. 2011.

MAACK, Reinhard. **Sobre o itinerário de Ulrick Schmidel através do sul do Brasil (1552-1553)**. Curitiba, PR, 1959.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. p. 89-104.

MILLER, E.T. **Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1967.

MILLER, Jr., T. O. **Tecnologia cerâmica dos caingang paulistas**. Arquivos do Museu Paranaense. Nova série, etnologia, nº2, Curitiba, 1978

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2ª Edição Maringá: Eduem, 2008.

_____. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco S; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Uri e Wãxi: Estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Editora Uel, Londrina, PR, 2000. p. 81 – 190.

_____. A formação do Paraná: do povoamento do litoral à Emancipação da 5ª comarca. In: MOTA, Lucio Tadeu (org.). **História do Paraná: pré-história, colônia e império**. Maringá: Eduem, 2011. p. 80 – 100.

MOTA, Lúcio Tadeu; CHAGAS, Nádia Moreira. In: MOTA, Lucio Tadeu (org.). **História do Paraná: pré-história, colônia e império**. Maringá: Eduem, 2011. p. 44 – 79.

MOTA, Lúcio Tadeu. et al. **Pãri**: armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no sul do Brasil. Revista Universidade e Sociedade: Eduem, 15: 21 – 25. Maringá, 1996.

MOTA, Lúcio Tadeu; Novack, Éder Silva. **Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí – PR**: história e relações interculturais. Maringá: EDUEM, 2008.

_____. **Desiguais e Combinados**: índios e brancos no vale do rio Tibagi – Paraná na primeira metade do século XX. Campos Revista de Antropologia Social. V. 14, n. 1/2, 2013.

MUSSALAN, Rene. **Norte pioneiro do Paraná**: formação e crescimento através dos censos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

NIMUENDAJÚ, Curt. **104 mitos indígenas nunca publicados**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 21, 1986.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana na região sul do Brasil**: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. Revista USP, nº44. São Paulo, 1999-2000.

_____. **Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento, 3: 285-302. São Paulo, 1999.

NOVAK, Éder da Silva. **Tekoha e Emã**: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2006.

_____. **A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950)**. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco. **O nascimento do Brasil**: revisão de um paradigma historiográfico. Anuário Antropológico/2009, Museu Nacional UFRJ, 2010.

PARANÁ, Arquivo Público. **Catálogo Seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1871 - 1892**. Coleção pontos de acesso, vol 04. Curitiba, 2009

PARELLADA, C. I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira**: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Arqueologia dos campos gerais. In: **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

_____. **Tecnologia e estética da cerâmica Itararé-Taquara**: dados etno-históricos e o acervo do Museu Paranaense. Revista Arqueologia, V. 21. Curitiba, PR, 2008. p. 97-111.

_____. **O Paraná espanhol**: cidades e missões jesuíticas no Guairá. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (org) Missões: conquistando almas e territórios, p.59-80, 2009.

PERARO, Maria Adenir. **Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte novo do Paraná de 1940 a 1970**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1978.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.

_____. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

QUEVEDO, Júlio. **As missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Luciana Maria de Moura. **Vénh Jykré e Ke Há Han Ke: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, UNB, Brasília, 2008.

RIBEIRO, Berta G. **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

_____. **A arte do trançado dos índios do Brasil: um estudo taxonômico**. Museu Paranaense Emílio Goeldi. Rio de Janeiro, Instituto nacional do Folclore, 1985.

_____. **Dicionário do artesanato indígena**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **O índio na cultura brasileira**. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000.

RODRIGUES, Robson Antonio. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí**. 2007. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHAEFFER, Roberto. **Impactos Ambientais de Grandes Usinas Hidrelétricas no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986.

SCHMITZ, P.I., et al. **Os índios engenheiros e suas estranhas casas subterrâneas** In: Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos - Casas Subterrâneas. Santa Maria: UFSM/LEPA, 2005.

SCHWARZBACH, Luciana Lopes Corrêa. **Bambus e taquaras: avaliação e perspectiva de usos sustentáveis**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, Sergio Baptista da. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. Tese (doutorado), São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, 2001.

SHEPARD, A. O. [1956]. **Ceramics for the Archaeologist**. Washington D.C.: Carnegie Institution of Washington, 1985.

SOARES, Francisco S; MEDRI, Moacyr E. Alguns aspectos da colonização da bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, M. E. [et al]. **A bacia do rio Tibagi**. Londrina: UEL, 2002. p. 69–80.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOMMASINO, Kimiye. **A história Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em movimento. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 1995.

_____. **Os novos acampamentos (wãre) Kaingang na cidade de Londrina**: Mudança e persistência numa sociedade Jê. Revista Imediações, v. 3, n 2, p. 66-71. Londrina, 1998.

_____. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco S; TOMMASINO, Kimiye (org.). **Uri e Wãxi**: Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Editora Uel, Londrina, PR, 2000. p. 191 - 226.

_____. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, M. E. [et al]. **A bacia do rio Tibagi**. Londrina: UEL, 2002. p. 81-102.

_____. **Os povos indígenas na bacia do Tibagi**. Boletim Museu Histórico de Londrina, V. 5 nº9, p. 10-21. Londrina, 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” história e fantasmagorias**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

TOREZAN, José M.D. Nota sobre a vegetação da bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, M. E. [et al]. **A bacia do rio Tibagi**. Londrina: UEL, 2002. p. 103 – 108.

URBAN, Greg. **A história das culturas brasileiras segundo a língua nativa**. In: CUNHA, Manuela Carneiro. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.

VARNHAGEN, Francisco A. **História geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 3ª ed, 1962 [1854].

VEIGA, Juracilda. **Organização social e cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

_____. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

VILLAS-BÔAS, Jerônimo. **Mel de abelhas sem ferrão**. Instituto Sociedade, população e natureza (ISPN), Brasília-DF, 2012.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Os direitos indígenas no Brasil contemporâneo**. In: BITTAR, Eduardo. História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional. São Paulo: Atlas. 2003, p. 282 - 293.

WIESEMANN, Ursula Gojtéj. **Dicionário Kaingang – Português / Português – Kaingang**. Editora Esperança, 2ª edição. Curitiba, 2011

Sites consultados

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. Mapas manuscritos – Paraná – Séc. XIX. Disponível em www.bdlb.bn.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2017.

CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA KAIKANG. Disponível em: em <<http://cmckaingang.blogspot.com.br/p/sobre-o-cmck.html>> Acesso em: 15 mar. 2017

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Índios do Brasil – Terras Indígenas In: Fundação Nacional do Índio. Disponível em <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Terras indígenas. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos In. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/cnsa.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. Coletâneas de mapas históricos do Paraná. Disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acesso em: 17 fev. 2017.

INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ. Unidades hidrográficas do Paraná. Disponível em: <<http://www.aguasparana.pr.gov.br/>>. Acesso em 15 dez. 2016.

MUSEU ÍNDIA VANUÍRE. Portal do Governo do estado de São Paulo, Secretaria da Cultura. Disponível em <<http://www.museuindiavanuire.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta de Ementa a Constituição PEC 215. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 16 mar. 2017

PORTAL KAIKANG. Disponível em <http://www.portalkaingang.org/index_home.html>. Acesso em: 24 fev. 2017

ANEXOS

Anexo A – Mapa da expansão da cafeicultura paranaense com o território dividido em três partes: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo



Fonte: (ROLLEMBERG, 2010 apud LIMA, 2014, p. 10)

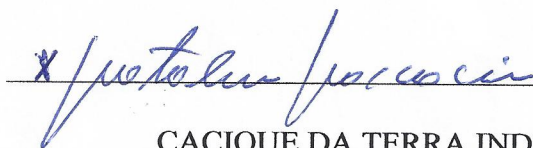
Anexo B – Autorização para realização da pesquisa na Terra Indígena Apucarana

TERRA INDÍGENA APUCARANA

DECLARAÇÃO (Cacique Natalino Jagu Marcolino)

Declaro para os devidos fins, como representante legal da Terra Indígena Apucarana (Paraná), que tomei conhecimento do projeto de pesquisa **“Da cerâmica arqueológica Itararé-Taquara à cestaria Kaingang: um estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre a trajetória Jê em Londrina, Paraná”**, a ser desenvolvido pela estudante do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, Maquieli Elisabete Menegusso, portadora do RG nº 4086988724. O objetivo da referida pesquisa é buscar uma melhor compreensão sobre a ocupação Kaingang na região onde hoje se localiza o município de Londrina e suas adjacências, a fim de desconstruir o discurso do vazio demográfico que por décadas foi referência para estudos sobre a história local. Ao mesmo tempo, constitui-se numa tentativa de compreender a sociedade Kaingang no que se refere a produção material, em especial a cerâmica e a cestaria, visando refletir sobre as transformações ou mesmo o abandono de algumas técnicas após o contato com a sociedade nacional. **Os procedimentos da pesquisa na T.I se darão por meio de observações diretas, registro fotográfico, diário de campo e entrevistas com os moradores mais antigos e com conhecedores do artesanato indígena.** Os benefícios esperados são publicizar os resultados da pesquisa para que assim ocorra o reconhecimento da presença e importância dos Kaingang na formação histórica e cultural de Londrina. Tendo em vista que a Terra Indígena Apucarana tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução.

Londrina, 07 de Dezembro de 2015.



CACIQUE DA TERRA INDÍGENA APUCARANA

Anexo C – Ficha de registro do Sítio Arqueológico Apucarantina I, editada nos termos da Portaria do IPHAN nº 241, de 19/11/1998 e que define o modelo oficial

Nome do sítio: Apucarantina I

Outras designações e siglas:

Município: Londrina

Localidade: Distrito de Lerroville

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio:

Sítios relacionados:

O local apresenta inúmeros fragmentos cerâmicos, alguns aparentemente filiados à tradição Tupiguarani, outros à tradição Itararé-Taquara, juntamente com algumas lascas de lítico. O material se encontra aflorando na superfície.

CNSA:

UF: PR

Nome do proprietário do terreno:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Ocupante atual:

Acesso ao sítio: O acesso ao SA se dá pela Rodovia Celso Garcia (PR445) até Lerroville, distrito de Londrina, seguindo a partir daí por uma estrada rural sentido Terra Indígena Apucarantina.

Comprimento: m Largura: m Altura máxima: m (a partir do nível do solo)

Área: m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: Órgão: IBGE DSG Outro Escala:

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 22 E: 506304 N: 7375561

Perímetro: Zona: E: N:
Zona: E: N:
Zona: E: N:
Zona: E: N:

GPS DATUM:
 Em mapa Margem de erro: 3 m

Unidade geomorfológica: Planalto

Compartimento topográfico: Topo

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima:

Distância: m

Rio: Apucarantina

Bacia: Tibagi

Outras referências de localização: Distância aproximada de 5km do Salto do Apucarantina e 3km da Barragem do Fiú, margem direita da estrada no sentido Lerroville - Terra Indígena.

Vegetação atual:

- Floresta ombrófil
 Floresta estaciona
 Campinarana
 Capoeira
 Savana (cerrado)
 Savana-estépica (caatinga)
 Estepe

Outra: Estacional semidecidual

Uso atual do terreno:

- Atividade urbana
 Via pública
 Estrutura de fazenda
 Pasto
 Plantio
 Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítio:

Forma

Tipo de solo: Latossolo vermelho

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |
| Outras: | |

Artefatos:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado | <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições: Museu Histórico de Londrina

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos: Tradições: Tupiguarani e Itararé-Taquara
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Arte rupestre: Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Maquieli Elisabete Menegusso

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail: maquielimenegusso@hotmail.com

Fone/Fax:

Data do registro: 03/06/2016 Ano do registro: 2016 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto:

Nome da instituição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado:

Foto preto e branco:

Croqui:

Reprografia de imagem:

Planta baixa do sítio:

Imagem de satélite:

Planta baixa dos locais afetados:

Cópia total de arte rupestre:

Planta baixa de estruturas:

Cópia parcial de arte rupestre:

Perfil estratigráfico:

Ilustração do material:

Perfil topográfico:

Caderneta de campo: 1

Foto aérea:

Vídeo / filme:

Foto colorida: 25

Outra:

Bibliografia:

Observações

Foram coletados 06 fragmentos cerâmicos e 3 lascas de lítico para amostragem. Os fragmentos foram coletados devido estarem caídos no barranco da estrada. O material encontra-se no acervo arqueológico do Museu Histórico de Londrina.

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Maquieli Elisabete Menegusso

Data: 01/08/2016

Localização dos dados: Museu Histórico de Londrina

Atualizações

Data: 01/08/2016

Assinatura:

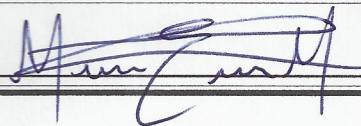


Figura 01 – Vista geral Sítio Arqueológico



Figura 02 – Fragmento cerâmico



* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Figura 03 – Fragmentos cerâmicos



Figura 04 – Fragmento cerâmico



* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Figura 05 - Lítico

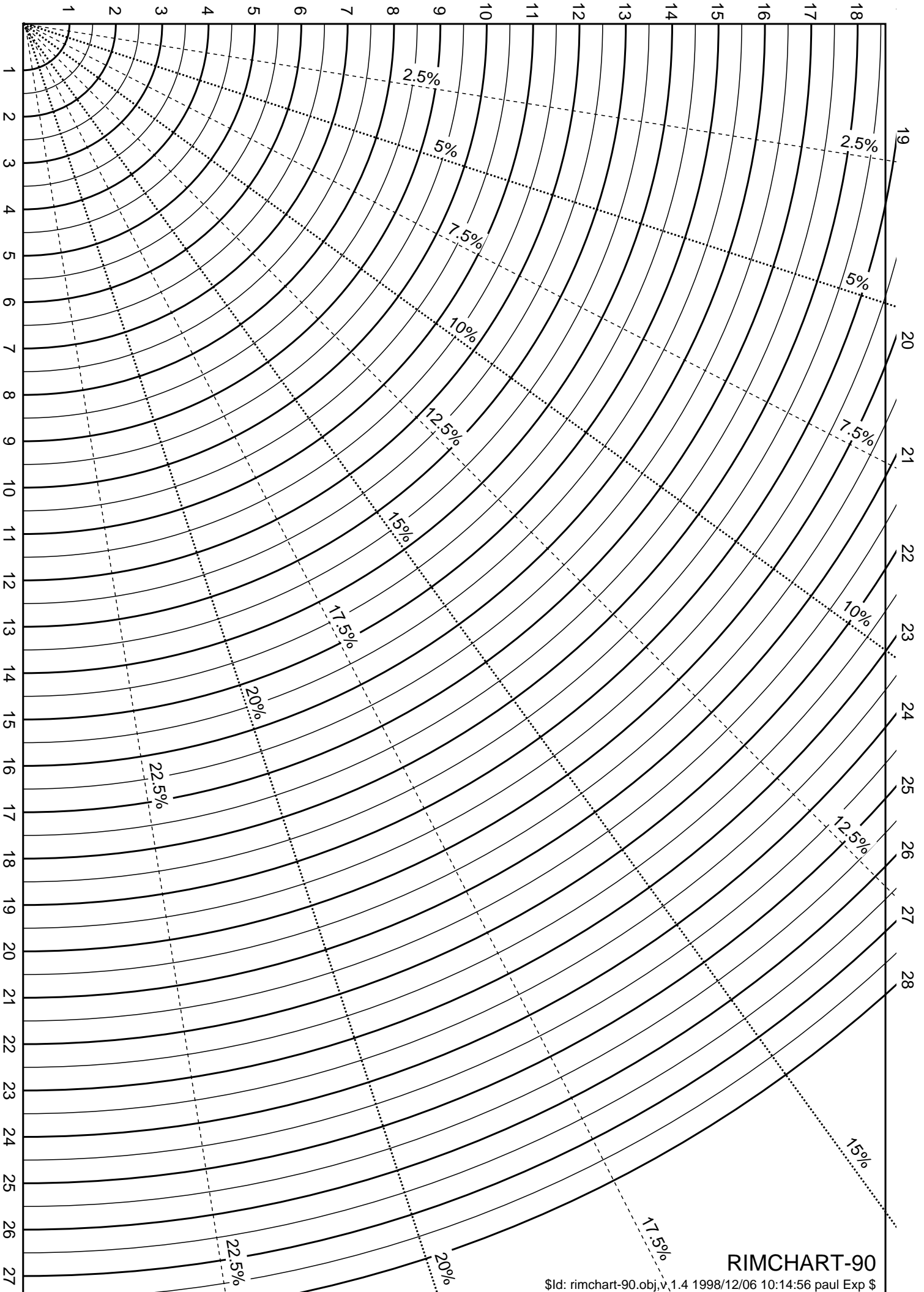


Figura 06 - Lítico

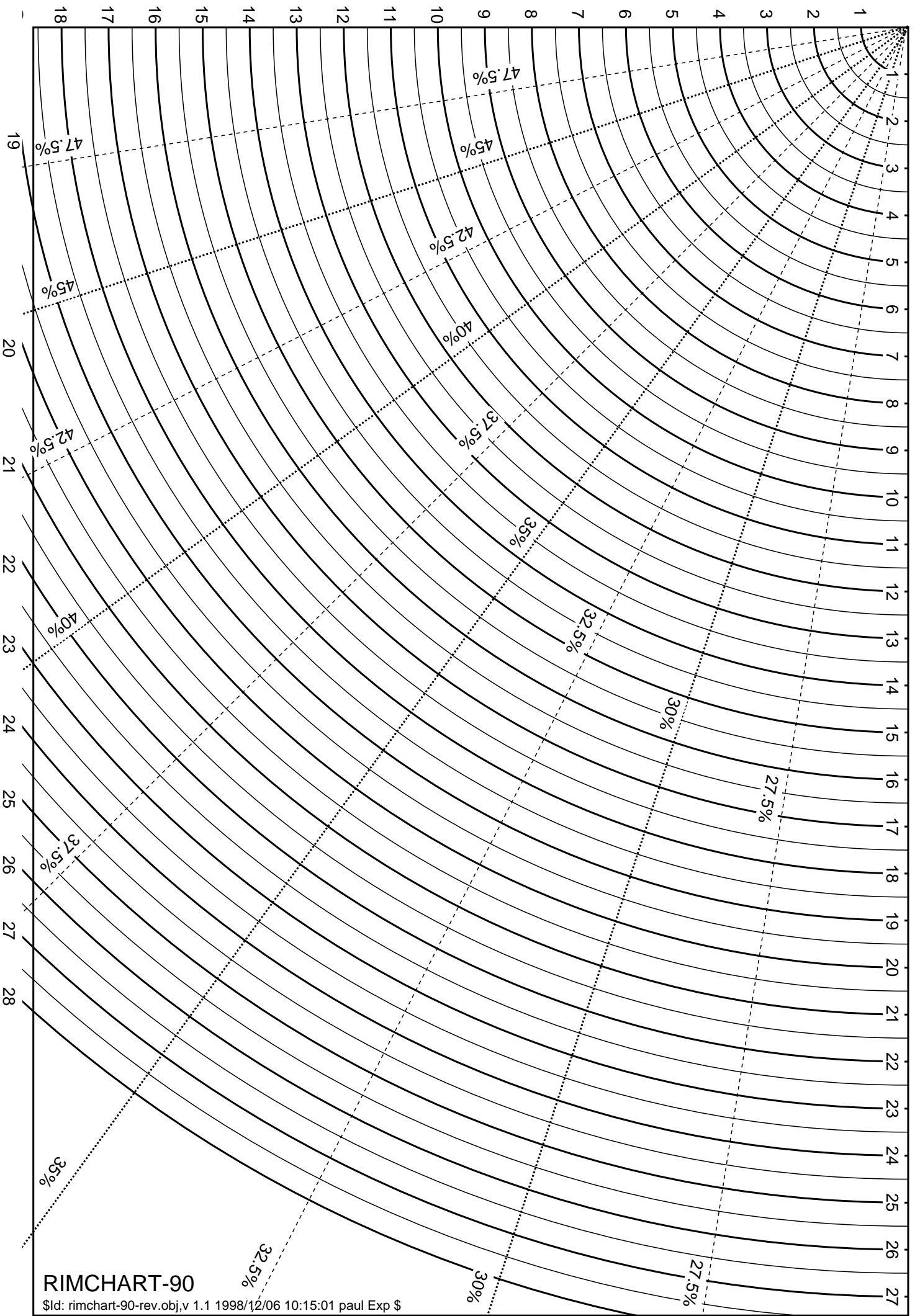


* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Anexo D – Ábaco de círculos concêntricos



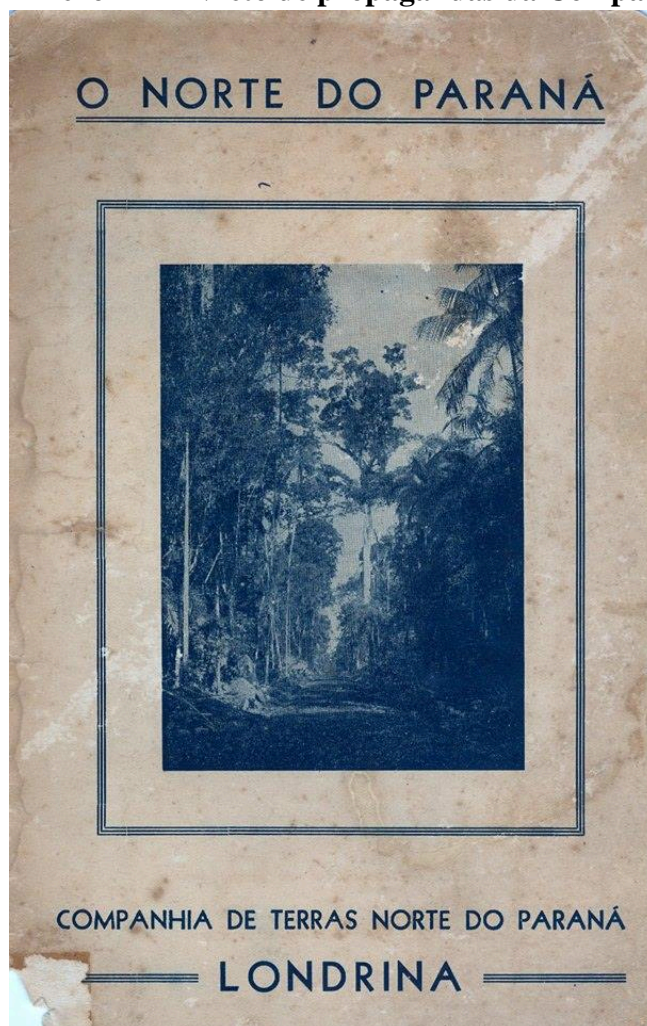
RIMCHART-90



RIMCHART-90

\$Id: rimchart-90-rev.obj.v 1.1 1998/12/06 10:15:01 paul Exp \$

Anexo E – Livreto de propagandas da Companhia de Terras Norte do Paraná para venda de terras⁹²



Solicite informações detalhadas, sem compromisso à

PAUL SILVA

Caixa Postal. 800 CURITYBA

Vista parcial da cidade de LONDRINA

**SINTA A ALEGRIA DE VIVER
E PROSPERE NO NORTE DO PARANÁ**

PARA que se possa bem ajuizar das possibilidades incomensuráveis do Norte do Paraná, a presente data (Agosto, 1941) é preciso "ver para crer" ou, então, ter conhecido outras terras e confrontá-las. Na realidade terras tão produtivas, dificilmente se encontram. Daí o êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da América do Sul, cujas vendas, atingiram 76.000 alqueires! Proprietária de uma área de 500.000 alqueires (1.200.000 hectares) de terras fertilíssimas, adequadas para qualquer cultura, situadas nas bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivaí, no Norte do Estado do Paraná, judicialmente divididas e todas adquiridas diretamente do Estado do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná oferece, por todas as razões, as melhores vantagens, tais como:

- 1.º TÍTULOS DE DOMÍNIO ABSOLUTAMENTE SEGUROS;
- 2.º FERTILIDADE E SALUBRIDADE;
- 3.º ESTRADA DE FERRO E BOAS ESTRADAS DE RODAGEM;
- 4.º AGUA DE UMA PUREZA INVULGAR.

O testemunho insuspeito e entusiasta dos ditos compradores de nossas terras, constituem a comprovação incontestável das nossas afirmações.

Cia. de Terras Norte do Paraná

Sociedade Anônima, com sede em LONDRINA, Estado do Paraná, Brasil.
Capital realizado Rs. 18.500.000\$000.

Solicitem informações no seu escritório em São Paulo à
RUA SÃO BENTO N.º 329 — 8.º andar — Caixa Postal 2771.

Nota-Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

Agosto de 1941-10.000

⁹² Acervo Museu Histórico de Cambé



CAFÉ

O crescimento é rápido e as safras muito abundantes. Comprovamos nos safras de 500 arrobas por 1.000 pés!

SUPER-QUALIDADE E RIQUEZA DAS TERRAS

SOLO Norte-Paranaense distingue-se de outras regiões por ser muito fértil, estando coberto por "humus" secular. A terra é na sua maior parte roxa e da mais apurada. O Norte do Paraná é constituído de matas virgens, com madeiras esguias e grossas, onde, em abundância, existem os melhores padrões de terra boa, como sejam: Pau d'Alho, Figueira Branca, Jangada brava, Ceboleiro, Ortigão, Cambará de Meia Legua, bem como madeiras industrializáveis e de grande procura, destacando-se, entre estas, Peroba, Cedro, Caviúna, Cabreúva, Marfim, etc. A SAÚVA, este terrível insecto, que tanto dano causa à lavoura, **NÃO EXISTE** nas terras desta Companhia.

AS ALTITUDES das terras variam de 550 a 850 metros acima do nível do mar. CLIMA SAUDAVEL, O clima é verdadeiramente saudável e todos que vão para o Norte do Paraná, sejam brasileiros ou estrangeiros, dão-se muito bem. As chuvas caem em média 1.300 mm. por ano. A temperatura média, durante o dia e no Verão é de 29,30 graus centígrados e de 17 no Inverno (Junho-Agosto).



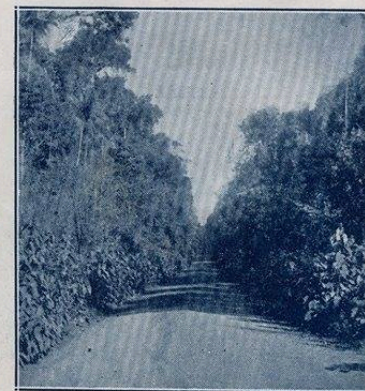
BELISSIMO ALCODOAL

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

Londrina, a cidade principal do Norte do Paraná, dista 710 quilômetros de São Paulo, pela Estrada de Ferro Sorocabana e a São Paulo-Paraná, com baldeação em Ourinhos.

O ponto terminal da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná é atualmente Arapongas, mas, frisamos, o prolongamento já está se proseguindo, levando o progresso e a valorização de terras além de Arapongas, na direção de Apucarana por enquanto e futuramente mais além.

Este esforço titânico caracteriza, não obstante os desequilíbrios econômicos oriundos da guerra, a confiança existente nas riquezas do Norte do Paraná e o desejo inabalável da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná de levar a civilização sempre mais adiante, liderada pela sua aliada, a Companhia de Terras Norte do Paraná.



ESTRADAS DE RODAGEM

Só a Companhia já construiu mais de 1.000 quilômetros de boas estradas de rodagem, todas bem conservadas.



Inscrição N.º 1
de Imóveis da
na fôrma do D
de 15 de S

PECUARIA

*Embora ainda não tenha atin-
gido ao desenvolvimento pre-
ciso, revela, no entretanto, a
criação de suínos um bom ín-
dice de exportação de banha e
carne.*

CULTURAS

CAFÉ — O café é cultivado em vasta escala, constituindo um dos produtos de grande exportação. O seu crescimento é rápido nas terras recém-derrubadas e durante o período da formação dos cafésais, o espaço existente entre os arbustos é utilizado para a cultura de algodão e cereais, cuja produção paga o preço da formação. É digno de menção que os cafésais Norte-Paranaense teem produzido colheitas até de 500 arrobas por 1.000 pés, o que não se consegue em outra região brasileira, e a média tem sido superior a 150 arrobas por 1.000 pés.

ALGODÃO — Teem-se constatado casos em que a produção de algodão atingiu até 350 arrobas por alqueire. Mas, duma maneira normal, pôde-se esperar mais de 200 arrobas por alqueire. É uma das grandes culturas de exportação.

TRIGO — Hoje já não constitue mais uma experiência: O trigo do Norte do Paraná é bom como o importado. As searas vicejam por toda a parte.



ARROZ

*Quer nas baixadas, quer
nos espigões, o arroz dá boas
colheitas.*



o Registro Geral
marca de Londrina
eto-Lei N.º 3079
mbro de 1938.

TABACO

*As plantações de tabaco
são também muito promissoras
para serem "industrializadas".*

POLICULTURA — Destacam-se, ainda, entre outras, as seguintes culturas que produzem ótimas colheitas: Arroz, Feijão, Cana de Açúcar, Tabaco de fina qualidade, Alfafa, Mamona, etc. Frutas, principalmente laranjas, bananas e uvas são também produzidas exuberantemente.

PECUARIA — Como consequência lógica da super-abundância de cereais, legumes, e ainda da salubridade do clima e facilidade de formação de pastagens, bem como da boa água, a criação de gado vacum e suíno desenvolveu-se muito. As cifras de exportação pela estrada de ferro demonstram aumentos surpreendentes.

MADEIRAS — Dada a abundância de madeiras, mormente cedro e peroba, esta indústria extrativa e da serralta, tomou um vulto verdadeiramente assombroso. 50 serrarias funcionam em terras da Companhia. A exportação em tóras também prossegue em ritmo acelerado, melhorando sempre a perspectiva do agricultor pagar uma boa parte de sua compra de terras com a renda resultante da venda de madeiras e ainda com a vantagem do terreno ficar limpo e pronto para sementeiros ou plantações.



MADEIRAS

*O Norte do Paraná possui
uma riqueza incomensurável e
inexgotável em madeiras.*

COMO PROGRIDE O NORTE DO PARANÁ

CITANDO, como exemplo, a cidade de Londrina, fundada pela Companhia de Terras Norte do Paraná em 1932 — há apenas 9 anos — concluímos que só mesmo em regiões imensamente ricas é que se conseguiria um tão rápido progresso. Mas, todo o Norte do Paraná é um Eldorado, onde não há minas de ouro, mas onde se faz ouro de tudo. Londrina foi elevada a Município em 8 de Dezembro de 1934 e a Comarca em Janeiro de 1938.

A cidade é dotada de lindas ruas, avenidas e praças, obedecendo a um programa urbanístico inspirado pelas grandes metrópoles. Os habitantes de Londrina gozam das mesmas comodidades das capitais: água encanada puríssima, luz e força de usina hidráulica, hospital, casas de saúde, matadouro municipal, grupos escolares, escolas rurais, ginásio, igrejas, bancos, cinemas, hotéis, clubes esportivos e sociais e tudo o mais que dá alegria de viver.

Mas, quem fala em Londrina, fala em todo o Norte do Paraná, onde a Companhia de Terras fundou em épocas diferentes, sempre acompanhando o progresso da colonização agrícola, da indústria, do comércio e de todas as demais atividades daquela região, as seguintes cidades e povoações, que se encontram em franco desenvolvimento: Nova Dantzig, Rolandia, Araçongas, Apucarana, Lovat e Mariávia, subordinadas ao Município e Comarca de Londrina.

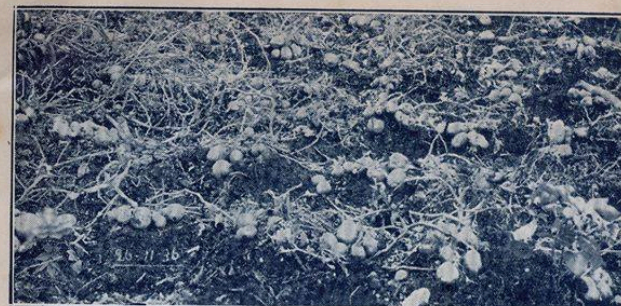
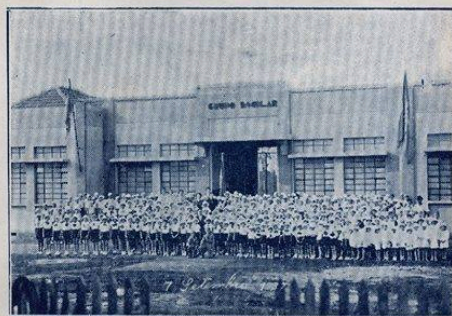
Os dados estatísticos abaixo, demonstram não só a rápida ascensão de Londrina, hoje em 3.º lugar entre os Municípios do Estado do Paraná, mas espelham fielmente o desenvolvimento e a prosperidade do Norte do Paraná.

Confrontando as cifras vê-se que, ano a ano, o progresso é maior:

	1939	1940
População do município	60.775	75.000
Casas urbanas	3.047	3.920
Casas rurais	8.174	9.980
Movimento nas estações	4.891.294\$300	6.640.774\$100
Arrecadação Municipal	985.487\$300	1.249.222\$300
Arrecadação Estadual	3.394.211\$000	5.228.398\$500
Movimento da Caixa Econômica	25.861.505\$300	34.079.480\$500
" do Banco do Brasil	—	57.045.558\$100

ESCOLAS

A infância do Norte do Paraná tem escolas rurais e grupos escolares nas cidades.



BATATINHAS
Uma cultura rendosa

TRANSPORTE DE COMPRADORES

Por conta da Companhia de Terras Norte do Paraná correm as despesas de viagem de primeira instalação dos compradores de suas terras, dando passagens gratuitas às respectivas famílias e suas bagagens, de Ourinhos em diante na linha férrea São Paulo-Paraná.

Procurando possibilitar a compra de suas terras, sejam para grandes ou pequenos sítiantes, chacareiros ou fazendeiros, industriais, etc., estabeleceu a Companhia de Terras Norte do Paraná preços variáveis de acordo com a localização, sendo no mínimo 600\$000 por alqueire de 24.200 metros quadrados, pagáveis em prestações assim divididas:

30% à vista
10% no fim do 1.º ano
20% no fim do 2.º ano
20% no fim do 3.º ano
20% no fim do 4.º ano

Nas vendas a prestações serão adicionados juros anuais à razão de 8% sobre o saldo devedor, pagáveis juntamente com as prestações.

Solicitem-se informações detalhadas sobre nossas terras. Atendemos, prazerosamente, sem compromisso.

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Sede — LONDRINA — Paraná

Escritório em São Paulo:

Rua São Bento, 329 — 8.º andar — Caixa Postal, 2771

